



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS BACHARELADO**

GRASIELI DE FÁTIMA RODE

**LIMITES E POTENCIALIDADES PARA A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS
DO SUL/ PR**

LARANJEIRAS DO SUL

2015

GRASIELI DE FÁTIMA RODE

**LIMITES E POTENCIALIDADES PARA A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS
DO SUL/ PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janete Stoffel

LARANJEIRAS DO SUL

2015

Rode, Grasieli de Fátima

Limites e potencialidades para organização coletiva de catadores de materiais recicláveis do município de Laranjeiras do Sul/ PR/ Grasieli de Fátima Rode. -- 2015.

129 f.

Orientadora: Janete Stoffel.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências Econômicas , Laranjeiras do Sul, PR, 2015.

1. Desenvolvimento. 2. Sustentabilidade. 3. Catadores. 4. Solidariedade. 5. Inclusão. I. Stoffel, Janete, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

GRASIELI DE FÁTIMA RODE

**LIMITES E POTENCIALIDADES PARA A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS
DO SUL/ PR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janete Stoffel

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
_____/_____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Janete Stoffel - UFFS

Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli - UFFS

Prof^a Me Marisela García Hernández - UFFS

Aos meus pais, Ilda Rode e Valdir Rode,
que muito me incentivam. E aos catadores
de materiais recicláveis.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder o dom da vida, a inspiração, coragem e ânimo para não desistir.

Aos catadores, por me tornarem uma pessoa melhor e pelo voto de confiança à pesquisa.

Aos meus pais Valdir Rode e Ilda Rode, pelos ensinamentos de vida e pelo incentivo.

Aos meus irmãos Valtair Sergio Rode e Eleandra Rode, pelo apoio.

Ao meu noivo, Willian, pela compreensão, ajuda e incentivo.

As amigas Renata Scandolara e Glaucia Keli Back, pelas palavras de incentivo.

E, em especial, à minha estimada orientadora, Professora Dr.^a Janete Stoffel, não somente pela valiosa orientação, mas pela amizade e apoio.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso, tem como tema a organização coletiva dos catadores de materiais recicláveis, indicando esta alternativa como forma de reduzir as privações de liberdade em que vivem. O objetivo geral, que norteou este estudo, foi a identificação de limites e potencialidades na organização coletiva dos catadores de materiais recicláveis do município de Laranjeiras do Sul/PR. E para que esse objetivo fosse alcançado foram apresentadas perspectivas de organização solidária e sua contribuição para o desenvolvimento. A partir de um levantamento de dados primários, por meio de entrevistas, foi construído o perfil de catadores de materiais recicláveis em Laranjeiras do Sul/PR, e este foi relacionado com o dilema da privação de liberdades que vivem. Ainda com base nesta pesquisa, foram analisados os limites e potencialidades para a organização coletiva dos catadores de materiais recicláveis em Laranjeiras do Sul/PR. Este estudo é caracterizado como estudo de casos e foi construído a partir de pesquisa bibliográfica, utilizando os métodos descritivo e explicativo, com abordagem qualitativa, o instrumento para coleta de dados foi o questionário, aplicado por meio de entrevista com catadores de materiais recicláveis do município de Laranjeiras do Sul/PR. Os resultados, evidenciaram que os catadores convivem com inúmeras privações de liberdades, como baixa renda, baixa escolaridade, idade avançada, baixa autoestima, privações que limitam o alcance de um nível adequado de condições de vida. E sobretudo, as privações que vivem constituem-se em limites para que se sintam capazes de se organizar coletivamente.

Palavras – chave: Desenvolvimento. Catadores. Organização. Cooperação. Inclusão.

ABSTRACT

This graduation thesis has as its theme the collective organization of waste pickers as an alternative in order to reduce the deprivations of liberty in which they live. The main goal of this study was the identification of limits and potentials in the collective organization of collectors of recyclable materials from the city of Laranjeiras do Sul/PR. Prospects for social organization and its contribution to the development of waste pickers are presented. Through personal interviews the profile of waste pickers in Laranjeiras do Sul/PR was surveyed, and this was related to the dilemma of the deprivation of freedoms in which they live. Based on this data, the limits and potentials were analyzed for the collective organization of waste pickers in the city. This study is featured as a case study and was built from literature, using descriptive and explanatory methods, with a qualitative approach, the instrument for data collection was the questionnaire applied through interviews with collectors of recyclable materials in the city of Laranjeiras do Sul/PR, Paraná state. The results showed that waste pickers live with numerous deprivations of freedoms, such as low income, low education, old age, low self-esteem, deprivations that reduce their chances of reaching adequate living conditions. In addition, these hardships are often a boundary limiting their ability for social and collective organization.

Keywords: Development. Waste Pickers. Social Organization. Social Cooperation. Social Inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Área da qual os pesquisados são provenientes	59
Ilustração 2: Localização do Território Federal do Iguaçu	65
Ilustração 3: Mapa de pobreza e desigualdade do Estado do Paraná em 2003	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Bairro de residência dos catadores entrevistados	69
Gráfico 2: Idade dos Catadores de materiais recicláveis pesquisados	70
Gráfico 3: Gênero dos catadores de materiais recicláveis pesquisados	71
Gráfico 4: Escolaridade dos Catadores de materiais recicláveis pesquisados	74
Gráfico 5: Número de filhos dos catadores de materiais recicláveis pesquisados	75
Gráfico 6: Idade dos filhos dos catadores de materiais recicláveis pesquisados	76
Gráfico 7: Total de pessoas que residem no domicílio dos catadores de materiais recicláveis pesquisados	78
Gráfico 8: Situação da moradia em relação à propriedade	79
Gráfico 9: Renda total familiar dos catadores pesquisados	80
Gráfico 10: Participação no Programa Bolsa Família por parte dos catadores pesquisados	82
Gráfico 11: Representatividade na renda total, da renda proveniente dos materiais recicláveis.	83
Gráfico 12: Participação dos catadores em organização coletiva em Laranjeiras do Sul/PR	84
Gráfico 13: Contribuição atual para a previdência social dos catadores pesquisados	86
Gráfico 14: Tempo na atividade de catador de material reciclável	87
Gráfico 15: Materiais coletados em Laranjeiras do Sul/PR	88
Gráfico 16: Horas de trabalho por dia dos catadores pesquisados	89
Gráfico 17: Período de coleta dos materiais recicláveis	90
Gráfico 18: Local onde os catadores realizam a coleta do material reciclável	91
Gráfico 19: Quantidade em Kg por mês de material reciclável coletado pelos catadores	92
Gráfico 20: Local de armazenamento dos materiais coletados pelos catadores pesquisados	94
Gráfico 21: Estabelecimentos de venda dos materiais coletados pelos catadores pesquisados	95
Gráfico 22: Grau de satisfação dos catadores pesquisados com o trabalho realizado	96
Gráfico 23: Preferência de trabalho dos catadores: coletivo ou individual	98

Gráfico 24: Entidades e pessoas indicadas pelos catadores para constituição de uma organização associativa ou cooperativa..... 100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pilares do desenvolvimento sustentável	25
Quadro 2: Princípios do cooperativismo.....	34
Quadro 3: Quadro comparativo entre associação e cooperativa	36
Quadro 4: Fundos obrigatórios para cooperativas.....	40
Quadro 5: Art. 2º Ações do Programa Pró-Catador instituído pelo decreto nº 7.405/2010.....	48
Quadro 6: Renda média dos catadores vinculados e não vinculados à associação .	85
Quadro 7: Importância do trabalho de coleta de material reciclável para os entrevistados.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Idade dos filhos dos entrevistados x escolaridade	77
Tabela 2: Renda média por morador nos domicílios pesquisados.....	81

LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ASMARE	Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte
COOPAMARE	Cooperativa de Catadores de Papel Autônomos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OAF	Organização e Auxílio Fraternal
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PR	Paraná
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVOS.....	18
1.2 JUSTIFICATIVA.....	18
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA CATADORES	21
2.1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO	21
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	24
2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	27
2.4 CONCEITO E PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	31
2.5 ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS COMO POSSIBILIDADE DE ORGANIZAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	35
2.6 CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E A DEMANDA POR ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO RECURSO PARA A AUTONOMIA.....	41
2.7 LIMITES E POTENCIALIDADES PARA A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	50
2.7.1 Limites	50
2.7.2 Potencialidades	53
3 METODOLOGIA	56
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	56
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA	57
3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	60
3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	62
3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	63
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	64
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR	64
4.2 CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR	68
4.3 LIMITES PARA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR	101
4.4 POTENCIALIDADES PARA ORGANIZAÇÃO COLETIVA CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR	106
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108

REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE	120
ANEXOS.....	121
ANEXO A: Residência de um catador que armazena os materiais recicláveis coletados, no quintal de casa.....	121
ANEXO B: Fotografia dos carrinhos dos catadores de materiais recicláveis de Laranjeiras do Sul/PR	122
ANEXO C: Controle interno utilizado pela associação	123
ANEXO D: Questionário para construção do perfil e limites e potencialidades para organização coletiva dos catadores de materiais recicláveis do município de Laranjeiras do Sul/PR.	124

1 INTRODUÇÃO

No mundo inteiro, inúmeras pessoas são privadas de sua liberdade. Isso pode acontecer devido a diversos motivos, seja por uma condição de pobreza, baixa renda, subnutrição, acesso insuficiente a serviços de saúde, saneamento ou água tratada, etc. Ou até, privações de oportunidades básicas, como educação, emprego remunerado, segurança econômica e social, liberdade política e direitos civis básicos. Superar essas privações, são aspectos importantes para alcançar um desenvolvimento e também para que as pessoas possam desfrutar de sua liberdade (SEN, 2010).

Com base em Magera (2003) e Ipea (2009), os catadores de materiais recicláveis vivem sob múltiplas carências, como pouca renda, falta de oportunidades, privação de direitos. Essas carências, em que vivem os catadores de materiais recicláveis, os exime da liberdade e ainda impede que estes alcancem um nível de desenvolvimento que lhes permita adequadas condições de vida. Para uma parte das pessoas, existe a visão de que os catadores de materiais recicláveis exercem função de prestadores de um serviço ambiental. Entretanto, como eles, em muitas situações, são privados de renda e capacitações, acabam por se utilizar da atividade de catador como fonte de renda.

Nesse sentido, os catadores de materiais recicláveis, desempenham papel considerável em prol do ambiente, tendo em vista que minimizam o problema dos resíduos sólidos urbanos. Esse serviço ambiental prestado, a toda sociedade, os torna agentes importantes na reciclagem e sustentabilidade do país (MMA, 2015). Com a atividade de coleta dos recicláveis, além de garantir o reaproveitamento desses materiais, os catadores obtêm sustento para as suas famílias e contribuem para com a limpeza das cidades, entretanto, isso não os livra, em muitos casos, de um trabalho precário.

Porém a realidade dos catadores de materiais recicláveis é mais triste do que o papel que lhes é atribuído, pois estão introduzidos num contexto de exclusão social. O que reforça ainda mais essa relação do catador com a exclusão social é o preconceito proveniente da própria atividade, por derivar do que é descartado pela sociedade: o lixo (IPEA, 2013). Na maior parte das vezes, trabalham de maneira informal, apesar de ter havido crescimento no número de organizações coletivas (MAGALHÃES, 2012).

As organizações coletivas, configuram-se como boas estratégias para os catadores de materiais recicláveis, uma vez que visam construir um modelo de empreendimento em que a inclusão social e econômica aconteça aos seus participantes. Nas últimas décadas a Economia Solidária, tem denotado vasta expressão e espaço social, promovendo perceptibilidade a um grande campo de experiências e iniciativas a partir da cooperação, autogestão, solidariedade (SINGER, 2002). Nesse sentido é relevante destacar a importância da Economia Solidária como possibilidade de que os catadores se organizem coletivamente. Uma organização de coleta de materiais recicláveis solidária, além de melhorar a renda dos associados, pode fornecer mais oportunidades, como melhores condições de trabalho, propiciando um protagonismo a esta classe de trabalhadores (MNCR, 2015). Entretanto, com base em Magalhães (2012), formar organizações coletivas solidárias não é tarefa fácil, pois os catadores de material reciclável, são indivíduos marginalizados, receosos em virtude de sua condição, em geral, possuem baixa escolaridade e estão envoltos em diversos problemas sociais, aspectos que podem dificultar o processo.

Dentro dessa premissa, os catadores de materiais recicláveis, sujeitos de estudo desta pesquisa, estão situados no município de Laranjeiras do Sul/PR. Esses catadores, em geral, são um grupo marginalizado e ainda, inserido em uma região, que pelos baixos indicadores de desenvolvimento, também é marginalizada. Com isso, o foco desta pesquisa foi conhecer, de forma mais próxima, os catadores de materiais recicláveis, que estão inseridos numa região, cujas condições socioeconômicas também podem estar contribuindo, para a falta de oportunidades a estes catadores.

Diante da problematização supracitada, existe a necessidade de um estudo mais aprofundado, no intuito de encontrar melhores formas de organização para este grupo. Dessa situação advém a seguinte questão: Quais os limites e potencialidades para a organização coletiva de catadores de materiais recicláveis no município de Laranjeiras do Sul/PR? Assim, o objetivo geral da pesquisa e os objetivos específicos, buscam respostas para esta indagação, estes objetivos estão elencados na próxima seção.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é identificar e analisar os limites e potencialidades para a organização coletiva de catadores de materiais recicláveis no município de Laranjeiras do Sul/PR.

Para que o objetivo geral fosse alcançado, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar perspectivas de organização solidária e sua contribuição para o desenvolvimento.
- b) Identificar o perfil de catadores de materiais recicláveis em Laranjeiras do Sul/PR, relacionando este com o dilema da privação de liberdades que vivem.
- c) Analisar os limites e potencialidades para a organização coletiva de catadores de materiais recicláveis em Laranjeiras do Sul/PR;

1.2 JUSTIFICATIVA

A partir de dados extraídos do Censo Demográfico de 2010, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), estabeleceu um ranking contendo um total de 5.565 municípios brasileiros, em relação aos seus índices de desenvolvimento humano por município - IDHM¹ (PNUD, 2015). O ranking está em ordem decrescente, portanto, os municípios com melhores indicadores encontram-se nas primeiras colocações. Nesse ranking, o município de Laranjeiras do Sul/PR ocupa a 1.720ª posição e seu IDHM é de 0,706, menor do que a média do Estado do Paraná que é de 0,749 (IBGE, 2010; PNUD, 2015). A região em que o município de Laranjeiras do Sul/PR está inserido apresenta indicadores de desenvolvimento baixos. Isso reflete uma região fragilizada e que necessita de atenção especial. Neste contexto, torna-se importante a realização de trabalho que visa em um primeiro momento identificar informações sobre catadores de materiais recicláveis

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), mede o desenvolvimento humano sob três dimensões: longevidade, educação e renda. Este índice, segue a mesma premissa do Índice de Desenvolvimento Humano Global – IDH Global. Embora ambos mensurem os mesmos fenômenos, o IDHM, é um índice mais adequado para mensurar o desenvolvimento de cada município (PNUD, 2015).

no município em questão. Este levantamento poderá contribuir para que sejam construídas alternativas a um grupo social marginalizado, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis.

A pesquisa é relevante por buscar conhecer um grupo de pessoas que é marginalizado e que boa parte da sociedade sequer vê (ou finge não ver). Na profissão de catador de material reciclável a exclusão social já se faz presente, em questões como as más condições de trabalho e baixa remuneração. Além disso, o catador sofre preconceitos por sobreviver daquilo que é “descartado” pela sociedade (MEDEIROS & MACEDO, 2006). A partir disso, instigou-se a busca pelas limitações e potencialidades para organização coletiva de catadores de materiais recicláveis.

Neste contexto, a inserção destes grupos de forma organizada e coletiva propiciaria melhoria de bem-estar e qualidade de vida. As cooperativas, por exemplo, vêm ao encontro das necessidades desse grupo, pois são uma forma de organização coletiva que pode propiciar melhorias na renda dos trabalhadores, contribuir para a regularização dos catadores e garantir maior inserção destes no circuito da reciclagem (ROOS; CARVALHAL, 2010).

Para além dos motivos já apontados e que tornam relevante a pesquisa aqui apresentada, a autora conclui o curso de Ciências Econômicas, na Universidade Federal da Fronteira Sul, o qual tem enquanto proposta curricular contribuir para o desenvolvimento regional em estudos e práticas que propiciem para

[...] a elevação no nível de emprego e renda, na sustentabilidade ambiental com base na valorização das culturas locais, da auto-organização dos trabalhadores em movimentos sociais e formas associativas de produção e trabalho (PPC Ciências Econômicas UFFS, 2013, p. 22).

Além da justificativa acima exposta, a pesquisa também é relevante para o universo acadêmico, pois as universidades, tem papel social de contribuir nesse processo, que avança para a organização coletiva dos catadores de materiais recicláveis, inclusive de outros trabalhadores, a partir da perspectiva da Economia Solidária e do Cooperativismo (CARVALHO, GIRALDI, AVIGHI, 2015). O estudo ainda contribui para despertar a necessidade de novas pesquisas, que tenham como objetivo melhorar questões sociais.

Conforme a ótica da autora, a construção do perfil dos catadores do município de Laranjeiras do Sul/PR, e a identificação de limites e potencialidades para a

organização coletiva poderá estar contribuindo nas reflexões das entidades públicas, quanto a futuras ações sociais direcionadas a esse grupo.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA CATADORES

O desenvolvimento sustentável é compreendido neste trabalho como um fenômeno complexo, mas capaz de promover a construção de uma sociedade mais equitativa e justa. Neste capítulo são apresentadas seções que contém argumentos sobre as diferenças entre crescimento e desenvolvimento, importância do desenvolvimento sustentável, conceitos e princípios da economia solidária, organização coletivas em associações e cooperativas de trabalho, perfil dos catadores de materiais recicláveis no Brasil e limites e potencialidades para a organização coletiva de catadores de material reciclável.

2.1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

A definição de desenvolvimento por longo tempo foi considerada como sinônimo de crescimento econômico. Souza (2012) aponta que os modelos apresentados por economistas de tradição neoclássica (Mead e Solow) e de ideologias Keynesianas (Harros, Domar e Kaldor) utilizavam estas associações. Em Souza (2012) também é possível observar que uma segunda corrente de economistas, como Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurkse (1957), mesmo com base ortodoxa, já associavam superficialmente, crescimento e desenvolvimento como conceitos dessemelhantes (SOUZA, 2012).

Os economistas do desenvolvimento, pertencentes a segunda corrente estruturalista, iniciaram sua defesa de que crescimento e desenvolvimento econômico não podem ser confundidos, sendo, portanto, dois conceitos distintos. Fazem parte dessa corrente de estudiosos Prebish (1949), Furtado (1961), Singer (1977) e outros autores de tradição cepalina e marxista (DALLABRIDA, 2010; SOUZA, 2012; SIEDENBERG, 2012).

O crescimento econômico é a tradução de uma expansão econômica, que não necessariamente beneficia a totalidade da economia e para que o crescimento exista, não há a necessidade de existir desenvolvimento econômico. Pois, atrelado a esse crescimento, podem existir efeitos perversos como concentração de renda e riqueza, bloqueamento da expansão do mercado interno, entre outros. Além disso, o crescimento econômico “ignora” a preservação ambiental, pois esse, pensa

exclusivamente em aumento de riqueza e tende a dissipar, pelo uso indiscriminado os recursos produtivos, podendo levá-los à escassez (SOUZA, 2012; SIEDENBERG, 2012). Uma economia pode estar crescendo, mas isso não significa que a qualidade de vida da população e a reposição dos recursos naturais extraídos, estejam acompanhando esse crescimento. Por isso, crescimento pode ser necessário para o desenvolvimento, entretanto não é o suficiente.

Após a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, “[...] ficou muito esquisito continuar a insistir na simples identificação do desenvolvimento como crescimento” (VEIGA, 2010, p. 18). Outra referência, segundo a qual crescimento não é o mesmo que desenvolvimento é Lage (2001), afirmando que para existir desenvolvimento é necessário que haja crescimento, mas isso não é condição suficiente. Desenvolvimento compartilha estreita relação com qualidade de vida da população, já o crescimento fica limitado a produtividade de determinada economia.

Conforme destacam Sachs (2008) e Sen (2010), o crescimento econômico não deve ser desconsiderado, entretanto existem muitas questões além dele. Já o desenvolvimento, possui uma dimensão maior, e que considera a melhora na qualidade de vida das pessoas, incluindo nesta análise as liberdades que as pessoas dispõem. Com base em Sen (2010) a perspectiva fundamentada na liberdade, se concentra no modo como as pessoas vivem, nas escolhas que podem fazer e não apenas no poder aquisitivo que detém. A liberdade é importante no conceito de desenvolvimento por dois motivos: avaliação e eficácia. Ter maior liberdade, é dar ao indivíduo a oportunidade de realizar coisas que são valorizadas por ele, para que consiga obter resultados valiosos. A liberdade é capaz de transformar o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e intervir no mundo em que vivem.

Desta forma, desenvolvimento, vai além do crescimento, por sua estreita ligação com fatores culturais, sociais e ambientais, ou seja, o desenvolvimento mostra uma realidade mais fidedigna, se houve distribuição equitativa, e se a população foi beneficiada com o crescimento, sem prejudicar nenhum fator. Entretanto, o crescimento ainda é usado, em alguns casos, como ferramenta única de divulgação para mensurar e avaliar o progresso. Lage (2001), explica que é comum a utilização, por parte do governo, de indicadores que evidenciam apenas o crescimento do país. Um exemplo destes indicadores é o Produto Interno Bruto (PIB)

e ou Produto Nacional Bruto (PNB), as realidades social e ambiental da população, são desconsideradas por esses indicadores, numa avaliação socioeconômica e ambiental estes indicadores avaliam de forma insuficiente a economia. Enquanto crescimento econômico for priorizado, muitos benefícios sociais à população estarão impossibilitados de acontecer, isso é também um impeditivo para a liberdade desses indivíduos. Pois o desenvolvimento, diferente de crescimento, exige a retirada das privações, como a pobreza, exclusão social, descaso dos serviços públicos (SEN, 2010; VEIGA, 2010). Assim a utilização de indicadores de crescimento, prejudica a visualização de fatores importantes vividos pela sociedade. Nesta direção SEN (2010, p. 76 e 77) acrescenta que:

O objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. As capacidades individuais dependem crucialmente entre outras coisas, de disposições econômicas, sociais e políticas. Ao se instituírem disposições institucionais apropriadas, os papéis instrumentais de tipos distintos de liberdade precisam ser levados em conta, indo-se muito além da importância fundamental da liberdade global dos indivíduos.

A liberdade tem importância intrínseca para o desenvolvimento e para o indivíduo. Nesse sentido o Estado também tem importância, tendo em vista que muitas vezes age em favor de garantir a liberdade aos indivíduos, fornecendo por exemplo, acesso a serviços de saúde, saneamento ou água tratada, educação, segurança, etc. Keynes, contribuiu para a construção do papel do Estado como agente fomentador, protetor e defensor social, que regula e organiza a economia. Com base em Keynes (1985) o Estado possui um papel importante no funcionamento dos mercados para conseguir o maior nível de emprego possível, e assim aumentar o bem-estar da coletividade.

O desenvolvimento econômico, portanto, exige alterações na qualidade de vida das pessoas, instituições e estruturas produtivas. Este desenvolvimento é caracterizado pela alteração de uma economia que agrega melhora na qualidade de vida da população. Mas uma definição integral, vai além do aprimoramento dos indicadores econômicos e sociais, envolvendo ainda, a proteção do meio ambiente (SOUZA, 2012). A partir disso, surge ainda um conceito mais amplo de desenvolvimento, chamado desenvolvimento sustentável, que será abordado na próxima seção.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Durante décadas o conceito de desenvolvimento sustentável foi sendo aprimorado, levando em consideração importantes avanços do conhecimento humano, em prol de uma sociedade mais justa (SACHS, 2008)

Um passo importante, no que tange aos aspectos históricos quanto às reflexões de um modelo de desenvolvimento mais justo, acontece em junho de 1972 na cidade de Estocolmo, na Suécia, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Humano. Nessa conferência, foram discutidos os problemas ambientais mais relevantes e houve a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (LAGE, 2001). Em 1987 ocorre a legitimação e popularização do tema desenvolvimento sustentável, quando Gro Harlem Brundtland², em uma Assembleia Geral da Onu, definiu o tema como um conceito político e amplo para a evolução econômica e social. A partir das reflexões efetuadas nessa Assembleia, foi publicado o *Relatório Brundtland* (LAGE, 2001; SACHS, 2008; BARBOSA, 2008; VEIGA, 2010), obra que passou a ser uma das referências em termos de desenvolvimento sustentável.

Na conferência Rio-92, a expressão desenvolvimento sustentável, é consagrada. Essa conferência foi realizada no Rio de Janeiro em 1992, nela foram assumidos diversos compromissos, por parte dos países na busca por um desenvolvimento sustentável. Os compromissos em questão, estão concentrados na Agenda 21, que é um documento, no qual constam as recomendações para se alcançar um desenvolvimento sustentável (LAGE, 2001; BARBOSA, 2008). Além disso, Lage (2001, p. 24) destaca pontos fundamentais da Agenda 21

Um dos maiores méritos da Agenda 21 é ter tornado concreta a ideia – com ações e meios de implementação inclusive -, de que desenvolvimento e meio ambiente são inseparáveis, que devem e podem ser integrados nas políticas públicas e nas práticas sociais de todas as regiões da Terra, quer sejam pobres ou ricas, periféricas ou centrais (LAGE, 2001, p. 24).

Em suma, a Agenda 21 se constitui um grande avanço, seu plano de ação estratégico, a nível mundial, com ações que idealizam um mundo mais equilibrado, podem minimizar impactos que o ser humano infere sobre a natureza (LAGE, 2001).

² Presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da época.

Desde a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1972 na cidade de Estocolmo, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Humano, até os dias atuais, houve evolução do conceito de desenvolvimento sustentável. Cabe ressaltar que este conceito foi sendo moldado a partir de progressivos adjetivos: econômico, social, político, cultural, sustentável, que foram surgindo por meio de novas problemáticas e necessidades.

Alcançar um desenvolvimento sustentável é fundamental e necessário para a humanidade, pois é preciso preservar a capacidade produtiva, tendo-se em conta que o futuro é incerto e os recursos disponíveis são limitados (VEIGA, 2010). Com base em Sachs (2008) é importante caracterizar que o tema desenvolvimento sustentável tem como base cinco pilares, conforme caracterização disponível no Quadro 1.

Quadro 1: Pilares do desenvolvimento sustentável

Pilares	Caracterização
Social	Fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
Ambiental	Com suas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
Territorial	Relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
Econômico	Sendo a viabilidade econômica a <i>conditio sine qua non</i> ³ para que as coisas aconteçam;
Político	A governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença.

Fonte: SACHS, 2008, p. 15-16.

A formação de um progresso simultâneo, considerando os cinco pilares do desenvolvimento sustentável: social, ambiental, territorial, econômico e político, torna a análise mais completa para o tratamento das complexidades de uma sociedade, sobretudo para as questões que interferem na qualidade de vida das pessoas (LAGE, 2001). Mas alcançar um desenvolvimento sustentável, não é tarefa fácil, e não pode ser realizado da noite para o dia. E sim, é algo construído a partir da quebra de paradigmas que rompem com a ingenuidade das pessoas, para que “se informem sobre as respostas disponíveis para a pergunta ‘o que é

³ Significa “sem o/a qual não pode ser”, palavra oriunda do latim.

sustentabilidade?’[...]” (VEIGA, 2010, p. 113). Para existir um desenvolvimento sustentável, a premissa é aumentar a participação da sociedade em um processo de tomada de decisões, em prol de um envolvimento nas questões do futuro (BARBOSA, 2008).

Em relação ao desenvolvimento sustentável, Lage (2001) e Veiga (2010) argumentam que este deve estar relacionado com ações vistas no longo prazo, considerando o tempo que a natureza tem para se recompor, para que as populações futuras contem com a garantia de uma vida mais justa. Torres (2008) enfatiza que há muitas dificuldades no que tange às alterações de padrões de pensamento. Quebrar paradigmas não é tarefa fácil, pois, com relação ao desenvolvimento sustentável existem muitas limitações que vão desde a sua definição, até a aplicação. Torres (2008), menciona que mudanças, em prol de um mundo mais justo e igualitário, estão acontecendo, entretanto, uma ação mais rápida exige a união de todos.

Entretanto, no que tange aos pilares do desenvolvimento sustentável, ainda existe uma carência para lidar com a questão da desigualdade crescente (SACHS, 2008). Sen e Kliksberg (2010) salientam que as desigualdades, incluem diferenças entre a renda, poder, oportunidades políticas, sociais e econômicas, isso é resultado da divisão desigual dos benefícios gerados pela globalização. As desigualdades da globalização, por sua vez, são oriundas das desigualdades no equilíbrio geral dos arranjos institucionais⁴.

O capitalismo global está mais preocupado em expandir o domínio das relações de mercado do que, por exemplo, em estabelecer a democracia, expandir a educação elementar, ou incrementar as oportunidades sociais para os pobres do mundo (SEN e KLIKSBERG, 2010 p. 28).

Autores como LAGE (2001); SINGER (2002); MAGERA (2003), ressaltam que a lógica do sistema econômico capitalista pode causar danos irreparáveis à sociedade. São inúmeras consequências de caráter social, econômico e ambiental. Assim, conforme alerta Veiga (2010) é urgente se pensar um desenvolvimento que

⁴ Segundo Sen e Kliksberg (2010, p. 29, 30) a distribuição dos benefícios na economia global depende, entre outras coisas, de uma variedade de arranjos institucionais globais, inclusive os que se referem ao comércio justo, iniciativas médicas, intercâmbios educacionais, locais para a disseminação tecnológica, restrições ecológicas e ambientais e tratamento equitativo das dívidas acumuladas que foram muitas vezes contraídas no passado por militantes irresponsáveis.

tenha estreita ligação com o meio ambiente, justiça social e cidadania, mediante a lógica consumista atual.

A vida útil de muitos bens e mercadorias tem prazo reduzido, são elaborados para serem rapidamente descartados e substituídos por novos bens. Pessoas também são objeto de descarte no modelo que temos (MAGALHÃES, 2012). Sachs (2008), acrescenta que as economias atuais, em geral, são caracterizadas pelo alto grau de desperdício. E este desperdício, ocorre de todas as formas, sendo a pior delas aquela que prejudica vidas humanas reduzindo oportunidades de trabalho decente.

Nesse sentido, cabe enfatizar a dura realidade vivida por catadores de materiais recicláveis, pois de certa forma, eles estão incluídos socialmente pelo fato de possuir um trabalho. Entretanto, a atividade que desempenham, muitas vezes acaba por excluí-los, por derivar daquilo que é descartado pela sociedade.

Na medida em que as desigualdades morais resultam da organização social, elas só podem ser superadas mediante atos de voluntarismo responsável, políticas públicas que promovam a necessária transformação institucional e ações afirmativas em favor dos segmentos mais fracos e silenciosos da nação, a maioria trabalhadora desprovida de oportunidades de trabalho e meios de vida decentes, e condenada a desperdiçar a vida na luta diária pela sobrevivência (SACHS, 2008, p. 27).

Uma forma de ação afirmativa, em favor de um segmento desprovido de oportunidades, como é o caso de muitos catadores de materiais recicláveis, pode ser possibilitada por meio da implementação de empreendimentos de economia solidária. Ipea (2013) enfatiza que os catadores quando organizados, podem ampliar suas perspectivas e oportunidades. Anjos (2011, p. 10) acrescenta que “[...] empregar a autogestão, a cooperação e solidariedade entre aqueles que vivenciam a subalternidade possibilita experiências emancipatórias”.

Neste sentido, a próxima seção aborda os elementos para melhor compreensão do tema economia solidária, como uma alternativa de desenvolvimento sustentável aos catadores de materiais recicláveis.

2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A presente seção está composta pelos principais aspectos que envolvem o tema economia solidária e busca elucidar o seu surgimento e importância na formação de organizações coletivas que sejam capazes de formar um contexto de

desenvolvimento sustentável aos seus associados. Num contexto capitalista, em que o individualismo e a busca do lucro predominam sobre os direitos de muitas pessoas à cidadania e à liberdade, é importante falar de solidariedade e da economia solidária.

Singer (2002), Cunha (2002) e Vieira (2005) afirmam que a economia solidária surge logo após o capitalismo industrial, em meio a muitas desigualdades. O período em questão abrange o lapso das Revoluções Industriais, que se iniciaram no final do século XVIII. Neste decurso, houve grandes conquistas industriais, acompanhadas, de grandes explorações da classe proletária. Nas fábricas a exploração de trabalhadores era constante, envolvia utilização de trabalho infantil e longas jornadas de trabalho com funções que exigiam grande esforço físico. Essas práticas estavam por ameaçar a reprodução biológica destes trabalhadores, e também influenciavam negativamente na produtividade no trabalho.

Desta forma, em prol da melhoria nas condições de trabalho, começaram a surgir as primeiras ações a favor dos trabalhadores. As melhorias iniciam-se com Robert Owen, que é considerado um dos precursores no âmbito da economia solidária, não tanto por seus escritos, mas sim por suas ações (VIEIRA, 2005). Robert Owen, era dono de um grande complexo têxtil da época, foi um dos responsáveis por propiciar melhores condições trabalhistas aos seus empregados. Ele acreditava que se um indivíduo estivesse submetido a péssimas condições de trabalho ou a maus tratos, se tornaria corrompido. Assim, ele decidiu reduzir a jornada de trabalho e proibiu o trabalho de crianças, essas atitudes refletiram no bom desempenho da fábrica, que a tornou bastante lucrativa (SINGER, 2002). Owen estimulou a criação de um mercado local, que cobrava preços mais justos sem a adulteração das mercadorias (VIEIRA, 2005).

Na década de 1820, na finalidade de difundir seus projetos comunitários, Owen viaja aos Estados Unidos, e estabelece a *New Harmony*, uma comunidade da igualdade, que estava dividida em seis departamentos “[...] manufatura, literatura, ciência e educação; economia doméstica; economia geral; e comércio” (VIEIRA, 2005, p. 40). Entretanto a comunidade não se tornou o esperado por Owen, e em 1827 ele anunciou o fracasso do projeto (SINGER, 2002; VIEIRA, 2005).

Entretanto o legado de Owen, gerou seguidores, que, posteriormente, começaram a pôr em prática suas propostas. Isso resultou na criação de uma cooperativa em Londres, a partir de George Mudie. Essa cooperativa era formada

por um grupo de jornalistas e gráficos. A união desses profissionais fez com que em 1821 e 1822 tenha sido constituído o primeiro jornal cooperativo denominado *The Economist* (VIEIRA, 2005). A partir daí, foram constituídos muitos outros empreendimentos owenistas, de cunho cooperativo, cujas ideias estavam fortalecidas pelo aumento do movimento sindical e cooperativo dos trabalhadores (SINGER, 2002). Owen, se tornou autor precursor no reformismo socioeconômico moderno (VIEIRA, 2005).

Outro estudioso, precursor na formação de ideologias para economia solidária foi Karl Marx. Em 1864, Marx em seu escrito 'Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores', expõe sua opinião quanto aos empreendimentos cooperativos, fazendo menção à Robert Owen. No escrito supracitado, Marx, defendeu os empreendimentos cooperativos, se referindo a eles como experimentos sociais grandiosos, que não podem ser menosprezados, pois na prática e não na teoria, foi comprovado que se dispensa a existência de patrões que conduzam a classe trabalhadora. O trabalho cooperativado e as sementes plantadas por Robert Owen cumprem a tarefa com motivação, disposição e um coração alegre (MARX, 1982).

Marx (1982) refere-se à experiência de Owen, como algo grandioso. Entretanto, por mais excelente que seja o projeto, não é capaz de interromper o crescimento em progressão geométrica do monopólio. Nesse sentido, Marx refere-se as reações externas do trabalho cooperativo, este deveria ser alimentado e desenvolvido sob perspectivas nacionais. Os detentores de poder, ou seja, detentores de capital, usarão de seus poderes para garantir seus monopólios econômicos, e tentarão impedir as formas de emancipação do trabalho.

Marx (1982) explica que a mudança de uma propriedade privada para uma propriedade coletiva, é consequência do próprio capitalismo e não surge simplesmente por vontade própria da classe trabalhadora. Mas conforme destaca Germer (2006) ainda assim, Marx considerou ser muito relevante o fato da possibilidade de os trabalhadores assumirem as fábricas como proprietários. Vieira (2005), explica que Marx deixou um vasto legado para a economia solidária, por meio de uma concepção original, na dessemelhança entre alienação e emancipação do trabalho. E ainda, aprofundou as reflexões para com os desafios acerca da revolução proletária e criação das cooperativas.

Outro nome importante no contexto da economia solidária, é Muhammad Yunus. Além de ter influência sobre o tema economia solidária, também é um dos responsáveis pela disseminação de programas de microcrédito no mundo. A influência de Yunus, se inicia por meio do Grammeen Bank, ou Banco da Aldeia⁵, ele foi responsável pela propagação do microcrédito (YUNUS, 2000). A metodologia de Yunus está baseada no coletivismo.

O que incomodava Yunus era o distanciamento entre a universidade e o meio externo à academia pois o conhecimento no mundo acadêmico, segundo ele, deve ser compartilhado (VIEIRA, 2005). Yunus (2008, p. 229), destaca que para construir o mundo almejado, não se pode desistir, por maior que seja a dificuldade,

Se esperamos encontrar o caminho certo e permanecer nele, devemos concordar com as principais características desse mundo que queremos criar. E devemos pensar grande, tão grande quanto ousemos imaginar, para não desperdiçar as oportunidades sem precedentes que o mundo nos oferece. Vamos nos permitir os sonhos mais radicais possíveis e depois lutar para que eles se tornem realidade (YUNUS, 2008, p. 229).

Um mundo mais justo, depende de que as pessoas parem de aceitar as coisas como elas são, pois se elas aceitam que sempre existirão pessoas pobres, nada irão fazer para reverter essa situação e é essa concepção que faz com que as pessoas continuem pobres (YUNUS, 2008). Foi com esta, e com outras percepções que Muhammad Yunus, vivenciou experiências de economia solidária.

Owen e Marx caracterizam-se como os precursores da economia solidária. Muhammad Yunus, por sua vez, também possui relevância no contexto da economia solidária, e trata-se de um autor contemporâneo. Nos relatos históricos até aqui evidenciados percebe-se a forte relação da economia solidária com a classe trabalhadora, com as pessoas menos favorecidas e suas lutas contra as marginalidades advindas do capitalismo. Neste sentido, a próxima seção apresenta conceitos e princípios da economia solidária.

⁵ A experiência vivenciada por Yunus, está descrita na obra *O Banqueiro dos Pobres* (YUNUS, 2000)

2.4 CONCEITO E PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

De uma maneira geral, a economia solidária, constitui-se numa forma de organização que privilegia o social e não o capital, ela é formada pela prática de diversos dos atores, que acreditam que o interesse coletivo, deve se sobressair à busca pelo lucro (SINGER, 2002; GUÉRIN, 2005). Em sua essência a economia solidária, está direcionada à valorização do ser humano, e por essa razão ela ignora ou desconhece que o econômico deva prevalecer à importância sobre pessoas (GAIGER, 2013). Neste sentido, Singer e Souza (2000, p. 13), explicam que a economia solidária “surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”.

No empreendimento solidário, não deve existir separação entre trabalho e detenção dos meios de produção, pois todos os trabalhadores são associados, logo proprietários. Singer (2002) e Gaiger (2007), explicam que o objetivo básico da economia solidária não consiste na maximização de lucro e sim na quantidade e qualidade do trabalho realizado. O capital, nesses empreendimentos é constituído por meio dos associados (e somente por eles) e todos tem o mesmo direito de voto, independente do capital inserido. Em geral, os empreendimentos solidários são administrados por um grupo de associados eleitos, escolhidos em assembleias gerais. A modalidade básica na economia solidária é a cooperativa de produção, mas existem cooperativas de diversos segmentos: consumo, produtores, crédito, trabalho, habitacionais, sociais. Estes segmentos são escolhidos conforme os objetivos sociais de cada grupo (SINGER, 2002; GAIGER 2007).

Importante ressaltar que, a economia solidária, não se restringe às cooperativas, pois existem também, outras formas de empreendimentos associativos, vinculados a ideologias de organização produtiva, social e política defendidas na economia solidária. Os empreendimentos de economia solidária, em geral, são constituídos em espaços marcados pela solidariedade, e muitas vezes, por indivíduos que foram, por algum motivo, isolados do mercado de trabalho (ANJOS, 2011). As variadas formas de organização existentes na economia solidária, vão desde grupos formais, até informais, e englobam também as pequenas associações, cooperativas e até mesmo as empresas de pequeno e médio porte,

desde que respeitem os processos admitidos pela economia solidária (GAIGER, 2007).

O fato de a economia solidária priorizar o social, estando inserida num sistema contraditório (no caso o capitalista), consiste num grande desafio. Pois, o sistema capitalista, faz com que essas organizações solidárias tenham que lidar com preconceitos, individualismos, autoritarismos subjacentes de defensores do sistema capitalista (SINGER, SOUZA, 2000; DAL RI, 2010). Cabe ressaltar que as práticas de economia solidária, não são definidas apenas pelas oposições ao capitalismo, mas ao caráter submisso que o sistema capitalista e as formas de economia popular apresentam sobre aqueles que vivem do seu trabalho (GAIGER, 2013).

Já Singer (2002), diz que a grande evolução das cooperativas, acontece mediante as marginalidades do sistema capitalista, pois “[...] mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa” (SINGER, 2002, p. 6). O autor completa, ressaltando que assim, o sistema capitalista “força” os trabalhadores a recorrer a novas alternativas, em busca de maior igualdade. De um lado, a economia capitalista é responsável pelo avanço tecnológico, por conquistas e eficiência na produção de bens, entretanto, ela também é louvada por sua eficácia na geração de males para a sociedade e para o ambiente, preço pago pelo progresso econômico (SACHS, 2008).

Cabe ressaltar que por vezes na história, a economia solidária, surge como uma alternativa ao desemprego (DAL RI, 2010). A autora aponta que a tendência é de que existam no capitalismo, perspectivas de desemprego, sendo este um drama social, pois a falta de renda acaba por gerar, privações na capacidade de um indivíduo, causando danos profundos a pessoa que se encontra nesta situação. Além disso, Sen (2010, p. 130) destaca que:

Há provas abundantes de que o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda de renda, como dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre os sexos.

Por isso, é necessário programar modelos alternativos para superar ou amenizar os problemas sociais. Singer (2002) defende que uma sociedade mais igualitária pressupõe uma economia que seja solidária, ao invés de competitiva,

onde os participantes devem cooperar e não competir. Pois o capitalismo acaba por distinguir e polarizar os ganhadores e perdedores.

Dal Ri (2010) aponta como saída para trabalhadores desempregados, a criação de associações, cooperativas, empresas de autogestão, no sentido de que fomentem a criação de novos empregos, e gerem renda para beneficiar pessoas menos favorecidas. E, ressalta que, para estas iniciativas surtirem um efeito positivo “[...] implica na capacidade de mobilizar, motivar e envolver as pessoas para a gestão eficiente das atividades coletivas nos grupos informais, associações, cooperativas, empresas autogestionárias, entre outras” (DAL RI, 2010, p. 51).

Bitencourt (2010) e Anjos (2011), enfatizam que o cooperativismo como forma de economia solidária, não é algo idealizado, e não pode ser implementado em qualquer situação, tendo em vista que exige uma alteração no modo de vida, uma aceitação coletiva, uma educação diferenciada.

Assim, como ocorre no cooperativismo, muitas vezes, o sistema é apresentado como se fosse uma “receita milagrosa”, do tipo que, a partir de sua formação, transformaria a vida dos associados. Todavia, se isso ocorrer, é porque os associados dedicaram-se para o desenvolvimento desse empreendimento, que será sua empresa e sua subsistência (BITENCOURT, 2010, p. 140).

Para Bitencourt (2010), há situações em que empreendimentos são denominados cooperativos, mas seu intuito é de obter redução da carga tributária. Essa visão também é evidenciada por Singer (2002) o qual explica que muitas cooperativas, nascem solidárias, mas com o tempo acabam ferindo os valores cooperativistas e se “rendendo” às ideologias capitalistas. Essa alteração de ideologia pode ser justificada pela maneira em que a cooperativa é concebida, mas principalmente, pelo espírito dos cooperados que ora são compostos de valores solidários, e ora de individualismo e competição.

Para que o espírito cooperativo seja de fato uma prática, é importante que todos os associados possam respeitar e adotar os princípios cooperativistas. Singer (2002) cita os sete princípios do cooperativismo, cuja origem está nos Pioneiros Equitativos de Rochdale⁶ e foram reformulados pela Aliança Cooperativa

⁶ Segundo Singer (2002, p. 39): “A famosa cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale é considerada a mãe de todas as cooperativas. Ela surgiu em Rochdale, um importante centro têxtil no

Internacional (ACI), órgão máximo do cooperativismo no mundo. Estes princípios estão descritos no Quadro 2.

Quadro 2: Princípios do cooperativismo

Princípio	Conceito
1. Adesão livre e voluntária	Pressupõe que as cooperativas são organizações voluntárias, que podem admitir associados, desde que esses, estejam de acordo com responsabilidades que lhe compete. Nesse contexto, extingue-se discriminação social, racial, política ou religiosa.
2. Controle democrático dos membros	As cooperativas são democráticas e devem ser geridas pelos seus membros. Esse princípio também significa que homens e mulheres devem ter participação ativa nos processos de tomada de decisão, sendo que todos têm igual direito de voto (um membro, um voto).
3. Participação Econômica dos membros	Os membros contribuem e controlam de forma igualitária o capital de suas cooperativas.
4. Autonomia e independência	As cooperativas devem ser autônomas e geridas por seus membros. Elas podem constituir acordos com outras organizações, desde que seja assegurado o controle democrático e a autonomia da cooperativa.
5. Educação, treinamento e informação	Este princípio pressupõe a capacitação e formação dos membros da cooperativa, para que eles contribuam de maneira eficaz para o desenvolvimento desta.
6. Cooperação entre cooperativas	Pressupõe o trabalho conjunto por meio de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais, essas estruturas, fortalecem o movimento cooperativo.
7. Preocupação com a comunidade	As cooperativas se preocupam com o desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Isso deve garantido por meio das políticas aprovadas pelos membros.

Fonte: International Co-operative Alliance, 2015.

A economia solidária se configura em importante ferramenta na construção de um desenvolvimento local e regional. Basso, Lemes e Da Silveira (2010), destacam que a economia solidária é uma estratégia de incentivo ao desenvolvimento, se tiver como base as condições locais. Mas para isso, os princípios cooperativistas devem ser respeitados.

Portanto, uma cooperativa solidária, só pode ser considerada como tal, se ela respeitar e seguir os princípios cooperativos, e sobretudo, se os seus associados se dedicarem para o seu desenvolvimento. Se o modelo de economia solidária for aplicado de forma adequada aos princípios cooperativistas, ele tem grandes chances de proporcionar aos indivíduos associados, melhor qualidade de vida. A

norte da Inglaterra, em 1844. Fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles owenista, entre seus objetivos estava a criação de uma colônia autossuficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito”. A cooperativa dos Pioneiros de Rochdale originou princípios universais para o cooperativismo (SINGER, 2002; ARANA 2006).

economia solidária, como alternativa de desenvolvimento sustentável pode permitir autonomia para indivíduos que estejam excluídos socialmente.

Assim, a economia solidária, é uma forma de organização coletiva que pode ser capaz de potencializar, transformar duras realidades, e fornecer aos indivíduos inseridos uma saída para um quadro de exploração. Para o caso dos catadores foram abordadas duas formas (mais comuns) de se constituir organizações coletivas, podendo se dar através de cooperativas de trabalho e também associações, as quais serão explicadas na próxima seção.

2.5 ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS COMO POSSIBILIDADE DE ORGANIZAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As associações ou cooperativas, em geral, são constituídas por indivíduos que anseiam por maior qualidade de vida, que através do trabalho em conjunto, objetivam o bem comum. Nesse sentido, Gehlen e Mocelin (2009) destacam que esses empreendimentos solidários, surgem como alternativas de organização coletiva a indivíduos que buscam superar injustiças e necessidades comuns em determinado grupo social.

Com base na Lei nº 10.406/2002, associação é definida pela união de pessoas que se organizam e não possuem fins lucrativos, não existindo entre os associados, direitos e obrigações mútuos (BRASIL, LEI 10.406/2002). As associações, objetivam promover a “assistência social, educacional, cultural, a representação política e a defesa de interesses de classe” (PINHEL, 2013, p. 20).

Pinhel (2013) e Cardoso (2014) explicam que em geral, a associação se origina de uma iniciativa formal ou informal, que através da união de pessoas, visa beneficiar os associados e superar adversidades deste grupo. Esta forma de organização, não se origina por meio de contrato, e sim através da constituição de um Estatuto, e a associação não possui capital social. As associações se caracterizam por

- 1) Reunião de duas ou mais pessoas para a realização de objetivos comuns (lembrando que a lei não define o número legal para criar uma associação).
- 2) Seu patrimônio é constituído pela contribuição dos associados ou de seus membros, por doações, subvenções. Não possui capital social, por isso dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras.
- 3) seus fins podem ser alterados pelos associados. 4) Seus associados deliberam livremente. 5) São entidades de direito privado e não público (CARDOSO, 2014, p. 10).

Num comparativo com cooperativa, associação é uma forma mais simples de organização para ser constituída. Com base em Gehlen e Mocelin (2009), as cooperativas exigem mudanças maiores nas atitudes dos envolvidos, tendo em vista que estes passarão de empregados para proprietários de uma empresa coletiva. Dal Ri (1999) e Cardoso (2014) conceituam cooperativa, como sendo uma empresa econômica, formada por um conjunto de pessoas, que possuem objetivos específicos, e que são detentoras dos meios de produção. Com base em Pinhel (2013) as cooperativas possuem objetivo basicamente econômico, que visam tornar viável o negócio produtivo do grupo de cooperados no mercado. A cooperativa, pode atuar no mercado “[...] desenvolvendo atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização para seus cooperados” (CARDOSO, 2014, p. 10). Mauad (2015) acrescenta que a principal finalidade das cooperativas deve estar voltada para a ampliação da condição de vida dos sócios.

O Quadro 3 apresenta uma síntese das principais características das associações e cooperativas, contendo suas diferenças e similaridades.

Quadro 3: Quadro comparativo entre associação e cooperativa

Características	Associação	Cooperativa
1. Finalidade	Assistência social sem fins econômicos.	Essencialmente econômica.
2. Objetivos	Defender os interesses dos associados.	Desenvolver a atividade produtiva dos cooperados.
3. Mínimo de pessoas para constituição	Não há um limite mínimo	20 (vinte) pessoas, exceto as cooperativas de trabalho que exige o mínimo de 7 (sete) pessoas.
4. Representação Legal	Caso autorizado, representa por meio do Estatuto Social, os associados em ações coletivas e prestação de serviços comuns de interesse econômico, social, técnico, legal e político. É representada por Federações e Confederações.	Caso autorizado, representa pelo Estatuto Social, os cooperados em ações coletivas e prestação de serviços comuns de interesse econômico, social, técnico, legal e político. Pode constituir federações e confederações para sua representação.
5. Área de Ação	Delimitada pelos seus objetivos.	Delimitada pelos seus objetivos.
6. Atividades Mercantis	Pode ou não comercializar.	Pode praticar qualquer ato

		comercial
7. Operações Financeiras	Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais, mas isso não corresponde à sua finalidade. Não realiza operações de empréstimos ou aquisições com o governo federal. Não é beneficiária de crédito rural.	Pode realizar plena atividade comercial, operações financeiras e bancárias e pode candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal. As cooperativas de produtores rurais são beneficiadas do crédito rural de repasse, sendo beneficiárias de crédito rural. Pode realizar qualquer operação financeira.
8. Responsabilidade dos Sócios	Os associados não têm responsabilidade sobre as obrigações adquiridas pela associação. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.	Os cooperados não tem responsabilidade direta pelos compromissos adquiridos pela cooperativa, a não ser no limite de suas quotas partes e nos casos em que decidem por sua responsabilidade ilimitada. A sua diretoria só pode ser responsabilizada, caso haja em consentimento dos cooperados.
9. Remuneração dos dirigentes	Os dirigentes não são remunerados. Recebem apenas o reembolso das despesas efetuadas para o desempenho dos seus cargos.	A direção pode ser remunerada por retiradas mensais pró-labore, definidas em assembleia, e também recebem o reembolso de suas despesas. Não possuem vínculo empregatício
10. Destino/ Distribuição do Resultado Financeiro	Os excedentes financeiros devem ser aplicados nas atividades da associação. Não há rateio de sobras das operações financeiras entre os sócios.	Parte das sobras deverá ser destinada ao Fundo de Reserva (mínimo de 10%) e ao FATES Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (mínimo de 5%). O restante poderá ser rateado entre os cooperados e/ou incorporadas ao capital próprio da cooperativa, após decisão em assembleia geral. As sobras são divididas conforme o volume de negócios de cada cooperado.
11. Escrituração Contábil	Simplificada e objetiva	Em função da quantidade de negócios, em geral, a escrituração contábil das cooperativas é mais complexa. Esse fato se deve da necessidade de contabilidades separadas para as operações com os cooperados. É específica e completa. Deve existir controle de cada conta capital dos cooperados e registrar em separado as operações com não cooperados
12. Obrigações Fiscais e Tributárias	Deve fazer anualmente uma declaração de isenção do Imposto de Renda. Mas, não está imune, podendo ser isentada dos demais impostos e taxas.	Não paga imposto de renda nas operações com os cooperados. No entanto, deve recolher sempre que couber imposto de renda na fonte e o imposto de renda nas operações com terceiros. Paga todas as demais taxas e impostos decorrentes das ações comerciais.

13. Fiscalização	Pode ser fiscalizada pela Prefeitura Municipal (Alvará, ISS, IPTU), Fazenda Estadual (nas operações de comércio, INSS, Ministério do Trabalho e IR).	Igual a associação. Além disso, poderá, dependendo de seus serviços e produtos, sofrer fiscalização de órgãos como Corpo de Bombeiros, Conselhos, Ibama, Ministério da Saúde etc.
14. Estruturas de Representação	Representada pelos associados em ações coletivas de seu interesse. E também é representada por federações e confederações.	Pode representar associados em ações coletivas do seu interesse. Pode constituir federações e confederações para sua representação. É representada pelo Sistema OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, sediada em Brasília. Algumas cooperativas possuem também representação de interesses econômicos e estratégicos através de centrais ou federações (cooperativas de 2º grau) e confederações (cooperativas de 3º grau).
15. Dissolução e Liquidação	Definida em assembleia geral ou mediante intervenção judicial, realizada pelo Ministério Público. (As regras previstas para dissolução das associações estão previstas nos arts. 49, 50, 51 e 61 da Lei nº 10.406/2002). Os bens remanescentes na dissolução ou liquidação deverão ser destinados, por decisão da assembleia geral, para entidades afins	A dissolução é definida em assembleia geral. Pode ocorrer a liquidação por processo judicial. Nesse caso, o Juiz nomeia uma pessoa como liquidante, não podendo ser proposta a falência. (Conforme Arts. 63, 64, 65 e 66 da Lei nº 5.764/1971). Em caso de liquidação, os associados são responsáveis, limitada ou ilimitadamente conforme os estatutos, pelas dívidas.
16. Patrimônio/ Capital	É formado a partir da contribuição dos associados, por meio de taxas, doações, fundos e reservas. Não possui capital social, e isso dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras. Toda associação com personalidade jurídica é dotada de patrimônio e movimentação financeira, porém não poderá repartir o retorno econômico entre os associados, uma vez que será usada no fim da associação e nunca está sujeita a falência ou recuperação econômica.	Detém capital social, facilitando, o acesso a financiamentos. O capital social é constituído por quotas partes podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização. Os bens remanescentes, depois de cobertas as dívidas trabalhistas e com o Estado, depois com fornecedores, deverão ser destinados a entidades afins.

Fonte: CARDOSO, 2014, (p. 22 a 28); BRASIL, LEI 5.764/1971; BRASIL, LEI 12.690/2012.

Ambas as formas de organização, possuem vantagens e desvantagens. No que tange ao engessamento do capital e patrimônio, a associação deixa a desejar em relação à cooperativa. Em compensação, a associação tende a ser menos burocrática, seu gerenciamento é mais simples, e os custos para registro são menores (PINHEL, 2013; CARDOSO, 2014). Mas o que define melhor a forma de organização a ser adotada, é o objetivo e finalidade desta. Pois, se a finalidade

tende à promoção social, sem fins econômicos, o ideal é optar por formar uma associação. Agora, se a finalidade é essencialmente econômica, o ideal é a criação de uma cooperativa.

No que diz respeito a empreendimentos organizativos, de catadores de materiais recicláveis, existem tanto associações quanto cooperativas. No caso da cooperativa, a forma mais usual é a prestação de serviços sob forma de cooperativa de trabalho.

Com base em Singer (2004) as cooperativas de trabalho, surgiram como forma de substituir o trabalho assalariado regular pelo trabalho contratado autônomo e também como saída para trabalhadores marginalizados. Esta forma de cooperativa, vêm ganhando destaque nos últimos anos, devido ao seu papel social, (em especial as solidárias), a possibilidade de aumentar a renda dos cooperados, o fornecimento de maior segurança ao trabalhador (por ele ser o patrão). Além desses aspectos, no Brasil, existem muitas empresas que, na finalidade de reduzirem seus custos, optam por contratar terceirizadas, ou cooperativas de trabalho, para realização de serviços específicos, mas fundamentais para a atividade principal da empresa.

Mauad (2015, p. 212) define as cooperativas de trabalho como

organizações formadas por pessoas físicas, trabalhadores autônomos ou eventuais, de uma ou mais classes de profissão, reunidos para o exercício profissional em comum, com a finalidade de melhorar a condição econômica e as condições gerais de trabalho dos seus associados, em regime de autogestão democrática e de livre adesão, os quais dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, propõem-se a contratar a execução de obras, tarefas, trabalhos ou serviços públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupos de alguns.

Conforme rege a lei 12.690/2012, a criação de uma cooperativa de trabalho, pode ser feita com no mínimo 7 (sete) sócios. Estes associados, devem ter garantidos os seguintes direitos: a) retiradas não inferiores ao salário mínimo, e valores correspondentes as horas trabalhadas; b) duração do trabalho não pode ser superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais (salvo em caso de plantões ou escalas); c) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; d) repouso anual remunerado; e) adicional em casos de atividades perigosas; f) seguro de acidente de trabalho (BRASIL, LEI 12.690/2012). Além disso, a cooperativa é

obrigada a constituir, conforme previsto pela lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, artigo nº 28, os fundos apresentados no Quadro 4.

Quadro 4: Fundos obrigatórios para cooperativas

Tipos de Fundos	Características
Fundo de Reserva	Destinado a reparar perdas e atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício.
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício

Fonte: BRASIL, LEI 5.764/1971, Art. 28.

Para a formação de uma organização de catadores, é imprescindível a capacitação destes indivíduos, tendo em vista que o gerenciamento é fundamental em qualquer empreendimento, sobretudo nos autogestionários, solidários e populares (PINHEL, 2013). Martins (2003) explica que a formação de empreendimentos organizativos, depende da problemática que se deseja tratar. Este autor considera que para melhorias imediatas nas condições de trabalho e de renda dos catadores de materiais recicláveis, o ideal seria optar por associações. Pois segundo ele, existe uma alta rotatividade entre catadores de materiais recicláveis e há uma fragilidade entre esses indivíduos. Com base na sua percepção, nesses casos de alta rotatividade, é inviável manter um sistema organizativo sob forma de cooperativa, por que sempre que um sócio se desligar da cooperativa, as cotas terão de ser restituídas, e isso implica no montante de capital da cooperativa (MARTINS, 2003).

A preocupação evidenciada por Martins (2003), diz respeito principalmente às cooperativas em estado de precariedade, afinal os catadores, em geral, possuem pouca renda, e isso dificultaria a formação de capital social. Pinhel (2013), explica que a situação atual, em que se encontram cooperativas de trabalho de catadores no Brasil (cabe ressaltar que há exceções), reflete uma realidade precária.

Mesmo se organizando para fugir da exploração econômica, o catador continua vulnerável a ela porque as indústrias que compram recicláveis são poucas e exigem grandes volumes para negociar. De todo jeito existem empreendimentos de catadores que possuem apoio e equipamentos suficientes, mas mesmo assim enfrentam problemas, sejam internos (organização, por exemplo) ou externos (como a falta de financiamento e reconhecimento da sociedade) (PINHEL, 2013. p. 22).

Independente da forma de organização, seja por associação, seja por cooperativa, a autogestão, se aceita e vivenciada pelos envolvidos pode contribuir para melhores resultados e condições de vida. No caso dos catadores, essas alternativas favoreceriam, para que estes indivíduos pudessem ser mais independentes, entretanto, ainda assim, isso não significa que eles sairão do contexto de exclusão social em que estão inseridos (PINHEL, 2013).

A situação atual, vivenciada por muitos catadores, reflete uma dura realidade, o perfil de catadores brasileiros, e suas lutas, estão retratadas na próxima seção.

2.6 CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E A DEMANDA POR ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO RECURSO PARA A AUTONOMIA

A existência de catadores de materiais recicláveis no Brasil é antiga, antes eram conhecidos como catadores de lixo e que mais recentemente passaram a ser denominados de catadores de materiais recicláveis. No entanto, são poucos os registros históricos que confirmam esta realidade. Esse objeto de estudo, ainda se configura em uma raridade no campo da investigação histórica (SOUZA, 2011). Até a década de 80, a presença de pessoas que coletavam resíduos, era destacada principalmente por poetas e dramaturgos (BOSI, 2008).

O poeta Manuel Bandeira, em 1947, em sua obra “O Bicho”, já apresentava relatos de pessoas que viviam coletando alimentos no lixo para sobreviver. Mas ainda assim, Bandeira não se referia necessariamente a catadores de materiais recicláveis, e sim às pessoas que vasculhavam o lixo em busca de alimentos (BOSI, 2008). Trinta anos após a obra “O Bicho”, Plínio Marcos retoma os relatos de Manuel Bandeira e escreve a peça de teatro “Homens de Papel” (1978). Nesta peça, o autor cita que realizavam a coleta de materiais recicláveis e atuavam como trabalhadores, concentrados nas grandes cidades, (BOSI, 2008). Mas fora da dramaturgia, a realidade se apresenta mais dura, a coleta dos materiais é tarefa árdua, feita pelos chamados segregados do convívio social, pessoas idosas, doentes, etc. Além disso, por muito tempo, os catadores estiveram submetidos a representações como lixeiros, homem do saco, garrafeiro, palavras estas que se dicionarizadas trazem denominações pejorativas a pessoa do catador e a atividade que desempenha (WADMAN, 2010).

A expansão da visibilidade do trabalho dos catadores, num contexto histórico, foi possibilitada, em parte, pelo aumento no tamanho dessa população. Na década de 1980, os catadores de materiais recicláveis, tornam-se mais visíveis como força de trabalho numericamente significativa, e em consequência, passaram a realizar a reciclagem em maior escala. A reciclagem⁷ foi viabilizada e se tornou possível por meio do trabalho árduo e de baixo custo realizado pelos catadores, Bosi (2008, p. 104), ainda argumenta que,

Nestes termos explica-se por que essa força de trabalho surgiu composta de trabalhadores sem contrato e com uma produtividade que pudesse ser definida pelo pagamento por produção: uma população descartada do mercado de trabalho e sem atributos para retornar às ocupações formais (BOSI, 2008, p. 104)

Com base em Magalhães (2012) os catadores de materiais recicláveis, vivem à margem do mercado de trabalho, em condições de exclusão social, encontrando na catação dos recicláveis uma alternativa de renda. Entretanto, esta alternativa nem sempre se consolida como uma condição digna de ocupação para obter a renda necessária. É nessa condição que une desemprego estrutural à precarização do trabalho, que catadores podem ser levados a se organizar em busca de obter melhores espaços e representatividade na sociedade.

Conforme Ipea (2009), infelizmente, a realidade vivenciada por muitos catadores de materiais recicláveis, mostra que não houveram alterações significativas neste quadro de exclusão social, pois esses indivíduos continuam a margem, e muitas vezes, ignorados pela sociedade. As más condições de trabalho aliadas a dependência, fazem com que o círculo de trabalho desses indivíduos seja visto como

⁷ A reciclagem é uma alternativa sustentada para redução e reaproveitamento de resíduos orgânicos (possuem origem vegetal ou animal, eles podem ser reciclados como adubos, ou também podem ser fonte de energia. Exemplo: restos de alimentos) e não orgânicos (Resíduos não orgânicos são os chamados lixos secos, que são os mais utilizados na reciclagem, são eles: plástico, latinha de alumínio, metal, papel, papelão e vidro) (MAGERA, 2003).

(...) cadeia produtiva suja – um sistema de produção que é sustentado pelo trabalho precário de catadores que exercem a atividade sem qualquer vínculo empregatício. Eles vendem materiais recicláveis para ferros-velhos pequenos e médios, e até para redes de comércio de sucata. Além do trabalho em condições precárias, há casos de trabalhos análogos à escravidão, servidão por dívida, aluguel de carroças e trabalho infantil. São situações que violam os direitos humanos dos catadores; um dilema moral do setor de reciclagem que, no Brasil, apesar de ser considerado um dos maiores do mundo, ainda é mantido pela exploração destes trabalhadores (IPEA, 2009, p.21)

Os catadores estão envoltos numa relação social obscura, estes indivíduos são vítimas de uma invisibilidade histórica, realizada pelo poder público, e pela sociedade em geral. Em decorrência, os catadores acabam isolados e mais presentes em ambientes de concentração de pobreza, com pouca ou nenhuma disponibilidade de serviços públicos (IPEA, 2013). Os catadores sempre estiveram num contexto à margem da sociedade, ilustrados como indivíduos rejeitados e pertencentes aos segmentos excluídos. Condiicionados pela elite social como atrapalho e prejudiciais à imagem das cidades, vistos até como “mendigos disfarçados e suspeitos de municiarem criminosos com armas que distribuem as ocultas pelas ruas” (WADMAN, 2010, p. 24).

Assim, em meados da década de 1980, vislumbrando melhorar a visibilidade e a qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis na sociedade, iniciam-se as primeiras experiências de organizações para esses indivíduos. Em 1986, em Porto Alegre/RS, surge a primeira organização de catadores, sob forma de associação, com o nome Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Porto Alegre⁸. A referida associação objetivava resgatar os indivíduos marginalizados e que viviam em condições precárias. A experiência em Porto Alegre, contribui para a criação de novas associações deste mesmo segmento (MARTINS, 2003).

Em 1989, surge a Cooperativa de Catadores de Papel Autônomos (COOPAMARE), na cidade de São Paulo/SP, resultado de uma experiência propiciada por um grupo de irmãs beneditinas da Organização e Auxílio Fraternal (OAF). Na constituição da COOPAMARE, os esforços iniciais da equipe da Pastoral,

⁸ A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Porto Alegre, surge mediante um trabalho da igreja católica, liderado pelo padre Antônio Cechin e sua irmã e também freira Matilde Cechin (MARTINS, 2003).

eram concentrados no ganho de confiança, para posteriormente poder organizar e capacitar os catadores. A constituição dessas cooperativas foi um processo árduo, pois a condição de carência extrema dessa população, fazia com que rejeitassem qualquer aproximação de pessoas externas ao grupo (JACOBI e TEIXEIRA, 1997).

Conforme explicam Jacobi e Teixeira (1997) na época de criação da COOPAMARE, os catadores estavam inseridos num contexto de repreensão, de um lado estava o Poder Público, que os tratava como marginais, e de outro estava a sociedade, que de certa forma, também ignorava a sua existência. Foi constante o trabalho de recuperação de autoestima, e valorização do trabalho, que resultou em benefícios não somente para eles, mas também para toda a sociedade. Atualmente, a COOPAMARE propicia aos cooperados cursos de capacitação profissional, atividades de lazer, alfabetização, assistência social e psicológica, entre outros suportes para melhorar a renda dos cooperados e o seu desenvolvimento na atividade que desempenha. Além dos cooperados a cooperativa também contribui para com a sociedade na diminuição da quantidade de lixo a ser aterrado, preservação dos recursos naturais, etc. (COOPAMARE, 2015).

Em Belo Horizonte, a iniciativa de uma organização de catadores, surgiu de forma semelhante à COOPAMARE de São Paulo. Inicialmente, foi feito um trabalho de aproximação dos catadores, pois até então, trabalhavam de forma muito dispersa, o que dificultava um trabalho associativo. Em 1990, depois de muitas lutas, e com auxílio da Pastoral de Rua, surge a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (ASMARE). Essa associação objetiva contribuir na recuperação da cidadania e melhoria da qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis associados (JACOBI, TEIXEIRA, 1997).

Com o crescimento das organizações de catadores de materiais recicláveis, e visando o fortalecimento da categoria, foi criado o MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável), que se constitui um grande avanço em termos de representatividade para os catadores. As mobilizações do MNCR foram iniciadas em meados de 1999 e a partir de então, este movimento vem intensificando sua luta pela inclusão e valorização social destes trabalhadores e por sua organização na forma de cooperativas, visando criar postos de trabalho para esta classe trabalhadora (RIBEIRO, 2009).

Uma conquista importante, obtida pela motivação e lutas do MNCR, ocorreu no ano de 2001, em Brasília, quando foi realizado o 1º Congresso Nacional dos

Catadores de Materiais Recicláveis. Esse encontro reuniu aproximadamente 1.700 catadores. Neste primeiro congresso foi lançada a Carta de Brasília, um documento que contém as necessidades sociais e profissionais dos catadores de materiais recicláveis. Já em 2003, em Caxias do Sul (RS), aconteceu o 1º Congresso Latino-americano de Catadores⁹, que também foi importante na disseminação da luta dos catadores e fortalecimento do MNCR (RIBEIRO, 2009). Os congressos configuraram-se em momentos importantes de fortalecimento da categoria e na evolução de reflexões, no que tange às estratégias de desenvolvimento para os catadores de materiais recicláveis.

No Brasil, a luta pela melhora da qualidade de vida dos catadores, através de experiências com cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis tem se multiplicado, mas ainda, grande parte dos catadores, não estão vinculados a estes tipos de empreendimento. Com base na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) existem aproximadamente 100.890 catadores no Brasil. Deste total 69% atuam de maneira informal, ou seja, fazem a coleta dos materiais recicláveis individualmente, nas ruas. O restante, que corresponde a 31% estão inseridos em cooperativas ou associações (IBGE, 2008).

O perfil dos catadores no Brasil, não é monolítico, entretanto, contém semelhanças entre seus integrantes. Em muitos casos, parte dos catadores já estão na atividade há muitos anos, desde a infância. Em algumas famílias, a atividade passa de geração em geração, uma das explicações para isso, é a falta de melhores opções. Mas também há aqueles que se tornaram catadores por questões imprevisíveis, como perda de emprego, acidentes. Outros indivíduos ainda, trabalham intercalando a atividade de catador com outros trabalhos (IPEA, 2013)

No Brasil, existem muitos catadores que seguem uma rotina diária, possuem horário de saída e retorno para suas casas. Mas há também aqueles que possuem rotinas menos regulares, não seguindo um padrão por dia e trabalhando em dias aleatórios (IPEA, 2013). Como se percebe até aqui, há uma diversidade de possibilidades quando se trata da atividade de catador de material reciclável.

Pinhel (2013) explica que, o crescimento de pessoas envolvidas na atividade de coleta dos materiais recicláveis, tem relação com extremos níveis de pobreza. Os

⁹ O 2º Congresso Latino Americano de Catadores foi realizado em janeiro de 2005 em São Leopoldo/RS e o 3º Congresso Latino-americano, em março de 2008, em Bogotá na Colômbia (MNCR, 2015).

catadores vendem os materiais, e isso gera renda para sustentar suas famílias. Entretanto, na maioria das vezes a renda é baixa, e não permite desfrutar de uma qualidade de vida justa. Com base em Cerqueira Streit (2013), em geral, os catadores são pobres, e a renda média, não ultrapassa o valor do salário mínimo.

A atividade de coleta de materiais recicláveis, deixa o catador a mercê de muitos riscos, das mais variadas naturezas, pois em geral, os catadores não utilizam equipamentos de proteção individual. Sendo assim, estão sujeitos a cortes, cicatrizes e hematomas, doenças pela exposição a vírus e bactérias (ARANA, 2006; PEREIRA JUNIOR, GUADAGNIN, 2013; CERQUEIRA STREIT, 2013). Além do risco inerente a atividade, o catador sofre com a

falta de assistência como o seguro desemprego, assistência médica, 13º salário, entre outros. Mesmo trabalhando nessas condições, a necessidade prevalece, e o catador tenta esquecer esses problemas para se sustentar e sustentar sua família (PEREIRA JUNIOR; GUADAGNIN, 2013, p. 5).

Em face das problemáticas, vividas pelos catadores do Brasil, que foram evidenciadas até aqui, percebe-se as inúmeras dificuldades e necessidades de que carecem esses indivíduos. Desta forma as associações e cooperativas configuram-se em um dos caminhos trilhados pelos catadores do Brasil, no intuito de melhorar a organização e a qualidade do trabalho na área da coleta seletiva e reciclagem. Estas são aqui entendidas como *o processo de transformação de resíduos sólidos (...) com vistas à transformação em insumos ou novos produtos (...)*¹⁰, tentando adotar este processo com a incorporação dos princípios da Economia Solidária (STOFFEL *et al*, 2015).

A mobilização dos catadores em prol de garantir uma política pública para o setor, baseada na Economia Solidária também vêm sendo fortalecida. Para tal, foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo e a inclusão de recursos orçamentários, na finalidade de fornecer suporte às ações dos empreendimentos solidários de reciclagem. Estas ações contribuem para apoiar de forma institucional o trabalho cooperativado da coleta seletiva e da reciclagem, avançando ainda no que tange ao marco legal sobre o tema (ROCHA, 2012). Este

¹⁰ Segundo o inciso XIV do Art. 3º da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 que altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

autor também destaca que o governo federal vem promovendo outras ações no sentido de beneficiar os catadores,

As iniciativas do governo federal, de unir coleta seletiva e valorização da mão de obra dos catadores, culminou na promulgação do Decreto 5.940/2006 que trouxe o conceito de Coleta Seletiva Solidária, agregando valor ao trabalho dos catadores de materiais reciclados, visando a sua inclusão social e geração de trabalho e renda por meio do cooperativismo e do associativismo. Esta legislação estabeleceu a obrigação dos órgãos públicos de todas as esferas a realizar a coleta seletiva em suas dependências e destinar os materiais recicláveis a entidades reconhecidamente dos catadores. Esta foi, sem dúvida, uma grande conquista legal para o meio ambiente, para os catadores e para a sociedade (ROCHA, 2012, p. 5).

De um lado, a lei 5.940/2006 se configura como uma grande conquista, pois os órgãos públicos passam a ter obrigação de destinar seus resíduos à cooperativas e associações de recicláveis. Mas para isso, as cooperativas e associações, precisam estar preparadas estruturalmente para receber tais materiais. Por outro lado, cabe ressaltar que boa parte desses empreendimentos possuem carências, sobretudo quanto à infraestrutura e posse de maquinários (IPEA, 2013).

Outros avanços legais, favoráveis às organizações de catadores de materiais recicláveis, ocorreram por meio da Lei 11.445/2007, que institui as diretrizes da Política Nacional de Saneamento. Uma das mudanças importantes para os catadores, promovidas por essa lei, foi a possibilidade de administrações públicas municipais contratarem organizações de catadores para realizar coleta seletiva no município, com a oportunidade de remuneração e sem que para isso fosse necessária a realização de licitação. Em 2010, a criação da Lei 12.305/2010 também favoreceu organizações de catadores sobretudo indústrias que compram resíduos¹¹ diretamente de cooperativas de catadores, essas indústrias poderiam contar com redução no Imposto sobre Produtos Industrializados (PEREIRA, 2011; MNCR, 2015).

Em 23 de dezembro de 2010, o Decreto nº 7.405, institui o Programa Pró-Catador, que prevê algumas melhorias para catadores de materiais recicláveis, quanto as condições de trabalho, ampliação de oportunidades para inclusão social e

¹¹ Os resíduos sólidos são materiais, substâncias, objetos descartados pelas pessoas e são oriundos de suas atividades, estes resíduos podem ser sólidos ou semissólidos, como por exemplo gases disponíveis em recipientes líquidos, cuja composição não permite a sua destinação na rede pública de esgoto ou em corpos d'água (BRASIL, LEI 12.305/2012)

econômica. O programa une a gestão de resíduos sólidos à inclusão de catadores de materiais recicláveis, prevendo diversas ações, apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5: Art. 2º Ações do Programa Pró-Catador instituído pelo decreto nº 7.405/2010

<p>I- Capacitação, formação e assessoria técnica;</p> <p>II- Incubação de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem na reciclagem;</p> <p>III- Pesquisas e estudos para subsidiar ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;</p> <p>IV- Aquisição de equipamentos, máquinas e veículos voltados para a coleta seletiva, reutilização, beneficiamento, tratamento e reciclagem pelas cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;</p> <p>V- Implantação e adaptação de infraestrutura física de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;</p> <p>VI- Organização e apoio a redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;</p> <p>VII- Fortalecimento da participação do catador de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem;</p> <p>VIII- Desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à agregação de valor ao trabalho de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis; e</p> <p>IX- Abertura e manutenção de linhas de crédito especiais para apoiar projetos voltados à institucionalização e fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.</p>
--

Fonte: BRASIL, Decreto 7.405/2010, Art. 2º.

O Programa Pró-Catador, possui um objetivo grandioso, no que tange ao apoio a catadores de materiais recicláveis, entretanto, a adesão dos entes federados ao programa é voluntária. Ou seja, Estados, Distrito Federal e Municípios, engajam-se no programa, somente se quiserem, e assim, caso queiram devem fazê-lo por meio de um termo de adesão, conforme previsto no art. 3º do decreto 7.405/2010.

Um grande avanço alcançado, diz respeito a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que em partes se deve à luta do MNCR. Sua implantação além de ser benéfica ao meio ambiente, também engloba outros benefícios, que incluem os catadores de materiais recicláveis (PEREIRA, 2011; DEMAJOROVIC, 2013). Esta política

estabelece a integração de catadores aos processos de coleta seletiva, tendo o município que elaborar o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e institui princípios como o do poluidor pagador e da logística reversa. A PNRS também aponta a implantação de incineradores de resíduos como solução ambientalmente adequada, fato fortemente criticado pelo MNCR e manifestado no pedido de veto ao §1º do artigo 9º, que permite a incineração, mas a solicitação não foi acatada pelo ex-presidente (PEREIRA, 2011, p. 35).

A constituição da PNRS foi uma luta que perdurou por aproximadamente vinte anos, até sua constituição. A lei 12.305/2010, incentiva a criação de empreendimentos cooperativos ou associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, e além disso orienta que os municípios forneçam prioridade a estas cooperativas e associações, na implantação da coleta seletiva (BRASIL, Lei 12.305/2010).

Essas conquistas legais, são crescentes principalmente nos últimos anos e refletem as conquistas da luta do MNCR, sobretudo, do reconhecimento por parte do poder público do problema social em que se encontram os catadores de materiais recicláveis de todo o Brasil. Entretanto, são necessárias evoluções práticas para os catadores de materiais recicláveis, pois muitos sobrevivem com extremas dificuldades, sobretudo aqueles “[...] que não estão organizados em associações e cooperativas (a maioria), uma vez que as principais políticas de apoio existentes são direcionadas aos catadores organizados formalmente” (PEREIRA, 2011, p. 35).

De maneira geral, ainda que estes catadores estejam engajados em formas associativas ou cooperativas, necessitam de atenção especial, apoio através de políticas públicas, ações de fomento, que não são diferentes de outros empreendimentos de economia solidária, que também possuem necessidades imediatas. É necessário possibilitar a esses catadores condições para que tenham acesso a formação e assessoria técnica, na finalidade de que possam gerir seus empreendimentos e tenham maior conhecimento quanto a cadeia que envolve os recicláveis. Torna-se importante também a realização de programas de qualificação social com profissionais específicos, que possam dialogar sobre as necessidades e pretensões dos catadores, a fim de consolidar o desenvolvimento de meios sociais adequados para constituir estas associações e cooperativas (GOMES, FARIA, SILVA, 2012).

Os catadores de materiais recicláveis, conforme já mencionado, em muitos casos vivem em meio a um contexto de exclusão social em diversas dimensões. Uma das formas encontradas por estes catadores, no sentido de se fortalecer, está na articulação coletiva, que pode ser formada sob diversos formatos organizacionais, objetivando minimizar gargalos estruturais de exclusão destes catadores (IPEA, 2013). Se os catadores estão engajados em formas de organização associativa ou cooperativa, a tendência é de que ampliem suas possibilidades, tendo acesso a inúmeras potencialidades. Mas na prática, a maior parte trabalha de forma individual,

e não consegue formar, ou simplesmente não deseja participar destas formas de organização, por uma série de limitações. Nesse sentido, a próxima seção trata dos limites e potencialidades para a constituição de organizações de catadores.

2.7 LIMITES E POTENCIALIDADES PARA A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

No processo de organização coletiva de catadores de materiais recicláveis, existe um leque de desafios e oportunidades a serem enfrentados. Nesse sentido, esta seção, busca apresentar os limites e potencialidades envolvidos na organização coletiva de catadores de materiais recicláveis, sob o viés de diversos autores e com base nas experiências apresentadas por estas fontes.

2.7.1 Limites

Os limites, são entendidos neste trabalho como barreiras que limitam e/ou dificultam o processo de organização coletiva dos catadores de materiais recicláveis. Cabe ressaltar que não são poucas as barreiras, entretanto, muitas delas entendemos serem possíveis de serem superadas.

Arana (2006), Rocha (2012) e Ipea (2013), destacam que a categoria de catadores de materiais recicláveis ainda é pouco organizada, e isso pode se justificar pela baixa escolaridade, pouca ou ineficaz capacitação destes indivíduos, e sobretudo pela condição precária em que vivem. Rocha (2012) enfatiza que para a formação de organizações coletivas, precisa-se de catadores interessados em participar de um trabalho coletivo. Mas muitas vezes, o que acontece neste meio é que a necessidade de sobrevivência se sobrepõe ao interesse na formação de organizações coletivas. Pois as dificuldades, fazem com que os catadores busquem soluções imediatas para resolver as suas necessidades individuais e familiares, e em virtude disso eles não dispõem do tempo necessário para constituir organizações coletivas (IPEA, 2013).

A atividade de coleta dos materiais recicláveis, feita pelos catadores (sobretudo aqueles que trabalham informalmente) é realizada para atender as necessidades mais urgentes dos catadores, e em geral, não é atividade fixa (IPEA, 2013). Sendo que alguns catadores a realizam apenas quando não encontram outro

tipo de trabalho. Na organização coletiva destes catadores, esse fato poderia gerar alta rotatividade dos membros da entidade (SILVA, DENARDI, BERNO, 2015). E para o caso da formação de um empreendimento sob forma de cooperativa solidária, por exemplo, há uma exigência mínima de pessoas, o que fica prejudicado com a alta rotatividade característica do grupo.

Rocha (2012) e Ipea (2013) apontam como outra limitação a baixa renda dos catadores, pois com uma renda superior, os catadores poderiam sanar soluções imediatas de sobrevivência, e ter acesso a melhores condições de vida.

Muitos catadores de materiais recicláveis, também preferem trabalhar de forma isolada (ROCHA, 2012). Esta fonte ainda aponta que atuando de forma individualizada, os catadores possuem poder de negociação limitado frente aos atravessadores. Em geral, a preferência pelo trabalho individual se dá porque há resistências em “[...] participar de uma atividade na qual terá que cumprir horário, seguir ordens, se pode trabalhar por sua conta e risco” (SOUZA, 2005, p. 113)

Os catadores, encontram-se em uma situação fragilizada e enfrentam inúmeras dificuldades. Além disso existe “o preconceito e a discriminação enfrentada por trabalhar como catador de lixo é uma marca empobrecedora desta classe que não tem muita esperança de solução em curto prazo” (SILVA, DENARDI, BERNO, 2015, p. 5). Além da exclusão social, há uma limitação que diz respeito a cultura exigida nas formas de organização coletiva solidária (por exemplo, cooperativas ou associações solidárias). As organizações solidárias, necessitam de

posturas democráticas, disposição para o diálogo, visão de poderes compartilhados, relações sociais solidárias, reconhecimento das igualdades e das diferenças, responsabilidade em participar como dever e direito de auferir resultado da participação, ética com a natureza, respeito às ordenações criadas pelos próprios sujeitos da cooperação e às leis do Estado de Direito (SILVA, DENARDI, BERNO, 2015, p. 6)

Nesse sentido, os empreendimentos solidários cooperativos, possuem uma maior exigência no que tange ao protagonismo dos cooperados, pois eles têm que se autogerir. As privações desses catadores (escolaridade, baixa renda, exclusão social) configuram-se em obstáculos à participação com qualidade na formação de uma organização coletiva. Com base em Souza (2005) quando formados, os empreendimentos solidários, podem resultar numa dependência por parte dos catadores e com isso propiciar um certo “dirigismo”, por aqueles que promoverem as ações de implementação do empreendimento solidário. Não que isso seja um

problema, mas o ideal nos empreendimentos solidários, é que os envolvidos se autogestionem. Por isso, a opção por formar um empreendimento sob forma de cooperativa talvez não seja uma verdadeira opção, ou é uma opção para poucos catadores.

Tanto a formação de cooperativa, quanto a formação de associação solidárias, possuem princípios a ser respeitados, para que sejam consideradas como tal. Mas cabe ressaltar que associações e cooperativas possuem finalidades distintas, ainda que possuam ideias que se complementam (SOUZA, 2005). Por isso, esses empreendimentos exigem a implementação de um processo educativo nos catadores. E eis “o grande obstáculo para se criar cooperativas sociais: vencer as dimensões sociais, opressoras que estão em nosso entorno e em nossas consciências” (SILVA, DENARDI, BERNO, 2015, p. 6).

Com base em Souza (2005), a cooperativa exige uma legalização mais complexa num comparativo com uma associação, entretanto, a cooperativa como atividade socioeconômica, deve ser o futuro almejado para os empreendimentos associativos bem consolidados. As associações, ainda que tenham limitações, conseguem gerar aos catadores oportunidades, possibilitando construir novas relações econômicas. Entretanto, tanto a cooperativa, quanto a associação, possuem limitações, conforme destaca Souza (2005, p. 96)

Sem utilizar discriminação alguma, saliento que ambas as gerações de empreendimentos apresentam limitações, pelo fato de os trabalhadores com maior ou menor grau de organização, continuarem a ser catadores, isto é, a puxarem carrinhos, compondo a triste paisagem urbana. Significa dizer que a atividade não avançou além da coleta e comercialização e que tampouco os benefícios se estendem ao conjunto da população.

As limitações aqui tratadas, são empecilhos vislumbrados por estes autores em suas experiências. A organização coletiva dos catadores, não objetiva propiciar a estes indivíduos, apenas reconhecimento como profissional, e sim, propiciar melhores condições de trabalho e de vida. A próxima seção elenca potencialidades que podem ser obtidas pelos catadores, caso se organizem coletivamente. Cabe ressaltar que neste estudo busca-se estabelecer uma relação entre os fenômenos observados por autores que já efetuaram estudos anteriores em outras regiões e os resultados que a pesquisadora obteve em sua pesquisa.

2.7.2 Potencialidades

As potencialidades aqui descritas, são de grupos de catadores que estão inseridos sob alguma forma de organização, seja em associação ou cooperativa. Pois subentende-se que engajados em cooperativas ou associações os catadores conseguem adquirir mais autonomia e com isso ter mais liberdade. Tendo em vista que a liberdade além de melhorar a vida de cada um, é capaz de tornar mais eficientes e apropriadas as disposições sociais (SEN, 2010).

Quando os catadores de materiais recicláveis estão organizados, aumentam suas possibilidades, tendo em vista que podem ampliar suas relações de mercado, avançar nos elos da cadeia produtiva, beneficiar o material coletado, etc. (IPEA, 2013). Pois,

ao se organizar, os catadores conseguem estabelecer relações de mercado diferenciadas, além de poderem avançar em alguns elos da cadeia produtiva, com a agregação de valor ao material reciclável por meio de algum processo de beneficiamento (IPEA, 2013, p. 19)

Ao conseguirem desfrutar da agregação de valor no material reciclável, os catadores podem estar auferindo mais renda para suprir suas necessidades individuais e familiares. A cooperativa de catadores, é uma forma de ampliação da renda do catador, pois quando não organizado, esta renda oscila muito, dificultando que se tenha uma média apropriada o que gera ao catador a instabilidade e insegurança quanto à disponibilidade de renda necessária. Com a constituição de cooperativas e/ou associações a renda dos catadores aumenta significativamente (IPEA, 2013; SILVA, DENARDI, BERNO, 2015)

Inseridos em uma organização coletiva, podem também obter mais representatividade, e com isso alcançar maior mobilização, atingindo mais facilmente o poder público e outros setores da sociedade. A representatividade é importante no intuito de construir parcerias e conquistar políticas públicas para maior valorização da categoria de catador (IPEA, 2013). Nesse sentido, conforme já comentado nesta seção, um exemplo de luta, na finalidade de obter maior representatividade, está no MNCR, em prol de garantir reconhecimento a categoria de catadores, eles já promoveram três congressos nacionais e tem pressionado para que sejam instituídas políticas públicas que atendam aos catadores.

Organizados no coletivo, os catadores podem aumentar o poder de barganha, tendo em vista que podem negociar quantidades maiores de materiais recicláveis, do que trabalhando individualmente (IPEA, 2013).

Caso os catadores estejam organizados sob forma de cooperativa, o poder público pode contribuir cedendo locais, equipamentos de segurança individual, deixando que a coleta seletiva seja realizada pelos catadores. Mesmo assim é importante ressaltar que, “a parceria da prefeitura com uma cooperativa de catadores não exime o município de sua responsabilidade pelo serviço público da coleta de lixo” (SOTO, 2011, 121). Souza (2011, p. 248) acrescenta ainda,

Os gestores das cidades, que lidam com as questões urbanas e ambientais, precisam pensar em alternativas para estas pessoas que vivem e fazem parte de um mercado de recicláveis por meio de um processo de precarização das condições e das relações de trabalho. Como não excluí-los ainda mais? O que significa incorporá-los sem desconhecê-los e sem desfazer de suas experiências enquanto sujeitos sociais?

A organização coletiva de catadores, pode contribuir de forma significativa na coleta seletiva dos municípios e com isso fortalecer a atuação desses profissionais (SOUZA, 2005; RIBEIRO, 2012). Mas, fazer com que os catadores de materiais recicláveis tenham interesse pelo trabalho coletivo, também tem estreita relação com a particularidade cultural, vivida por estes indivíduos. Quando estão inseridos em organizações coletivas exitosas, os catadores podem desenvolver autonomia. Se eles efetivamente participam da gestão, com autogestão, então são capazes de desenvolver autonomia o que seria essencial para reduzir a privação de liberdade que vivem. Aliado a isso, Souza (2011) e Soto (2011), indicam que o poder público é um ator que tem grande responsabilidade no estímulo à formação de organizações dos próprios catadores. O poder público pode atuar no sentido de incentivar estas iniciativas, evidenciando a necessidade de organização associativa e cooperativa destes catadores. Podendo estes atuar de forma adjunta aos programas de coleta seletiva, propostos pelas prefeituras. A Lei 12.305/2010, já prevê e estimula que se adote esta possibilidade.

Com base em Souza (2005) e Ipea (2013), grande parte dos catadores, formam organizações associativas, pois esta forma oferece possibilidades emancipatórias. Por um lado, porque permite que os catadores possam se legalizar, sem a exigência de um número mínimo de catadores. Por outro lado, a associação, possibilita flexibilidade, permitindo que existam “relações caracterizadas por fluxos e

intercâmbios entre o empreendimento e as atividades econômicas particulares dos trabalhadores” (SOUZA, 2005, p. 121).

Percebe-se até aqui, que é necessária a superação de vários limites, para ser possível usufruir das potencialidades. Mas entende-se que através de organizações coletivas, os catadores tendem a constituir novos valores solidários, podendo se tornar novos seres humanos (MNCR, 2015). Para descobrir as limitações e potencialidades que norteiam os catadores no processo de formação de organização solidárias, é necessário conhecer a realidade em que vivem e identificar suas condições de vida. Nesse sentido, a próxima seção, explica qual a metodologia que foi utilizada para identificar os limites e potencialidades dos catadores de materiais recicláveis do município de Laranjeiras do Sul/PR.

3 METODOLOGIA

Este capítulo contempla a apresentação dos procedimentos que foram adotados para a execução da presente pesquisa, que parte inicialmente do problema de pesquisa, seguido das fases para obtenção de seus resultados. Dessa forma, as próximas seções evidenciarão como a pesquisa está organizada, com relação aos seus objetivos e procedimentos, abordagem, coleta de dados, análise, interpretação dos resultados, assim como as limitações do estudo.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Uma monografia exige etapas a serem seguidas, desta forma, em um primeiro momento, ocorreu a busca pela definição do assunto a ser estudado. A partir do tema o próximo e fundamental passo seguido foi a definição do problema de pesquisa bem como os objetivos que delinearão este estudo. Em seguida foi realizada uma análise geral da monografia pesquisando materiais que tratam da metodologia científica. Depois foi desenvolvido o anteprojeto, a partir do qual se desenvolveu esta monografia. Nesta etapa, foi realizada a organização das fontes bibliográficas acessíveis. E após finalizadas essas etapas, iniciou-se o desenvolvimento do projeto e respectiva versão final.

A fundamentação teórica deste estudo foi construída através de uma pesquisa bibliográfica, utilizando autores que abordam os temas tratados neste estudo, em livros, artigos, dissertações, teses, etc., a fim de construir um alicerce teórico para embasar e sustentar a análise de dados. Rampazzo (2005) destaca que qualquer estudo exige a realização prévia de uma pesquisa bibliográfica, pois esta aprimora o conhecimento do pesquisador e conseqüentemente a própria pesquisa, além disso ela é fundamental no processo de análise de dados.

No que tange aos objetivos, este estudo caracteriza-se como descritivo e explicativo. Com base em Gil (2012) a pesquisa descritiva, tem o intuito de descrever as características de determinada realidade, estabelecer relações entre particularidades de determinado grupo, como por exemplo, distribuição por idade, sexo, origem, grau de escolaridade, etc. Neste estudo a descrição é de informações sobre os catadores de materiais recicláveis do município de Laranjeiras do Sul/PR. Já a pesquisa explicativa, Gil (2012) conceitua como o método que busca explicar e

entender o que motivou determinada circunstância, para isso o pesquisador necessita de conhecimento aprofundado da realidade estudada. Neste estudo a pesquisa explicativa foi utilizada para explicar os fatores que se constituem como limites e potencialidades para a organização coletiva de catadores de materiais recicláveis no município de Laranjeiras do Sul/PR.

A partir da combinação da pesquisa explicativa com a pesquisa descritiva, torna-se possível a identificação de fatores e seu posterior detalhamento e explicação. Para assim descrever e explicar os limites e potencialidades envolvidos na organização coletiva de catadores de materiais recicláveis no município de Laranjeiras do Sul/ PR.

A abordagem definida para o problema deste estudo se dá por meio do método qualitativo. Esta escolha ocorreu, pois, se pretendeu captar qual a relação dos catadores de materiais recicláveis com o meio social em que vivem esses indivíduos. Visando compreender e interpretar os seus comportamentos, para posteriormente averiguar limitações e potencialidades para a organização coletiva dos catadores. O método qualitativo possibilita uma maior e melhor compreensão do fenômeno estudado. Godoy (1995), explica que o método qualitativo, exige uma análise sob uma perspectiva integrada, onde o pesquisador busca continuamente absorver e compreender todas as informações relevantes dos fenômenos estudados. A pesquisa qualitativa tem como objetivo conhecer mais profundamente os sujeitos pesquisados, sem que a preocupação seja com a representatividade da amostra. Neste sentido, a próxima seção apresenta como foi construída e obtida a amostra desta pesquisa.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo ou também chamado população, é um conjunto de elementos que possuem características similares (GIL, 2012). A população desta pesquisa é composta pela totalidade dos catadores de materiais recicláveis de Laranjeiras do Sul/PR. Em relação à população de catadores de Laranjeiras do Sul/PR, não há um estudo ou estatísticas oficiais sobre o número de pessoas que atuam nesta área, e por este motivo, atualmente, não há como saber qual o universo com que se possa trabalhar em relação aos catadores.

Para complementar as informações sobre a população, foram obtidas informações com atores chaves¹², que já realizaram atividades com os catadores do município supracitado. As informações sobre estes atores chaves foram obtidas junto a Coordenação Adjunta do Comitê de Extensão e Pesquisa do Campus da UFFS em Laranjeiras do Sul/PR.

A amostra trata-se de uma parcela extraída da população, em que estão os indivíduos efetivamente pesquisados (GIL, 2012). Cabe ressaltar que nos estudos de base qualitativa, o número de indivíduos que formarão a amostra não pode ser definido a priori, tendo em vista, que este número depende da qualidade das informações obtidas (DUARTE, 2002). Portanto, de início não foi delimitado um número de indivíduos para compor a amostra deste estudo, tendo em vista que isso dependeria da qualidade das informações extraídas de cada componente.

Foram definidas duas modalidades de amostras, sendo uma delas a amostragem em *bola de neve*, que foi utilizada para os catadores de materiais recicláveis. E a amostragem por conveniência foi utilizada para os docentes da UFFS que já realizaram estudos com catadores de materiais recicláveis do município de Laranjeiras do Sul/PR.

A seleção da amostra de catadores de materiais recicláveis, ocorreu da seguinte forma: o primeiro componente a formar a amostra, foi definido pelo pesquisador, conforme sua acessibilidade. O segundo foi indicado pelo primeiro componente, o terceiro indicado pelo segundo componente, e assim sucessivamente, até formar um número representativo, e que fornecesse à pesquisa a qualidade esperada. Esse critério, chama-se amostragem em “bola de neve”, é um método comum quando não existe levantamento anterior da população estudada. Baldin, Munhoz (2011); Malhotra (2012) e Dewes (2013) explicam que neste tipo de amostragem, primeiramente, se escolhe um grupo de entrevistados, que após as entrevistas apontem outros indivíduos que pertençam e contenham as características desejadas pela pesquisa, isso leva a um efeito bola de neve. A amostragem em bola de neve é importante, principalmente quando se estuda populações difíceis de serem encontradas. E por isso esta forma de amostragem foi

¹² Estes atores chaves são pesquisadores da UFFS que já desenvolveram ou participaram de estudos que envolviam os catadores de materiais recicláveis em Laranjeiras do Sul/PR

escolhida neste estudo com catadores. A amostra pesquisada totalizou 22 catadores de materiais recicláveis.

Um critério complementar para a escolha dos sujeitos da pesquisa, é que estes deveriam residir na área urbana do município de Laranjeiras do Sul/PR. A partir das indicações, as regiões nas quais residem os catadores entrevistados são: Nos bairros Nossa Senhora Aparecida, Industrial, São Francisco, Cristo Rei, Panorama, Presidente Vargas, Água Verde, Jaboticabal e Centro. Para uma melhor visualização sobre a localização dos sujeitos pesquisados, apresenta-se a ilustração 1.

Ilustração 1: Área da qual os pesquisados são provenientes



Fonte: Google maps, [editado pela autora], 2015.

Conforme já mencionado, além dos catadores foram entrevistadas algumas pessoas chaves, que já realizaram trabalhos ou participaram de atividades que envolveram os catadores de materiais recicláveis no município de Laranjeiras do Sul/PR. As entrevistas com essas pessoas, objetivaram observar como esses indivíduos, a partir de suas experiências, analisam os limites e potencialidades da organização coletiva dos catadores em Laranjeiras do Sul/PR. Para estes atores, a escolha foi definida pela amostragem por acessibilidade e conveniência. Esta não tem rigor estatístico, portanto, é uma amostra do tipo não probabilística. Nesta

amostragem “[...] o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 2012, p. 94). Os motivos para a escolha das pessoas chaves foram a existência de estudos anteriores que tinham os catadores como sujeitos de pesquisa. A amostra por conveniência foi escolhida neste estudo, por fornecer maior facilidade ao pesquisador, pois assim, este poderia estar escolhendo o grupo que formaria a amostra conforme sua acessibilidade. Cabe ressaltar que nesta modalidade, não pode ocorrer a generalização dos resultados obtidos, justamente por não conter um rigor estatístico.

3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Quanto aos procedimentos adotados para realização desta pesquisa, utilizou-se de estudo de casos. De acordo com Gil (2012, p. 57), nestes casos “[...] estuda-se um grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ressaltando a interação de seus componentes”. Em geral o estudo de casos, exige muito o fator observação, do pesquisador. O presente estudo, além de necessitar conhecer a estrutura social vivida pelos catadores de Laranjeiras do Sul/PR, ainda engloba na análise o fator observação, que também foi primordial para os resultados desta pesquisa.

O instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi o questionário. Foram construídos dois tipos de questionários, um deles para aplicar com os catadores de materiais recicláveis e o outro utilizado com os atores-chaves que já realizaram atividades com os catadores no município de Laranjeiras do Sul/PR. Ambos foram aplicados através de entrevista pessoal. Marconi e Lakatos (2010) explicam que as entrevistas caracterizam um levantamento de dados primários e essas exigem um estudo prévio e pré-testes antes de serem aplicadas.

Os dados coletados, foram obtidos com 22 catadores de materiais recicláveis através do questionário disponível no anexo D¹³. Inicialmente, foi realizada a aplicação de dois questionários como pré-teste, e após a aplicação desses, notou-se a necessidade de acrescentar mais questões e também modificar o texto, tornando-o

¹³ Parte dessas questões foram retiradas do estudo feito por Pereira (2013), e outra parte adaptada pela autora.

de fácil entendimento para possibilitar maior compreensão das questões. Após as correções chegou-se ao questionário definitivo.

O levantamento de dados via entrevistas, passou por uma séria de dificuldades que tiveram de ser superadas pela pesquisadora. O primeiro entrevistado, utilizado para o pré-teste, foi escolhido aleatoriamente pela pesquisadora, ele foi localizado na rua, mas optou por conceder a entrevista na sua residência. Sempre no final de cada questionário o entrevistado indicava outra pessoa de sua preferência (que atendesse as exigências definidas na amostra), para responder ao questionário. No decorrer das demais abordagens houveram objeções, e alguns catadores não foram localizados, e por vezes a escolha aleatória de um novo catador teve que acontecer.

Marconi e Lakatos (2010) explicam que a entrevista é uma tarefa árdua e ao mesmo tempo básica, mas para que se torne fácil, é necessário que o pesquisador estabeleça relações de confiança com o entrevistado. Assim, foram feitos ajustes na vestimenta da pesquisadora para a realização das entrevistas: optou-se pelo cabelo preso, trajes discretos e simples, sem brincos, pulseiras e sem maquiagem. Optou-se também pela presença de um acompanhante junto da pesquisadora e que as entrevistas fossem realizadas nas residências dos entrevistados, tendo em vista que: “em ambiente doméstico, privado, parece haver mais liberdade para expressão das ideias e menos preocupação com o tempo” (DUARTE, 2002, p. 145). A postura adotada pela entrevistadora durante a coletas dos depoimentos, gestos, semblantes e alterações no tom de voz dos entrevistados, foi feita de forma neutra, sem intervenções ao entrevistado e de forma a motivá-lo a responder com utilização de recursos nas perguntas, tais como “e o que mais?”.

Em geral, dos catadores abordados na rua e nas residências percebeu-se uma certa desconfiança inicial para responder ao questionário, apesar da garantia do sigilo das informações e sendo preservado o anonimato do entrevistado. Um total de 33 catadores foram abordados para serem entrevistados, destes, 11 apresentaram objeções em participar da pesquisa¹⁴ e 22 efetivamente participaram da pesquisa.

¹⁴ Destes, 33% foram catadores visitados em sua residência, 25% foram abordados na rua, 17% disseram não ser catadores (mesmo havendo indicações e vestígios de que eram), 17% não responderam por estarem alcoolizados e 8% não foram entrevistados pois queriam algo em troca das respostas.

Dos 22 entrevistados, alguns foram mais receptivos, falaram mais. Outros mostraram-se bastante reservados, respondendo apenas ao que era perguntado. Entretanto, boa parte dos entrevistados se mostrou disponível e disposta a participar da pesquisa.

O outro questionário aplicado, foi direcionado às pessoas chaves que estão, ou já estiveram, envolvidas em algum trabalho com catadores de materiais recicláveis em Laranjeiras do Sul/PR. Com esse grupo foi realizada uma entrevista com questões abertas, a pesquisa com estes atores teve como objetivo obter informações complementares que permitiram a pesquisadora obter maior grau de informações e reflexões para as conclusões. Ou seja, pelo fato destes autores já terem convivido com os catadores eles puderam confirmar ou negar algumas das percepções que a pesquisa gerou à pesquisadora. As respostas obtidas das pessoas chaves, foram utilizadas no capítulo dos resultados, na seção que trata dos limites e potencialidades. As questões estão disponíveis no apêndice A. Esses atores são vinculados à UFFS (como docentes) e à Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul/PR. No caso da UFFS os nomes foram obtidos junto às Coordenações Adjuntas de Pesquisa e Extensão.

3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise e interpretação de dados consiste no núcleo central da pesquisa, pois os dados sozinhos não resultam em respostas às perguntas da pesquisa (RUDIO, 1996 apud RAMPAZZO, 2005). Assim, a interpretação está relacionada com o pesquisador, com sua concepção de mundo e com o embasamento teórico que o pesquisador tem, isso direcionará o seu pensar e agir (ABRÃO, 2002).

Os dados obtidos a partir dos atores chaves, foram utilizados para criar um link com as respostas obtidas dos catadores de materiais recicláveis. Desta forma, a análise do conteúdo dos dados obtidos, foi realizada por meio de um comparativo das respostas entre os entrevistados, no sentido de averiguar situações similares vividas pelos catadores. Conforme Marconi e Lakatos (2010) a característica qualitativa, permite ao pesquisador dialogar com os dados, no intuito de retirar significados que darão suporte e qualidade ao estudo, observando fatos que por meio do método estatístico não seria possível. Os argumentos apresentados na revisão teórica serão úteis para efetuar este diálogo nos resultados.

Para esta pesquisa, a apresentação dos resultados coletados e analisados foi feita a partir da utilização de tabelas, gráficos, quadros e mapas para a melhor visualização dos limites e potencialidades para a organização coletiva de catadores de materiais recicláveis em Laranjeiras do Sul/PR.

3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A amostra por conveniência, adotada nesta pesquisa, é do tipo não probabilística, por isso não permite a generalização dos resultados obtidos. Sendo assim, a presente pesquisa, é válida somente para o grupo de catadores entrevistados.

Apesar desta limitação, os dados obtidos nesta pesquisa são de alta relevância e permitem indicar para a privação de liberdade que vivem os catadores e apontar para limites e potencialidades da organização coletiva de catadores em Laranjeiras do Sul/PR, conforme demonstrado no capítulo a seguir, em que estão apresentados os resultados e análises da pesquisa realizada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo inicia com a caracterização do município de Laranjeiras do Sul/PR, pois corresponde ao local onde foi realizado este estudo. Em seguida apresenta os resultados obtidos através das entrevistas com catadores de materiais recicláveis no município supracitado. A partir das entrevistas, foi possível construir o perfil dos catadores de materiais recicláveis e relacionar este com o dilema da privação de liberdades em que vivem estes catadores. Por fim, com base na pesquisa efetuada foram identificados os limites e potencialidades para a organização coletiva destes catadores.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR

De acordo com informações de Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul (2015) até meados do século XVIII, a região na qual está inserido o município era habitada por índios arredios. É desses povos caingangues que surge o nome “Laranjeiras do Sul”, através da tradução da palavra caingangue “Nerinhê”, que significa Laranja. Já o complemento “do Sul”, foi incluído na finalidade de distinguir a cidade de outras com o mesmo nome.

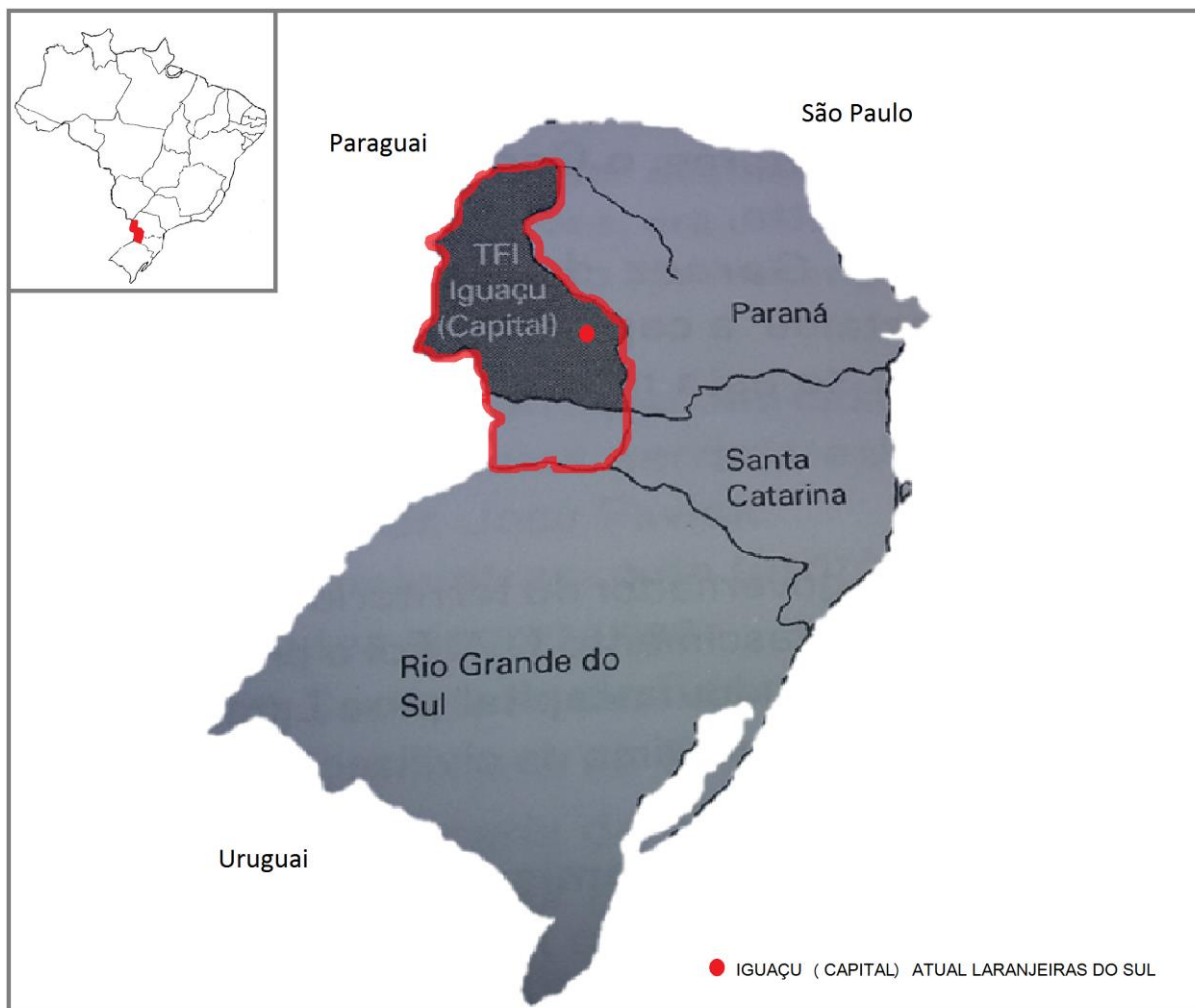
A região em que se localiza o município de Laranjeiras do Sul/PR, começa a ganhar identidade a partir da década de 1930. De acordo com Mussoi (2002), na década de 1920, a região era abandonada e desnacionalizada¹⁵ e mais parecia pertencer a Argentina e Paraguai, do que ao Brasil, ao ponto de a região ser chamada “fronteira guarani”. Visando implementar medidas nacionalizadoras, o presidente Getúlio Vargas instituiu em 13 de setembro de 1943, por meio do Decreto-Lei nº 5.812/1943 a criação do Território Federal do Iguaçu¹⁶. Inicialmente a capital do Território era Foz do Iguaçu, em maio de 1944 a capital é transferida para Iguaçu (antiga vila do município de Laranjeiras do Sul/PR). O Território foi constituído por terras do Estado do Paraná e de Santa Catarina, como pode ser

¹⁵ A desnacionalização a que se refere Mussoi (2002), diz respeito a língua adotada (Espanhol), moeda, população e economia nas mãos dos argentinos e paraguaios.

¹⁶ Este Território abrangia em partes terras paranaenses e catarinenses (PREFEITURA DE LARANJEIRAS DO SUL, 2015).

visualizado na ilustração 2, sendo que as forças políticas desses dois Estados não estavam contentes com a perda territorial (CAMARGO, 1999; MUSSOI, 2002).

Ilustração 2: Localização do Território Federal do Iguaçu



Fonte: MUSSOI, 2002, p. 75 [editado pela autora].

Em 1945 com o fim do Regime do Estado Novo¹⁷, uma nova Constituição (5ª Constituição do Brasil, de 18 de setembro de 1946) estava para ser votada, e os

¹⁷ O Estado Novo (1937- 1945), foi implementado no Brasil em 1937, por meio de um golpe silencioso, no governo do presidente Getúlio Vargas, a justificativa para implementação deste regime era norteadada pela ameaça de um golpe comunista no Brasil. Neste período foi lançada uma constituição que dava aparato ao golpe e também mais poder ao presidente Getúlio. O Estado Novo estava pautado por um regime autoritário, que continuava a afastar as camadas populares do sistema de decisão. O Estado Novo, tinha como projeto político construir a unidade nacional e formar um espírito nacional, com isso qualquer manifestação oposta a este objetivo era coibida. Mas as manifestações continuavam a ocorrer, havia uma pressão pela retirada de Getúlio Vargas, assim, o

representantes políticos do Paraná e Santa Catarina aproveitaram a oportunidade para extinguir o Território Federal do Iguaçu e recuperar as áreas perdidas. Isso não foi bem visto pela população residente no Território Federal do Iguaçu, pois temiam que a região voltasse a ser esquecida. Posteriormente, as lideranças locais, foram convencidas de que o melhor a ser feito era a extinção do Território Federal do Iguaçu na promessa da criação de um departamento estadual que atendesse as necessidades da população. Assim, em 18 de setembro de 1946, ocorre a extinção do Território Federal do Iguaçu, em consequência Iguaçu deixa de ser a capital e retorna à condição de distrito de Guarapuava. Em novembro de 1946, por meio do Decreto Estadual nº 533 foi criado o município de Iguaçu, integrado ao Estado do Paraná (CAMARGO, 1999; MUSSOI, 2002; PREFEITURA DE LARANJEIRAS DO SUL, 2015). A extinção do Território Federal do Iguaçu, resultou em perdas para a região, conforme explica Mussoi (2002, p. 82)

A extinção do Território Federal do Iguaçu trouxe enormes prejuízos a nossa cidade, principalmente em relação à desvalorização das terras, o desemprego e a falta de perspectiva com relação ao seu futuro.

O município de Iguaçu, no ato de sua criação, possuía uma extensão territorial de aproximadamente 8.000 km² e fazia limitações com Campo Mourão, Pitanga, Guarapuava, Mangueirinha e Foz do Iguaçu (CAMARGO, 1999). Em 10 de outubro de 1947, por influência da população local, o município passa a denominar-se Laranjeiras do Sul (MUSSOI, 2002; PREFEITURA DE LARANJEIRAS DO SUL, 2015).

Nos dias atuais o município de Laranjeiras do Sul, está localizado na região centro oeste do Estado do Paraná e possui uma extensão territorial de 672,084 km². Em termos geográficos, Laranjeiras do Sul/PR, faz limitações com os municípios: Marquinho, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu e Virmond (IBGE Cidades, 2015).

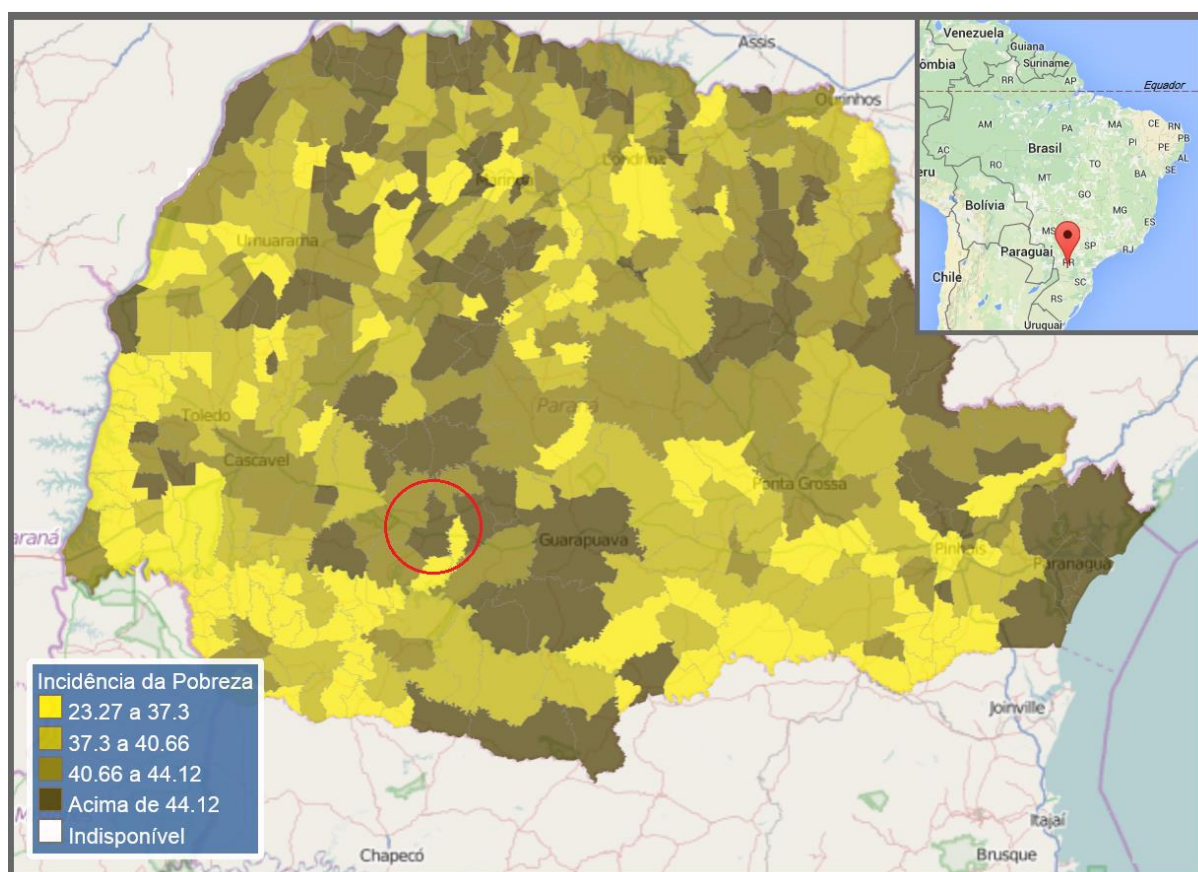
Conforme dados do IBGE Cidades (2015), Laranjeiras do Sul/PR conta com 30.777 habitantes, desta população 81,3% corresponde a residentes no meio urbano e 18,7% no meio rural. Do total de habitantes 19,78% corresponde ao pessoal

presidente e seus auxiliares começaram um processo de aprovação de medidas liberalizantes. Getúlio foi favorável as reivindicações para retomar a democracia, e permitiu a criação de partidos políticos para eleições em 1945 (ARAUJO, 2000; AGGIO, BARBOSA, COELHO, 2002).

ocupado total¹⁸. Conforme IBGE Cidades (2015) o município de Laranjeiras do Sul/PR está inserido em uma região fragilizada, tendo em vista que apresenta indicadores de desenvolvimento baixos. Em relação a esta fragilidade, o IDHM de 2010 era de 0,706, valor localizado abaixo da média do Estado do Paraná que em 2010 apresentou IDH de 0,749.

O mapa apresentado na ilustração 3¹⁹ retrata a pobreza e desigualdade do Estado do Paraná, identificando pelas cores mais escuras as regiões pobres²⁰ do Estado.

Ilustração 3: Mapa de pobreza e desigualdade do Estado do Paraná em 2003



Fonte: IBGE Cidades, [editado pela autora], 2015

¹⁸ Pessoal ocupado total, corresponde ao total de pessoas ocupadas em unidades locais industriais, que possuam ou não, vínculo empregatício. Incluindo pessoas afastadas por férias, licenças, seguros por acidentes. Inclui membros do conselho administrativo, diretor ou fiscal que executem atividades em unidades locais. Não inclui pessoas autônomas, pessoas remuneradas por outras empresas que não sejam as unidades locais (IBGE, 2015).

¹⁹ Em destaque o município de Laranjeiras do Sul, circulado em vermelho.

²⁰ Proporções de pobres em cada município, com base em sua população total (IBGE, 2015).

Como pode ser evidenciado através da Ilustração 3, a fragilidade do município de Laranjeiras do Sul/PR (em destaque no círculo em vermelho), também está refletida no índice de incidência de pobreza. Pois, com base em dados de 2003, o município supracitado, apresentava índice de incidência de pobreza de 44,38%, valor localizado abaixo da média do Estado do Paraná, que em 2003, foi de 39,07%. Entretanto, Laranjeiras do Sul/PR é menos desigual num comparativo com o Estado do Paraná, pois com relação ao índice de Gini²¹, conforme dados de 2003, o município apresenta o valor de 0,39, e o Estado do Paraná, 0,47 (IBGE, 2015).

No município de Laranjeiras do Sul/PR, há 9.604 domicílios totais permanentes, dos quais 1.684 são rurais e 7.920 são urbanos. Há 1.137 empresas atuantes com 6.087 pessoas ocupadas, das quais 4676 são assalariadas. O Cadastro Central de Empresas de 2013, conforme IBGE (2015) informa que o salário médio mensal no município em 2013 era de 2,1 salários mínimos.

Estas informações sobre o município de Laranjeiras do Sul/PR, visam situar o leitor sobre o local em que foram realizados os levantamentos de dados desta pesquisa.

4.2 CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR

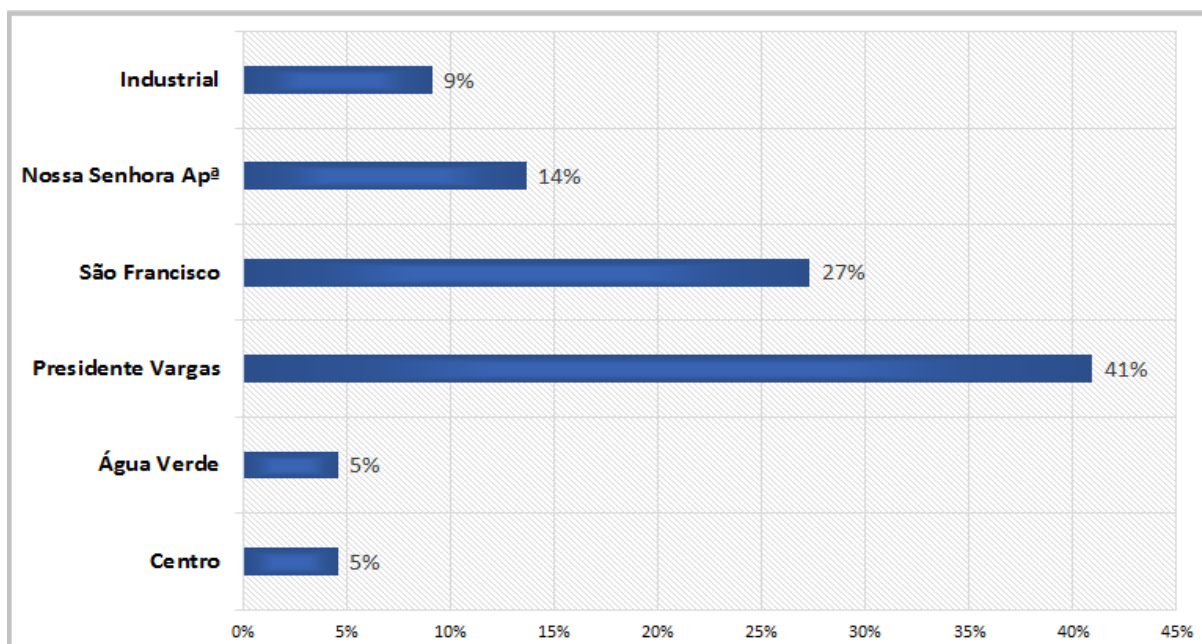
Para construção do perfil dos catadores de materiais recicláveis do Município de Laranjeiras do Sul/PR, foram pesquisadas as seguintes variáveis: endereço, idade, sexo, estado civil, escolaridade, número de filhos, escolaridade dos filhos, tamanho das famílias, renda total, renda proveniente dos materiais, renda advinda de programas sociais, situação da moradia. As questões de perfil, possibilitaram uma melhor compreensão da realidade vivida pelos catadores de materiais recicláveis no município de Laranjeiras do Sul/PR, essas informações foram imprescindíveis para elaboração, mas sobretudo, para a compreensão dos resultados.

²¹ Com base em Bracarense (2012, p. 206) “O índice de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo italiano Conrrado Gini em 1912 [...]. O índice consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais não tem nada)”.

Foram ainda pesquisadas variáveis para identificar as formas de organização dos catadores, englobando sua rotina de trabalho, suas preferências, dificuldades encontradas na atividade, satisfação obtida a partir do serviço realizado, quantidade de materiais coletados por mês e a manipulação destes materiais e a pré-disposição dos pesquisados em participar de organizações associativas e cooperativas. Esses dados deram suporte para apresentação dos resultados da pesquisa e permitiram a análise dos limites e potencialidades para a organização coletiva dos catadores.

Os catadores de materiais recicláveis que responderam a esta pesquisa, foram escolhidos por meio do método da bola de neve, e são moradores dos bairros Industrial, Nossa Senhora Aparecida, São Francisco, Presidente Vargas, Água Verde e Centro. Dos entrevistados, há uma predominância de catadores residentes nos bairros Presidente Vargas e São Francisco, como pode ser visualizado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Bairro de residência dos catadores entrevistados

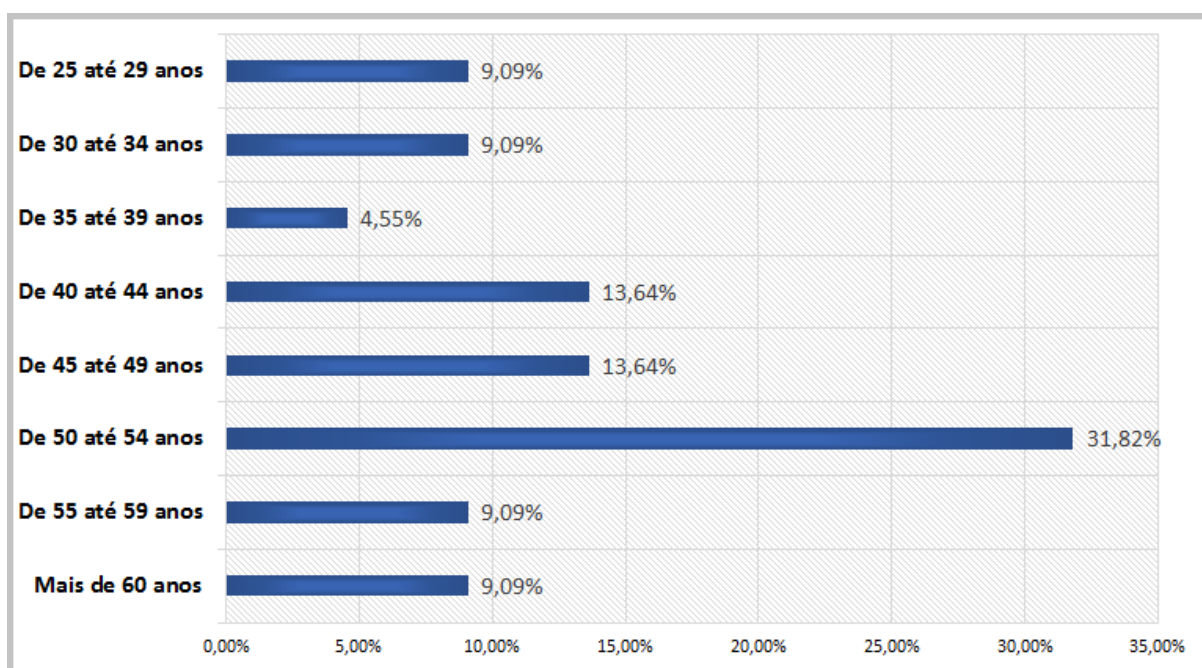


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Há uma predominância dos pesquisados nos bairros São Francisco e Presidente Vargas. Não há estatísticas sobre o nível de pobreza nos bairros do município de Laranjeiras do Sul/PR, mas empiricamente estes são bairros pobres. Com base em Pereira, Souza (2001) em geral os catadores residem nas regiões pobres e periféricas das cidades.

Em relação à faixa etária²², os respondentes apresentam uma média aritmética de 47,5²³ anos. O catador mais idoso possui 69 anos e o mais jovem 27 anos. A maior parte dos entrevistados, possuem idade de 50 até 54 anos. Mas também, existe uma parcela a ser considerada, tanto de idosos (com idade superior a 60 anos), quanto de jovens (com idade até 29 anos), conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Idade dos Catadores de materiais recicláveis pesquisados



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Quanto aos catadores mais idosos, esses justificam seu trabalho de coleta dos recicláveis, como sendo uma complementação à renda e também como forma de ocupação para o tempo que dispõem. Entretanto, para Silva [et al] (2011), esse fato é reflexo da falta de espaço para estes indivíduos no mercado de trabalho, tendo em vista a grande dificuldade de emprego para pessoas idosas.

No caso dos jovens e adultos, foram encontradas semelhanças entre os motivos que justificam a “opção” pela profissão de catador de materiais recicláveis.

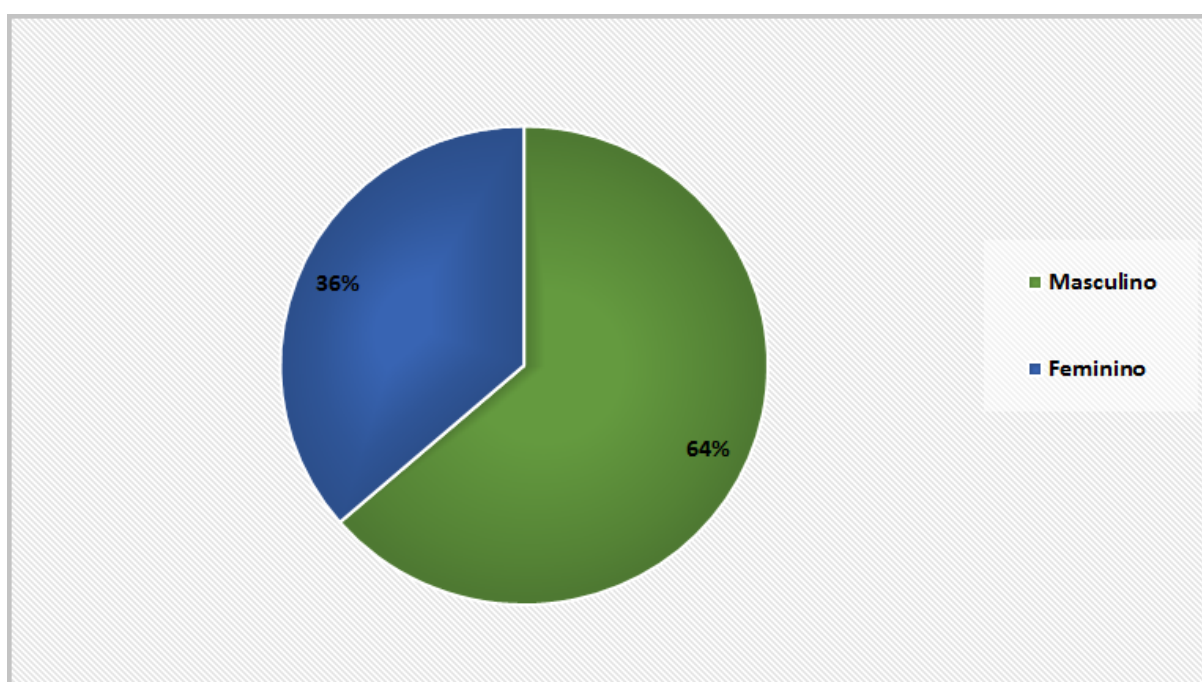
²² Nesta pesquisa, é considerado, jovem aquele que possui idade entre 18 a 29 anos; adulto aquele que possui idade de 30 até 59 anos; e idoso aquele que possui idade acima de 60 anos.

²³ A idade média dos catadores foi obtida a partir da soma da idade de todos os entrevistados, dividida pelo número de entrevistados.

Dentre os pesquisados, 25% dos catadores jovens e adultos sofreram algum tipo de acidente que comprometeu sua condição física. Um percentual de 10% sofre de transtornos psicológicos, fatores apontados como limitadores para obtenção de trabalho formal. Kirchner, Saidelles, Stumm (2009) complementam que o desemprego, a idade, a condição social, baixa escolaridade, também são fatores chaves, que influenciam na escolha da coleta de materiais recicláveis como atividade profissional.

Em relação ao gênero dos catadores de materiais recicláveis, há uma predominância de catadores de materiais recicláveis do sexo masculino, conforme apresentado no Gráfico 3. A maioria dos entrevistados são casados ou residem com companheiro, esses correspondem a 82% dos respondentes, os demais que correspondem a 18% são solteiros.

Gráfico 3: Gênero dos catadores de materiais recicláveis pesquisados



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Há uma predominância de homens entre os catadores, destes 57% afirmou trabalhar de forma individual manifestando a preferência pelo trabalho neste formato ao invés de estar inserido em associação/ cooperativa. Do total de mulheres entrevistadas, 50% trabalham de forma individual, sendo que metade delas prefere desta forma. Ou seja, do grupo de entrevistados, as mulheres são mais receptivas a

participarem de um trabalho coletivo. A atividade de catação dos materiais recicláveis, exige força e resistência, daí pode explicar o fato da predominância de homens na atividade.

Foi detectado neste estudo, um grande percentual de catadores que não possui documentos de identificação. Do total de entrevistados, 37% não possui carteira de trabalho, os motivos que justificam a ausência do referido documento são diversos, como por exemplo, o desinteresse em fazê-lo ou a perda. Nas falas a seguir ficam evidenciados alguns destes motivos: *“nunca me interessei em fazê”* (MULHER, 44 anos), *“perdi nas mudanças e outra parte molhou”* (HOMEM, 46 anos), *“perdi e não quis fazê outra”* (MULHER, 32 anos), *“perdi e não tem muita obrigação de tê, por isso não fui mais atrás”* (HOMEM, 59 anos). Dentre os entrevistados, 27% não possuem certidão de nascimento, os motivos são diversos: perda do documento, molhou, roubo. 23% não possui título de eleitor, alguns nunca fizeram, outros perderam o documento que tinham. 13% não possuem CPF, devido a perda e roubo. 9% não possui carteira de identidade, devido a roubo.

Outro documento bastante importante e que pode oferecer oportunidades profissionais é a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Os catadores foram questionados quanto a posse de CNH e nenhum deles possui habilitação para condução de veículos. Alguns dos motivos que impediram os entrevistados de possuir a CNH estão destacados nas falas à seguir:

“Não tenho dinheiro pra fazê e nem estudo” (HOMEM, 53 anos)
“Não deu certo de fazê ainda, ta faltando dinheiro” (HOMEM, 43 anos)
“Não tenho estudo pra isso” (HOMEM, 59 anos)
“Não tenho condição de compra um carro, rende pouco os material”
 (HOMEM, 27 anos)
“Nunca me interessei em fazê” (MULHER, 44 anos)
“Nunca quis fazê, eu nem sei dirigir” (MULHER, 32 anos).

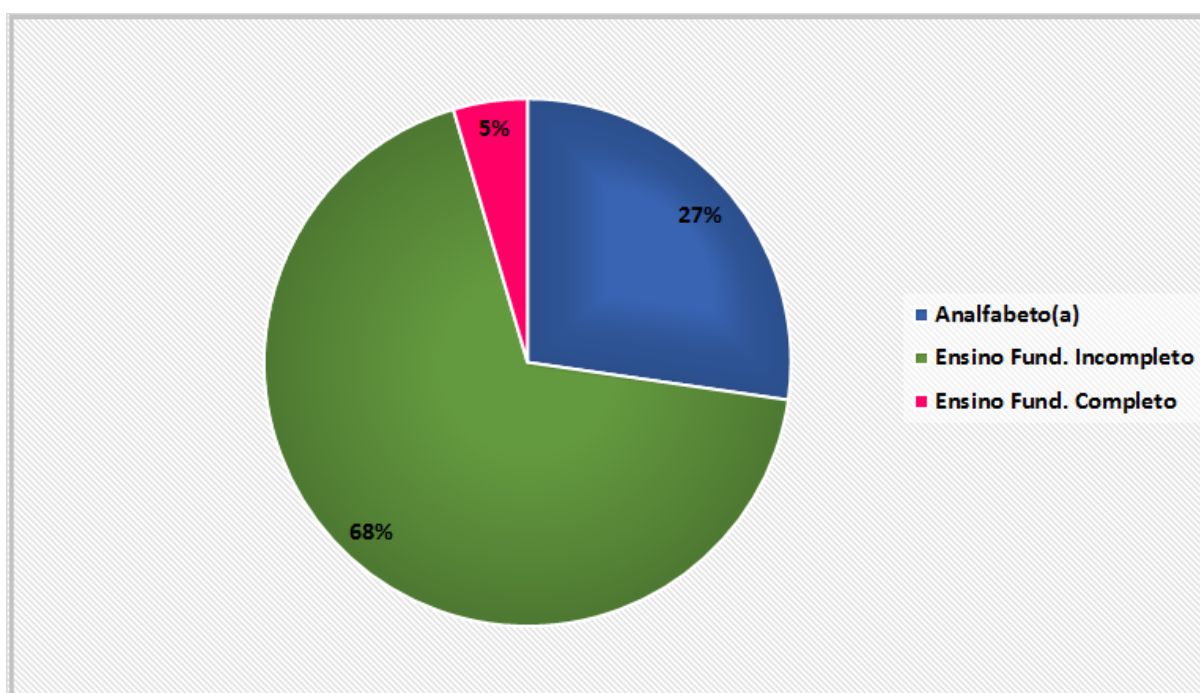
Dos catadores entrevistados, percebe-se que alguns não acreditam em perspectivas favoráveis para suas vidas. Atrelados a problemas como baixa escolaridade, baixa renda, eles se veem isolados, carentes de reconhecimento, se sentem esquecidos pela sociedade e não conseguem vislumbrar outra alternativa de vida. Em geral, eles não veem problemas na função de ser catador, e também não se sentem capazes de conseguir oportunidades melhores.

Aliás, o que se pôde perceber, é que a cada dia, estes catadores têm que reinventar suas estratégias de sobrevivência, é para isso que estão voltados. Pois

sobrevivem com tão pouco, que muitas vezes, nem as necessidades básicas conseguem ser supridas. A condição de privação de liberdade, a que estão submetidos os catadores, são as barreiras que impedem esses indivíduos de obterem um desenvolvimento, e assim enxergar melhores perspectivas. Pois com base em Sen (2010, p. 76) “a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento”.

No que tange à escolaridade dos entrevistados, os dados mostraram que grande parte não conseguiu concluir o ensino fundamental. Esta baixa escolaridade, e ausência de capacitações, pode estar relacionada com a falta de oportunidades que o mercado de trabalho oferece a esses indivíduos. Além disso, a baixa escolaridade, é característica peculiar de outros estudos envolvendo catadores no restante do Brasil, evidenciado em Magera (2003), Kirchner, Saidelles, Stumm (2009), Silva (2011). A situação de baixa escolaridade e a ausência ou ineficaz capacitação dos catadores acabam por dificultar a transformação da realidade em que se encontram esses indivíduos. Outro fato importante e preocupante, é que existem neste meio indivíduos analfabetos (representando 27% do total), essa situação acentua ainda mais suas carências na sociedade. Magera (2003), evidencia que a baixa escolaridade, pode ser, antes de mais nada, um dos impulsos que levam estas pessoas à condição de catadores e ao serem catadores também sofrem a exploração dos atravessadores. O Gráfico 4, evidencia a escolaridade dos catadores sujeitos desta pesquisa.

Gráfico 4: Escolaridade dos Catadores de materiais recicláveis pesquisados



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Em geral, os entrevistados consideraram que se tivessem concluído o ensino médio, ou ao menos o ensino fundamental, teriam melhores oportunidades de trabalho: *“Certeza, se tivesse estudo mais, era pior. O estudo faz muita falta. Talvez hoje eu tava com um emprego bão”* (HOMEM, 39 anos). Apenas um catador, respondeu que a escolaridade não influenciaria em melhores oportunidades na sua vida: *“Acho que não. Tenho vários conhecido que são bem estudado e tão trabalhando em qualque serviço. Eu acho que falta serviço, isso sim”* (HOMEM, 43 anos).

Quanto aos motivos que impediram os catadores de concluir o ensino médio, há semelhanças, dentre os quais: longa distância entre a escola e o domicílio, proibição dos pais, a prioridade era o trabalho. Em geral, as falas dos catadores evidenciam uma dura história, na qual deixaram de estudar para poder sobreviver:

“A escola era longe da casa, a gente só sabia trabalha, o estudo ficava de lado, porque a gente precisava sobreviver” (HOMEM, 46 anos).

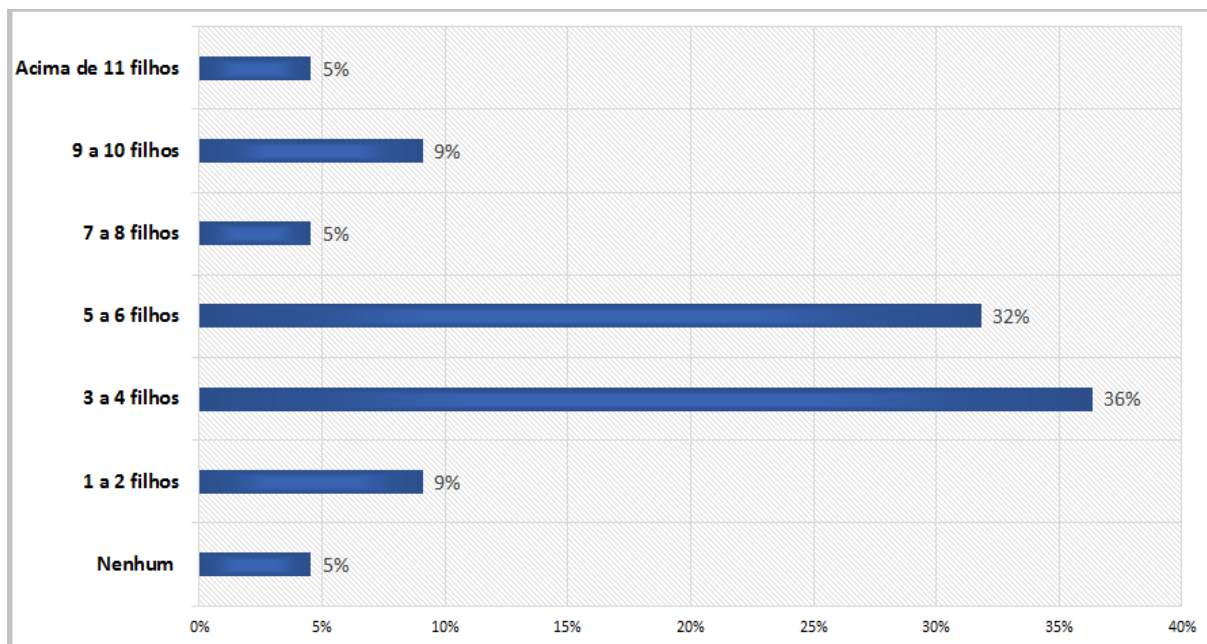
“Muitas vez tinha que fica só trabalhando, não dava nem de ir pra aula” (MULHER, 51 anos)

“Minha mãe e meu pai, nunca deram estudo pra nós. Eles achavam que não era importante o estudo... dai tinha que ficar na roça” (MULHER, 42 anos)

“Um pouco era porque a escola era longe, tinha que lidar, na enchada... roçada. E outra parte era que não tinha roupa e carçado pra i na aula” (HOMEM, 39 anos).

Do total de entrevistados, somente 5% não possuem filhos, e a grande parte, correspondente a 68% possuem entre 3 a 6 filhos, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5: Número de filhos dos catadores de materiais recicláveis pesquisados

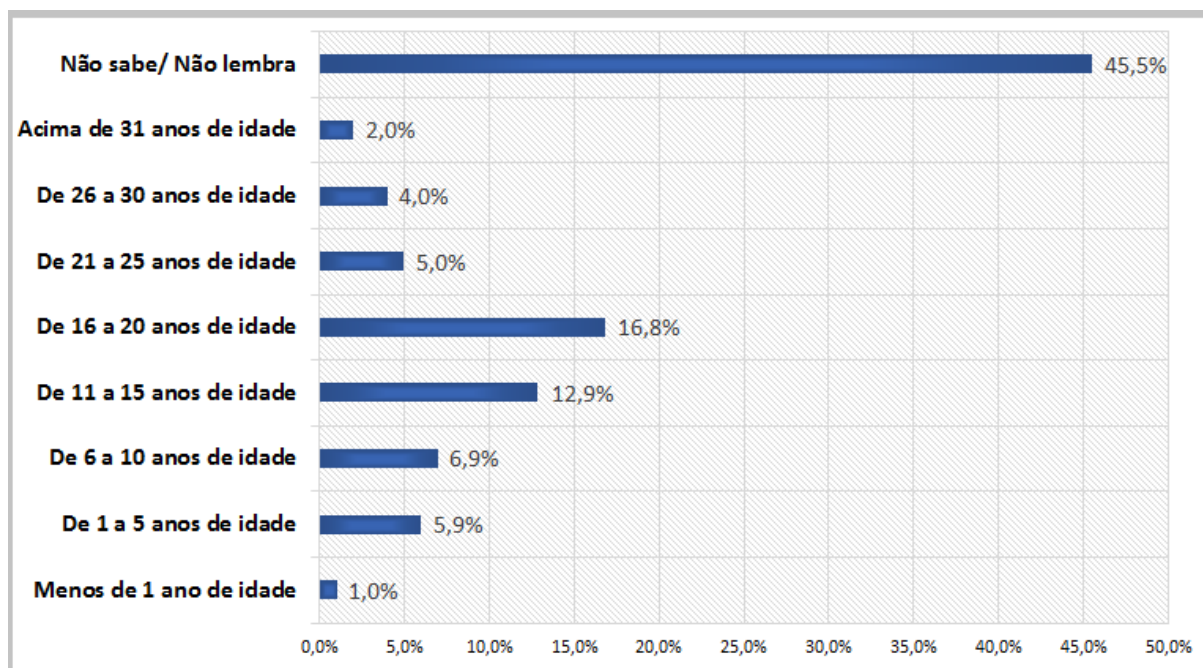


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Em seu estudo Sen (2010), associa a educação e o emprego feminino como fatores que influenciam diretamente nas taxas de fecundidade. Assim, mulheres com maior grau de instrução tendem a ter menos filhos. Do total de entrevistados, 51% possuem mais do que 5 filhos, fato que pode estar contribuindo para que a pobreza continue dentro destas famílias e que os filhos tendam seguir a vida que os pais levam.

Em relação à idade dos filhos dos catadores entrevistados as informações estão disponíveis no Gráfico 6.

Gráfico 6: Idade dos filhos dos catadores de materiais recicláveis pesquisados



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Com relação à idade dos filhos, 46% dos entrevistados, alegaram não lembrar ou não saber a idade dos filhos. Como grande parte dos entrevistados são homens, isto pode estar ligado ao fato de que eles, em geral, não são muito ligados às datas, mas por outro lado se quisessem poderiam ter parado para pensar no ano de nascimento e assim lembrariam a idade dos filhos. O que se pode perceber, em alguns casos, é que alguns dos homens, possuem filhos com mais de uma mulher, e sabem da existência destes filhos, mas não tem contato com eles, isso dificulta lembrar de informações básicas sobre eles. Alguns entrevistados também possuíam problemas psíquicos e analfabetismo que podem ter contribuído para esquecimento das informações solicitadas.

Os entrevistados possuem um total de 101 filhos. A média aritmética de filhos por entrevistado é de 4,59²⁴ filhos por entrevistado. A Tabela 1, apresenta a idade dos filhos dos entrevistados, juntamente com a escolaridade destes filhos.

²⁴ A média aritmética de filhos por entrevistado foi obtida através da divisão do total de filhos pelo número de entrevistados.

Tabela 1: Idade dos filhos dos entrevistados x escolaridade

Escolaridade	Idade									Número de Filhos	% em relação ao nº de filhos
	Abaixo de 1 ano	De 1 a 5	De 6 a 10	De 11 a 15	De 16 a 20	De 21 a 25	De 26 a 30	Acima de 31	Não sabe		
Analfabeto (a)	1	6		1		1				9	9
Ensino fundamental incompleto			7	9	6		2	2		26	26
Ensino fundamental completo				3	3					6	6
Ensino médio incompleto					5	2	1			8	8
Ensino médio completo					3	2	1			6	6
Indefinido									46	46	45
Número de filhos	1	6	7	13	17	5	4	2	46	101	100
% em relação ao nº de filhos	1	5,9	6,9	12,9	16,8	5	4	2	45,5	100	

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

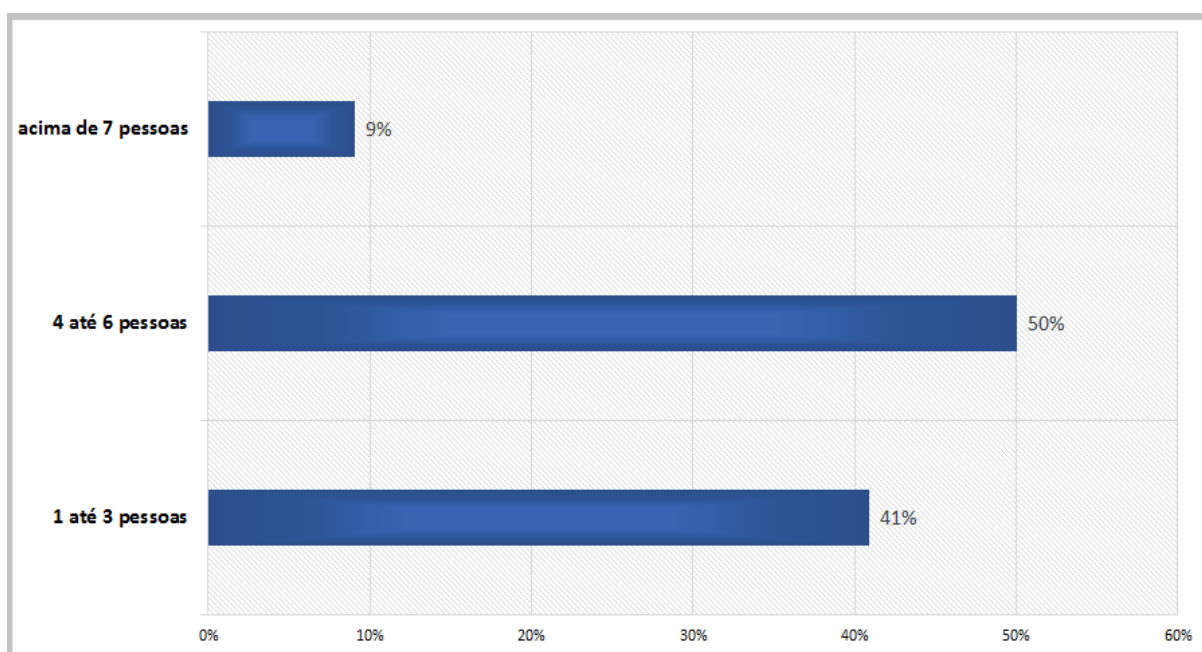
No que tange à escolaridade dos filhos dos entrevistados, aqueles que frequentam ou frequentaram a escola, o fizeram em escola pública. Conforme já relatado, a maior parte dos entrevistados, disse não lembrar a idade dos filhos, e conseqüentemente a escolaridade também é desconhecida por estes entrevistados. A partir dos dados da Tabela 01 pode-se observar que 9% dos filhos dos entrevistados são analfabetos. Nesse grupo, 7% correspondem às crianças que ainda não possuem idade mínima para ingressar na escola (ou seja, são menores do que 6 anos), e o restante, que corresponde a 2% são indivíduos portadores de necessidades especiais, e que por esse motivo, não foram alfabetizados. Do total de filhos, 26% não concluiu o ensino fundamental (desses, 62% continuam estudando), 5% possui o ensino fundamental completo, 10% não concluiu o ensino médio, e apenas 3% possui o ensino médio completo.

Conforme evidenciado na Tabela 1, tem-se um número pequeno de filhos que concluiu o ensino médio, e estes correspondem a 6%. Em partes, este fato se deve porque, em geral, as famílias possuem renda baixa e os jovens começam a trabalhar cedo, e isso prejudica na continuidade dos estudos. No caso das filhas, algumas engravidaram durante o período escolar, e por este motivo, também abandonaram a escola. Estes filhos estão dando continuidade à dura realidade na qual seus pais

foram criados, ou seja, sem acesso a melhores condições de escolarização. Fatores que podem contribuir para que a pobreza se mantenha dentro da família.

Com relação ao total de pessoas que residem no mesmo domicílio, observou-se que em 41% dos domicílios pesquisados residem entre 1 e 3 pessoas. Em outros 59% dos domicílios o tamanho da família é maior do que quatro pessoas. A informação do total de pessoas que residem no mesmo domicílio pode ser verificada no Gráfico 7.

Gráfico 7: Total de pessoas que residem no domicílio dos catadores de materiais recicláveis pesquisados

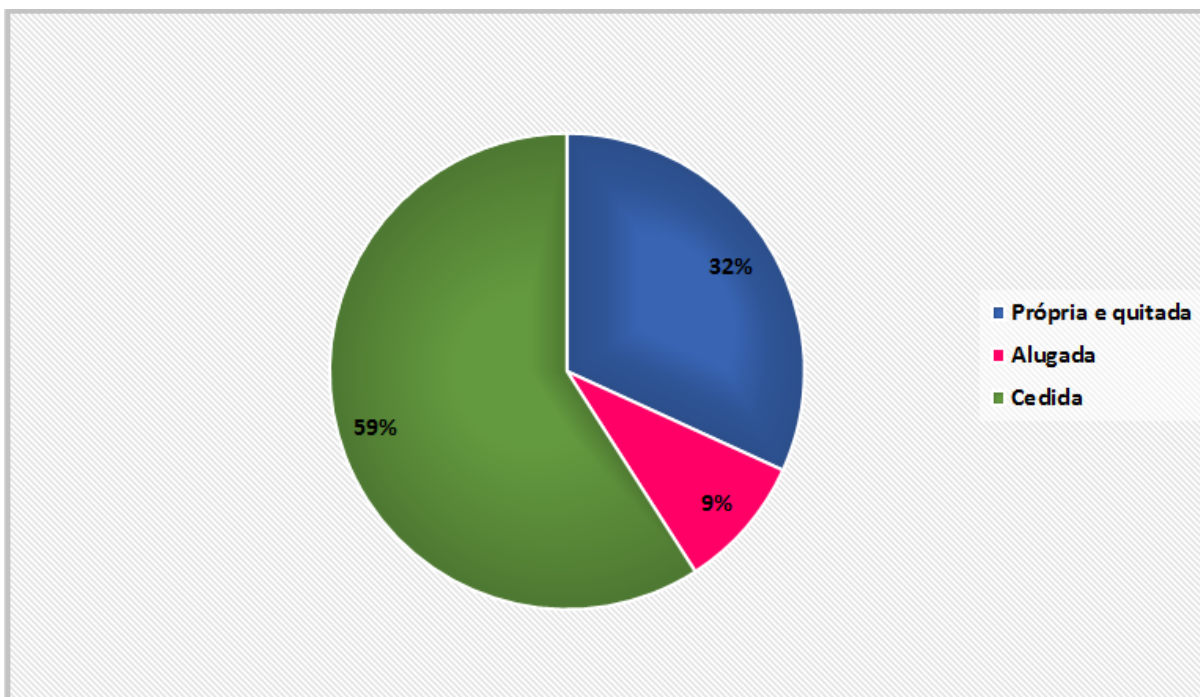


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

No que tange a situação das moradias²⁵ destes entrevistados, a maior parte foi cedida pelo governo municipal conforme Gráfico 8. Cabe ressaltar, que 13% dos respondentes, residem em áreas invadidas, terrenos que ainda estão irregulares, (e estão aguardando a regularização pelo governo municipal), mas responderam a situação do domicílio como sendo cedido.

²⁵ Praticamente todas as entrevistas foram realizadas nas residências dos catadores, o que permitiu a observação, in loco, das condições em que vivem.

Gráfico 8: Situação da moradia em relação à propriedade



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Alguns dos entrevistados, que possuem propriedade cedida, foram beneficiados pelo programa Meu Novo Lar. Este programa prevê a construção de moradias na área urbana e rural com recursos oriundos do Governo Federal, e está sendo desenvolvido pelo Governo Municipal, pretendendo até 2016 construir 500 casas (PREFEITURA DE LARANJEIRAS DO SUL, 2015). O programa visa atender pessoas de baixa renda, em cumprimento com a política habitacional de interesse social previstas no Plano Diretor Municipal, conforme exposto no art. 69º

Habitação de interesse social deve ser definida como aquela necessariamente induzida pelo poder público, destinada sobretudo a faixas de baixa renda que são objeto de ações inclusivas, notadamente as faixas até 3 salários mínimos (LARANJEIRAS DO SUL. LEI MUNICIPAL nº055/2014, Art. 69).

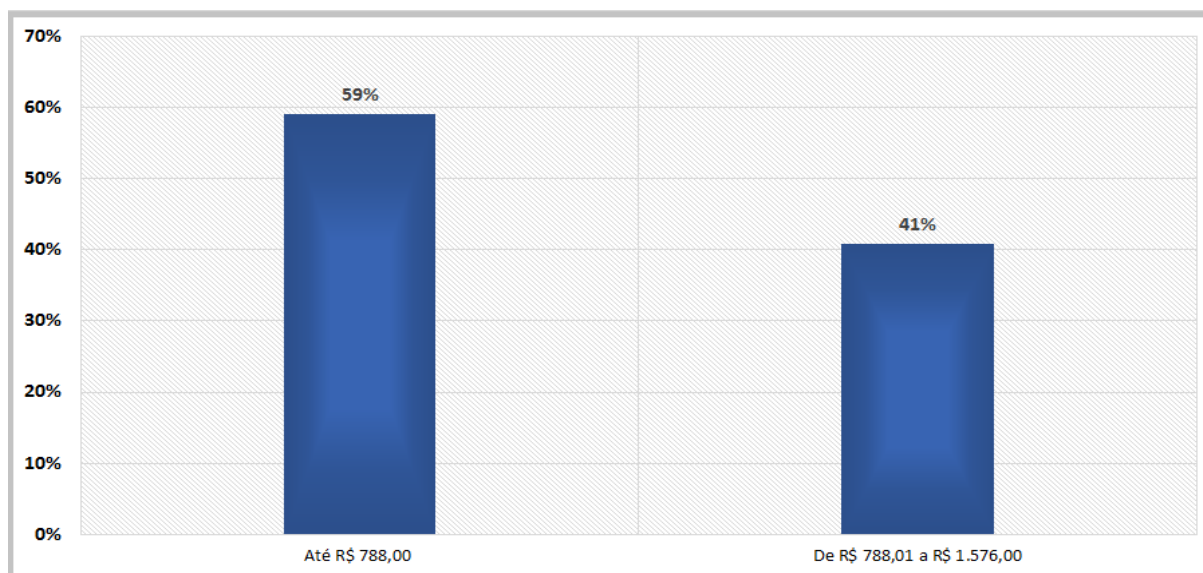
Outros catadores estão em situação de regularização pela prefeitura. Estes, responderam que sua moradia se encontra em situação cedida, mas na verdade estão em trâmite de regularização, pois ocuparam áreas clandestinamente. A regularização dessas moradias, também está prevista no Plano Diretor Municipal, conforme artigo 7º IV: “promover a regularização fundiária nas áreas ocupadas clandestinamente cujas habitações se encontram em estado precário e de risco para

os moradores e para a sociedade” (LARANJEIRAS DO SUL. LEI MUNICIPAL, nº055/2014, Art. 7º IV).

Cabe destacar que os domicílios em que residem os catadores de materiais recicláveis, em geral, são precários, com poucos cômodos, desprovidos na maioria dos casos de energia elétrica e até mesmo de água potável (estes correspondem a 13%, do total de entrevistados). Foram observadas casas bem cuidadas, em que os moradores tinham asseio, mas por outro lado, também haviam moradias com condições desumanas de vida, com o lixo espalhado no entorno das casas.

O valor médio da renda familiar, corresponde a R\$ 750,18²⁶ (setecentos e cinquenta reais e dezoito centavos) por mês, ou seja, menos de um salário mínimo²⁷ por mês. Há ainda catadores que recebem acima de um e até dois salários mínimos, isso geralmente ocorre porque possuem no grupo familiar pessoas que recebem benefício, auxílio doença, etc. Não foram encontrados catadores que recebem acima de dois salários mínimos. No Gráfico 9, estão apresentados os percentuais de catadores que recebem até um salário mínimo e acima de um até dois.

Gráfico 9: Renda total²⁸ familiar dos catadores pesquisados



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

²⁶ A média da renda total familiar, foi obtida através da soma de todas as rendas dividido pelo número de respondentes da pesquisa, no caso 22.

²⁷ O valor do salário mínimo considerado nesta pesquisa, corresponde ao vigente em outubro de 2015, que é de R\$ 788,00.

²⁸ A renda total familiar, corresponde a renda total de todos os residentes no domicílio do catador. Esta renda corresponde a soma da renda dos recicláveis, com as rendas oriundas de outras atividades, benefícios, pensão, bolsa família, etc.

Cabe ressaltar que dos 41% dos entrevistados, que possuem renda acima de 1 e até 2 salários mínimos, em 88% dos casos há no domicílio pessoas que recebem benefício por aposentadoria ou auxílio doença, o que eleva a renda do domicílio. Sen (2010, p. 124) evidencia que “a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades”. Devido a sua importância, foi calculado o nível de pobreza dos indivíduos sujeitos deste estudo. Para averiguar o nível de pobreza em que se encontram os catadores de materiais recicláveis do município de Laranjeiras do Sul/PR, foi considerado o cálculo utilizado pelo Programa Bolsa Família, para a concessão das bolsas: a renda total familiar, dividida pelo número de pessoas que moram no domicílio (PORTAL BOLSA FAMÍLIA, 2015). A partir do resultado tem-se que os catadores com renda familiar per capita inferior a R\$ 154,00 mensais, são famílias que estão em situação de pobreza. A Tabela 02 resume os resultados encontrados.

Tabela 2: Renda média por morador nos domicílios pesquisados

Renda média por morador	Número de domicílios pesquisados	(%)
Inferior ou até R\$ 154,00 ²⁹	8	36%
De R\$ 154, 01 até R\$ 200,00	6	27%
De R\$ 200, 01 até R\$ 300,00	2	9%
De R\$ 300,01 até R\$ 400,00	5	23%
acima de R\$ 400,01	1	5%
Total	22	100%

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

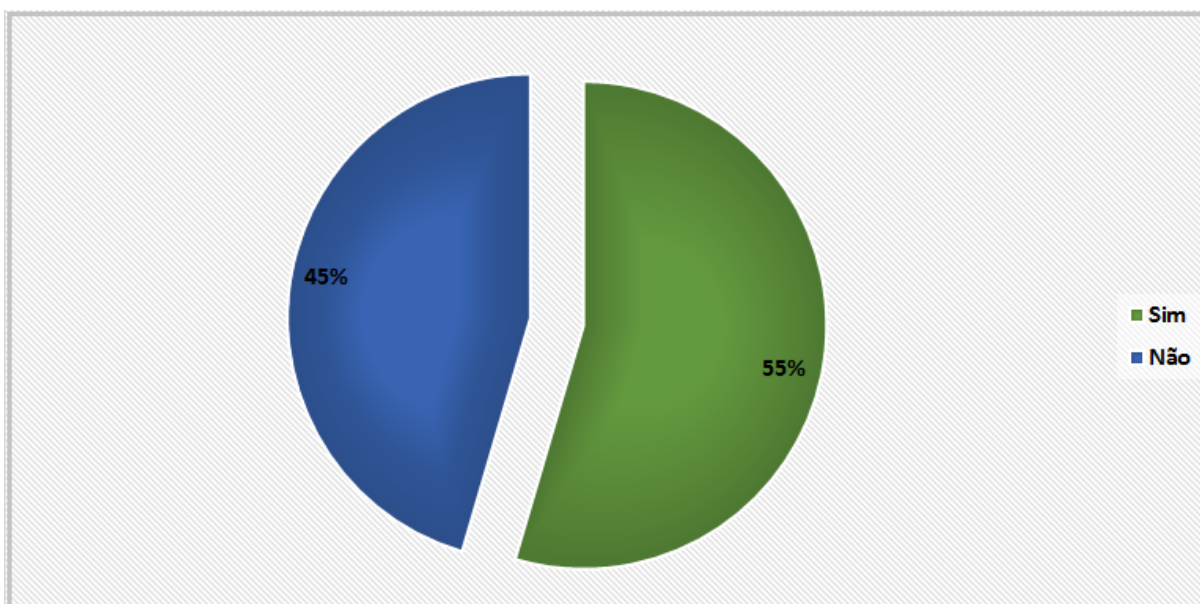
Na divisão da renda total familiar, pelo número de moradores, 63% dos entrevistados possuem renda inferior a R\$ 200,00 por morador. Cabe ressaltar que em todos os domicílios que possuem valores superiores a R\$ 300,01 por morador no mês, há residentes com rendas provenientes de benefícios por aposentadoria, auxílio doença. Nesse sentido Sen (2010 p. 121) destaca que “pessoa mais velha, mais incapacitada ou mais gravemente enferma pode necessitar de mais renda (para assistência, prótese, tratamento)”. Neste caso, conforme considerado por este

²⁹ O primeiro valor da escala (Inferior ou até R\$ 154,00), foi estabelecido conforme o parâmetro utilizado pelo Programa Bolsa Família. No qual, as famílias consideradas pobres são aquelas que recebem o valor inferior a R\$154,00/ mês por morador (PORTAL BOLSA FAMÍLIA, 2015). Cabe ressaltar que as demais escalas foram estabelecidas pela pesquisadora, por condição aleatória.

autor, a pobreza real das famílias em que há idosos ou pessoas doentes pode ser mais significativa do que aparenta ser. Ou seja, as famílias que tem no domicílio moradores com necessidades especiais, em geral demandam despesas mais elevadas, e nesses casos, a renda real por morador, seria menor.

A maioria dos catadores entrevistados, possui a inscrição no Programa Bolsa Família³⁰, do governo Federal. O Gráfico 10 evidencia a participação dos catadores no programa supracitado.

Gráfico 10: Participação no Programa Bolsa Família por parte dos catadores pesquisados



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Os catadores que são beneficiados pelo Bolsa Família, recebem através deste programa um valor mensal de aproximadamente R\$149,92³¹ por mês. Entretanto, 45% dos entrevistados afirmou não participa do Programa Bolsa Família,

³⁰ O Bolsa Família (parte integrante do Plano Brasil sem Miséria), é um programa social e que visa beneficiar indivíduos que se encontram em situação de pobreza. O programa, visa a transferência direta de renda, ou seja, a família recebe uma quantia financeira por mês. As famílias que fazem parte do programa, são aquelas que possuem uma renda mensal muito baixa, na qual a soma da renda de todos dividida pelo número de pessoas do grupo familiar seja de até R\$ 154,00. Se a renda por pessoa for inferior a este valor considera-se que a família é pobre, portanto, tem direito a participar do referido programa, devendo atender condicionalidades para permanecer nele (PORTAL BOLSA FAMÍLIA, 2015).

³¹ O valor de R\$149,92, corresponde à média dos valores recebidos por cada catador através do Programa Bolsa Família.

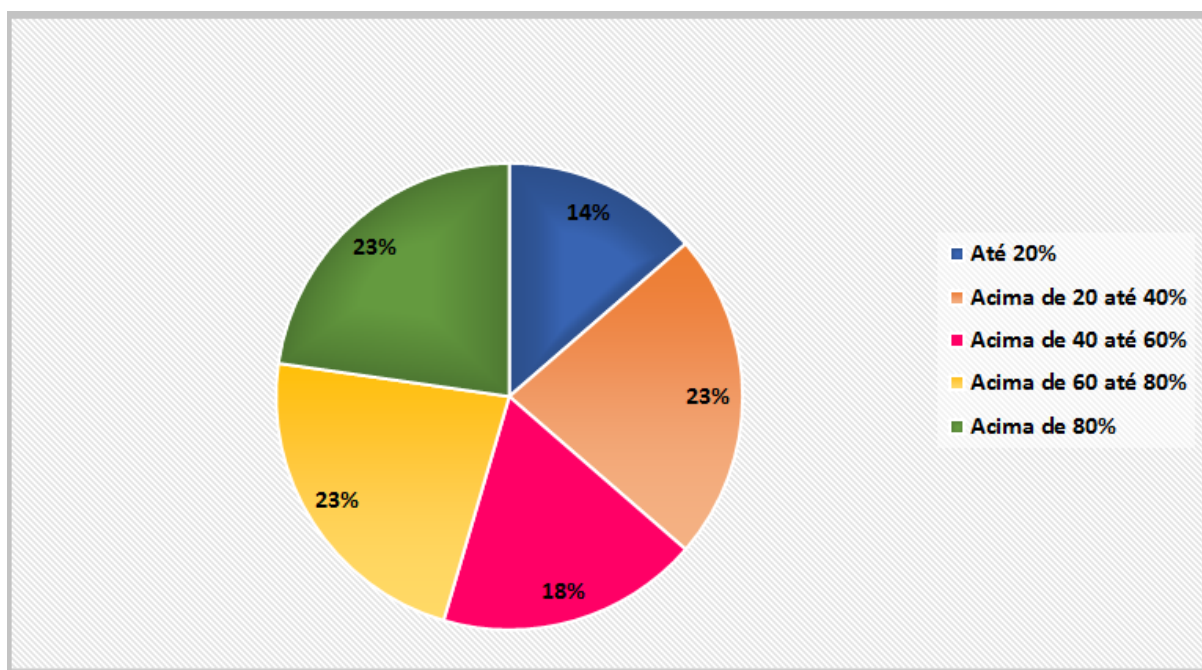
e tendo em vista que são pessoas com baixa renda, acredita-se que eles necessitam deste recurso. Os motivos que podem ter interferido, para a não participação dos catadores pode ser decorrente da falta de informação, da falta de documentos de identificação, filhos que abandonaram a escola, ou ainda pelos outros motivos previstos no artigo 3º da Lei 10.836/2004:

A concessão dos beneficiários dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento (BRASIL. LEI 10.836/2004, Art. 3º)

A frequência de 85% é para a idade entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, enquanto que para os adolescentes, com idade entre 16 e 17 anos, a lei considera 75% de frequência (BRASIL. LEI 10.836/2004).

Com relação à representatividade da renda proveniente dos materiais recicláveis, na renda total, os resultados estão apresentados no Gráfico 11, cabendo destacar que para 23% dos catadores, a renda proveniente da venda dos materiais recicláveis, está entre 80 e 100% da renda total.

Gráfico 11: Representatividade na renda total, da renda proveniente dos materiais recicláveis.



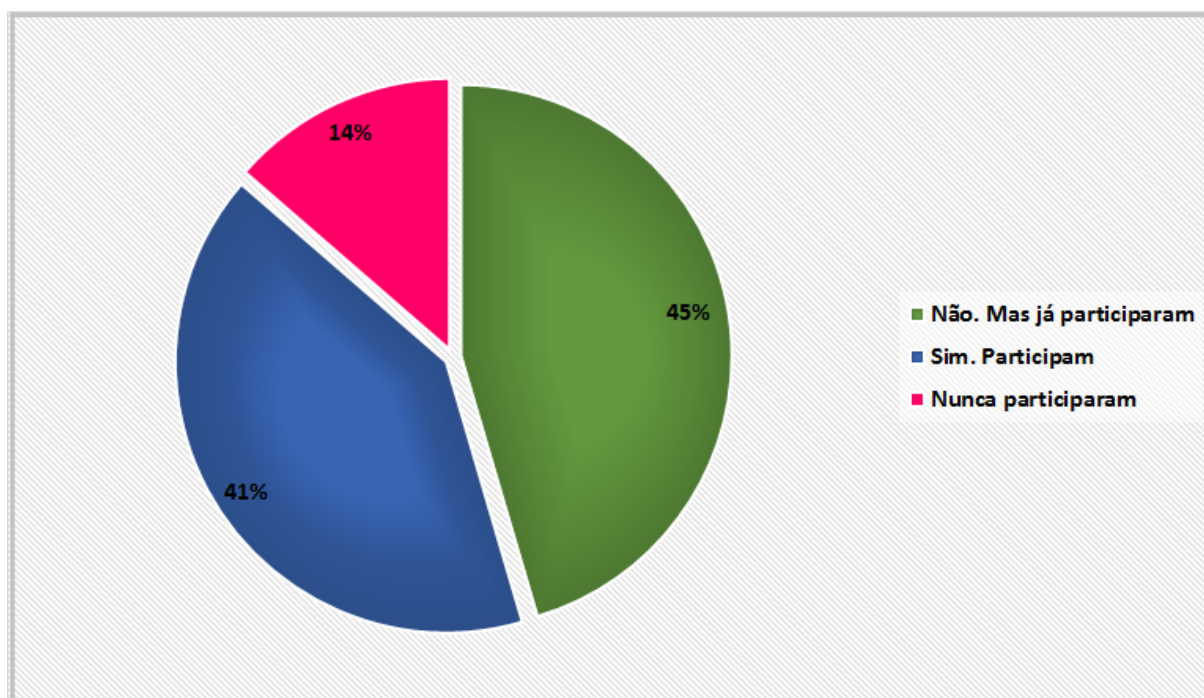
Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Considera-se que a renda proveniente dos materiais recicláveis, é importante para muitos catadores, tendo em vista que para 46% dos entrevistados ela corresponde a principal renda, representando mais de 60% na renda total.

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer os limites e potencialidades da organização coletiva dos catadores e por isso buscou saber se os pesquisados participam ou não deste tipo de entidades. Foi constatada a inexistência de cooperativas, mas foi mencionada a existência de uma associação.

O Gráfico 12, evidencia o percentual de catadores que fazem parte de associações, os que já fizeram parte e os que nunca tiveram contato com este tipo de organização.

Gráfico 12: Participação dos catadores em organização coletiva em Laranjeiras do Sul/PR



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Quanto à organização do trabalho, conforme já falado, a maioria dos pesquisados afirmou trabalhar de forma individual. Manifestaram preferência por esta forma para não se comprometer ou para não ter que dividir sua coleta com outras pessoas. Um fato importante, é que 45% dos entrevistados, já fizeram parte da associação de catadores no município. Aqueles que informaram já ter participado de associação afirmaram que optaram por sair devido a problemas como: falta de

transparência nas informações³², pagamento quinzenal dos materiais³³, associados alcoolizados que atrapalhavam o andamento das atividades³⁴ e provocavam brigas, desentendimentos com o presidente da associação³⁵. O fato de muitos catadores terem vivido experiências negativas na associação, implicou nas suas percepções quanto a esta forma de organização. Foi possível constatar a partir das entrevistas que em geral há um descrédito de que este tipo de empreendimento possa lhes trazer sucesso, principalmente em decorrência das experiências negativas pelas quais afirmaram ter passado.

Quanto a renda média dos catadores, proveniente da venda dos materiais recicláveis coletados, constatou-se pela pesquisa que aqueles vinculados a associações possuem renda superior num comparativo com aqueles que vendem o material de forma individual, conforme pode ser evidenciado no Quadro 6.

Quadro 6: Renda média dos catadores vinculados e não vinculados à associação

Fonte	Amostra	Renda média³⁶
Vinculados à Associação	9 catadores	R\$ 412,22
Individuais	13 catadores	R\$ 313,46

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Os dados obtidos, também revelaram que 59% dos entrevistados nunca contribuiu para a previdência social. Dentre os pesquisados não foi encontrado catador, que atualmente esteja realizando contribuição ao fundo previdenciário. O Gráfico 13 apresenta o percentual de pessoas que já contribuíram (quando foram

³² Os catadores alegaram que na associação da qual faziam parte, não havia acesso aos valores de venda dos materiais e das despesas da associação. Alegaram não existir uma contabilidade transparente para os associados.

³³ Os catadores que trabalham de forma individual, no ato da entrega dos materiais, já recebem o pagamento. Diferentemente dos catadores associados, os catadores individuais, não necessitam esperar uma quinzena para receber o pagamento dos materiais recicláveis vendidos.

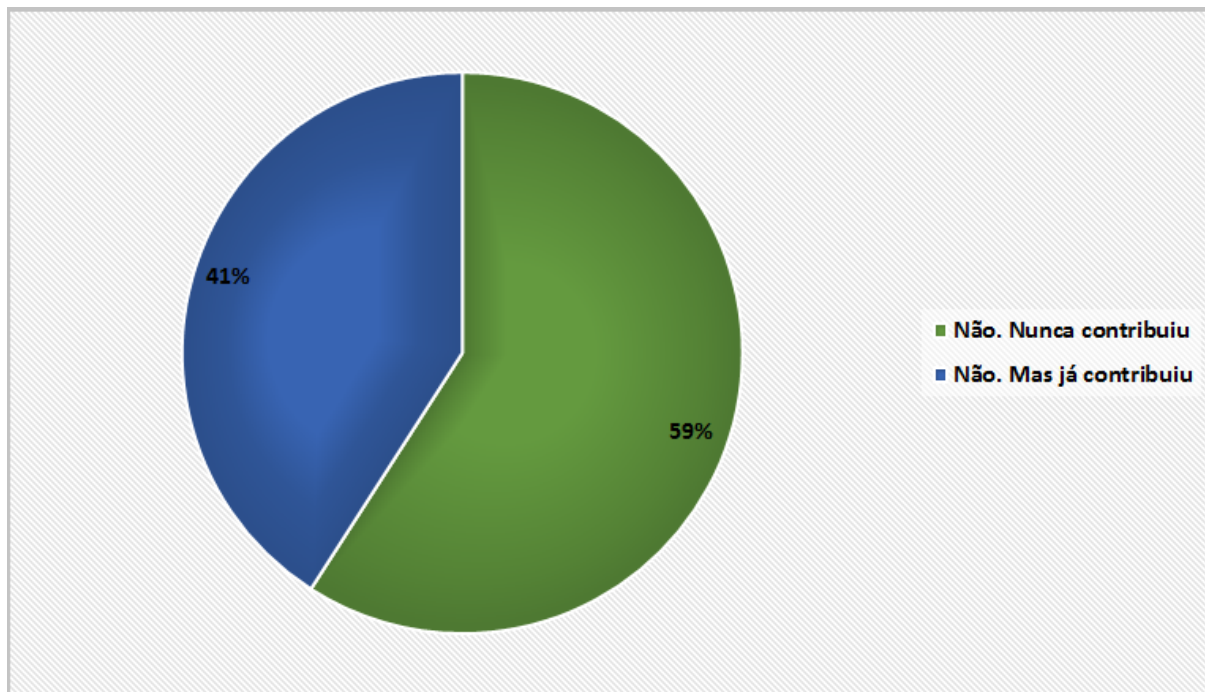
³⁴ Muitos catadores relataram a presença de catadores alcoolizados, que além de permanecer o dia todo na associação, ainda perturbavam o sossego daqueles que trabalhavam. E para evitar maiores confusões, muitos catadores se afastaram da associação.

³⁵ Os desentendimentos aqui tratados, referem-se, aos problemas quanto ao recebimento nos valores dos materiais. Muitos alegaram receber pouco e ainda quinzenalmente.

³⁶ A renda média, neste caso, considera apenas a renda proveniente dos materiais recicláveis. Para obtenção das referidas médias, foi efetuada a soma da renda dos catadores vinculados à Associação de catadores e dividido pelo número de catadores vinculados à Associação. No caso dos individuais, foi adotado o mesmo procedimento, foi somada a renda advinda dos materiais recicláveis de todos os catadores individuais, e dividido pelo número de catadores individuais.

registradas em alguma empresa) e também o percentual de pessoas que nunca contribuiu.

Gráfico 13: Contribuição atual para a previdência social dos catadores pesquisados

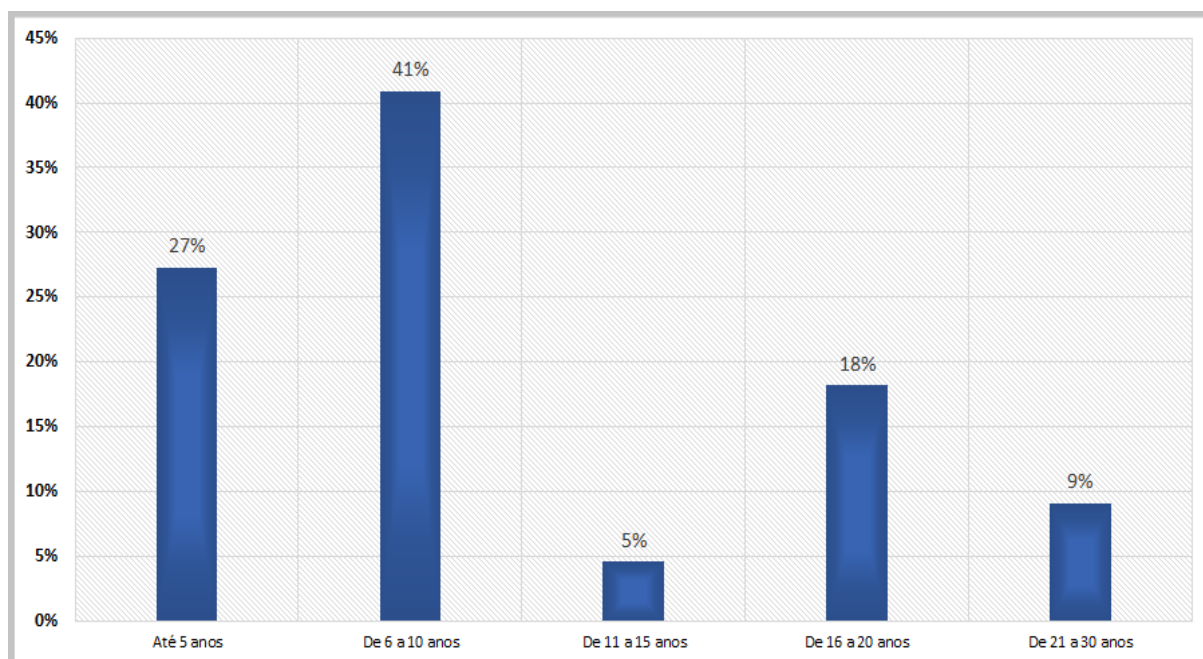


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

O fato de os catadores não serem contribuintes do INSS, lhes acarreta consequências como: não poderão usufruir de benefícios por problemas de saúde e por aposentadoria, o que torna a situação ainda mais complicada quando envelhecerem. Caso os familiares mais jovens não os apoiarem podem estar propensos ao abandono.

Com relação ao tempo na atividade de catador de material reciclável, a maioria dos respondentes atua há mais de 5 anos, isso pode ser visualizado no Gráfico 14.

Gráfico 14: Tempo na atividade de catador de material reciclável

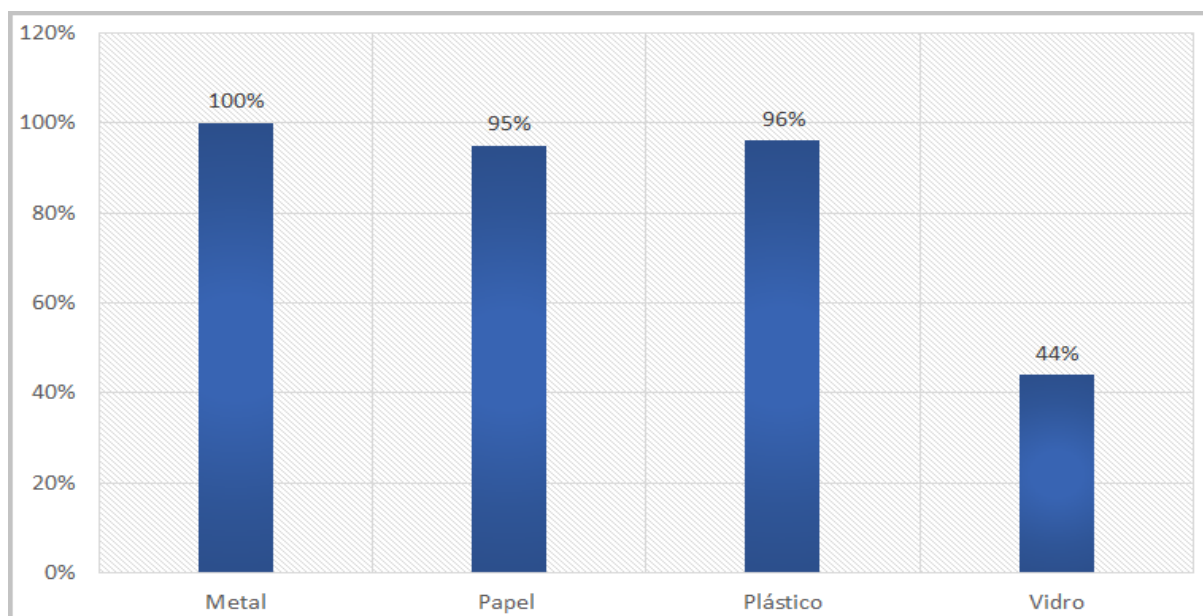


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Do total de entrevistados, 83% atuam como catadores há mais de 5 anos. Este fato pode estar relacionado com a idade dos catadores, tendo em vista que 50% possuem idade superior a 50 anos, e conforme já citado, isso aumenta a dificuldade de emprego para estas pessoas. Entre as ocupações anteriores à profissão de catador de material reciclável, estão: funcionário de empresas diversas (27%), agricultor (23%); boia-fria (23%), pedreiro (14%), pintor (5%), zelador (5%), cozinheiro (5%). Com base em Martins (2003) existe uma alta rotatividade entre catadores de materiais recicláveis e há uma fragilidade entre esses indivíduos, sendo isso uma barreira na formação de organizações coletivas. O fato evidenciado por Martins (2003), não é uma realidade que se confirma neste estudo, pois 73% dos catadores estão na atividade de catador de material reciclável há mais de 6 anos. Cabe ressaltar, no entanto, que do total de entrevistados, 22,73% relataram ter descontinuado a coleta dos recicláveis, diversas vezes, por determinado período, para desenvolverem outras atividades a terceiros, como por exemplo, colheita de maçã, erva-mate, etc.

O Gráfico 15 apresenta os materiais mais coletados pelos catadores no município de Laranjeiras do Sul/PR.

Gráfico 15: Materiais coletados em Laranjeiras do Sul/PR



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

O Gráfico 15, apresenta o percentual de catadores, dentre os entrevistados que coletam metal, papel, plástico e vidro. Os catadores de materiais recicláveis, em geral, coletam todo o tipo de material reciclável, tendo manifestado preferência pelo metal (inox, ferro, alumínio, cobre) e plástico (cristal, plástico colorido, pet³⁷, pvc³⁸, pead³⁹, pebd⁴⁰, pp⁴¹, ps⁴², outros), pois segundo os entrevistados, esses materiais possuem melhor preço na hora da venda. Muitos também coletam papel (embalagens longa vida, papel branco, papel comum, papelão). O material menos coletado é o vidro (vidros quebrados, garrafas inteiras, vidros inteiros de conserva), pois segundo os entrevistados, é difícil encontrar compradores para este material.

Todos os catadores de materiais recicláveis entrevistados, (individuais e também os inseridos em associações) constroem sua própria rotina de trabalho. Dentre os entrevistados, 68% trabalha todos os dias da semana, 23% trabalham 6 dias por semana, deixando um dia para descanso e realização de atividades no domicílio e 9 % trabalham 5 dias por semana (esse número corresponde às

³⁷ Pet (Poli – tereftalato de etileno) (PINTO et al, 2012)

³⁸ PVC (Poli – cloreto de vinila) (PINTO et al, 2012)

³⁹ PEAD (Polietileno de alta densidade) (PINTO et al, 2012)

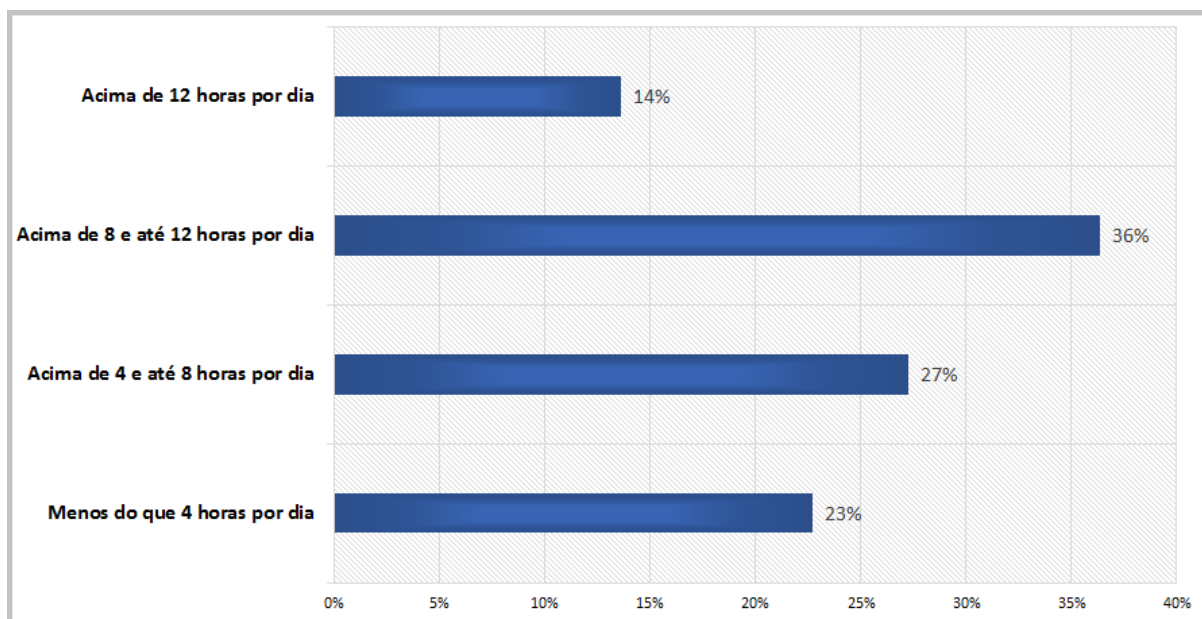
⁴⁰ PEBD (Polietileno de baixa densidade) (PINTO et al, 2012)

⁴¹ PP (Polipropileno) (PINTO et al, 2012)

⁴² PS (Poliestireno) (PINTO et al, 2012)

respondentes do sexo feminino, tendo em vista, que nos finais de semana, necessitam ficar em casa para cuidar dos filhos). O trabalho é árduo, tendo em vista que exige grande esforço físico e percorrer longas distâncias em busca de material, empurrando o carrinho que é pesado. Do total de entrevistados, 36% trabalham entre 8 a 12 horas por dia, conforme é possível visualizar no Gráfico 16.

Gráfico 16: Horas de trabalho por dia dos catadores pesquisados

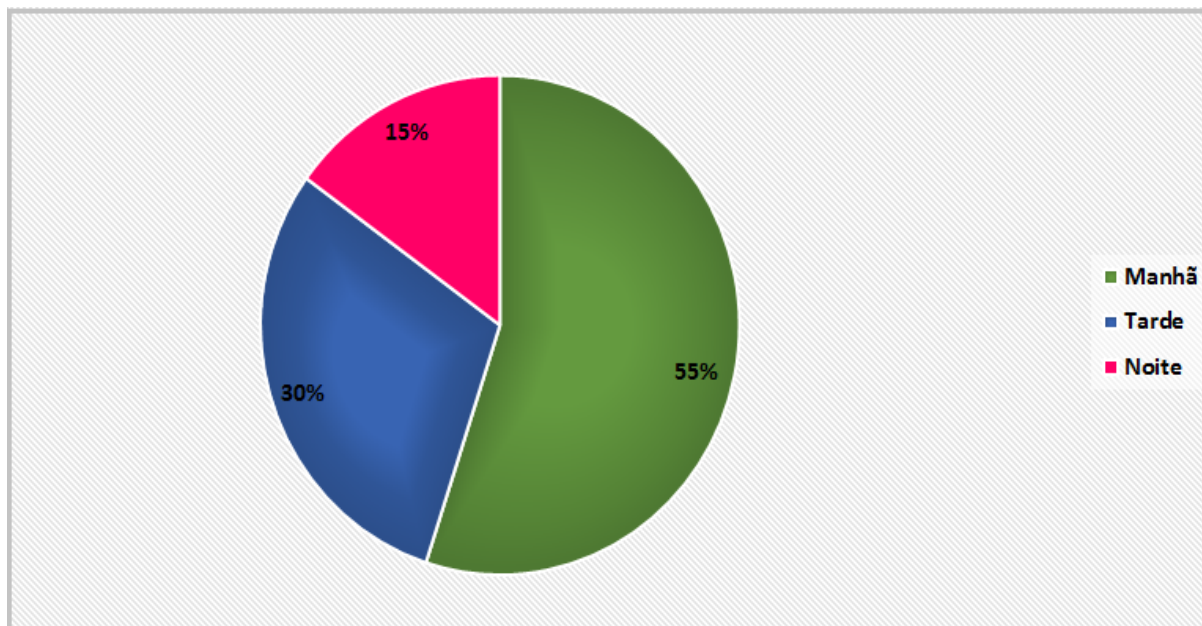


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Conforme pode ser visualizado no Gráfico 16, 50% do total de entrevistados trabalha mais do que oito horas diárias e conforme já citado, 68% trabalha todos os dias da semana, inclusive aos sábados e domingos. A rotina da atividade desempenhada pelos catadores é tarefa árdua, pois necessita de esforço físico e muitas horas de trabalho. Entretanto, pelo tempo dedicado a atividade, a renda gerada é baixa e caracteriza-se como auto exploração.

A maioria dos catadores trabalha no período da manhã, conforme apresentado no Gráfico 17.

Gráfico 17: Período de coleta dos materiais recicláveis

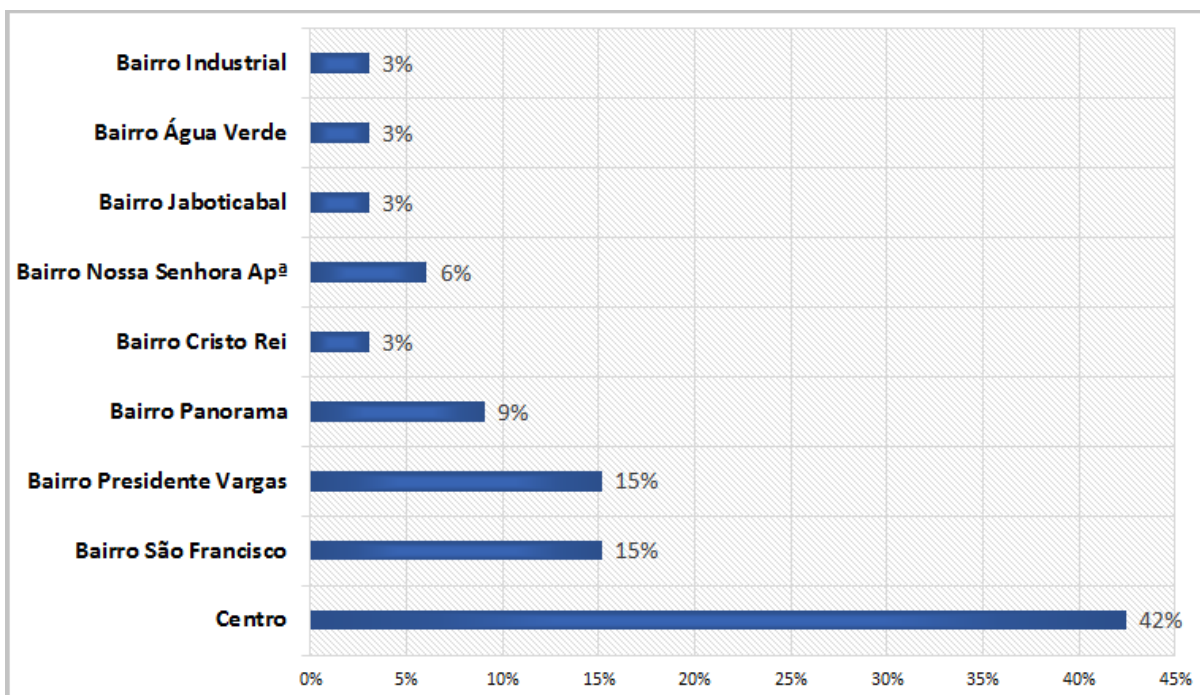


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Em geral, saem bem cedo de casa, para evitar os horários próximos ao meio dia, devido ao sol e calor excessivo. Mas como a renda depende da quantidade coletada, como eles afirmam: *“quanto mais cata, mais dá no final do mês, então tem que trabaiá bastante”* (HOMEM, 39 anos). Há a necessidade de saírem a tarde e também a noite para fazer a coleta. Os locais de coleta são ruas (48%), comércios (28%) e residências (25%).

Quanto ao bairro no município de Laranjeiras do Sul/PR em que os catadores coletam os materiais recicláveis, com mais frequência, a predominância ocorre na região central do município, conforme ilustrado no Gráfico 18.

Gráfico 18: Local onde os catadores realizam a coleta do material reciclável



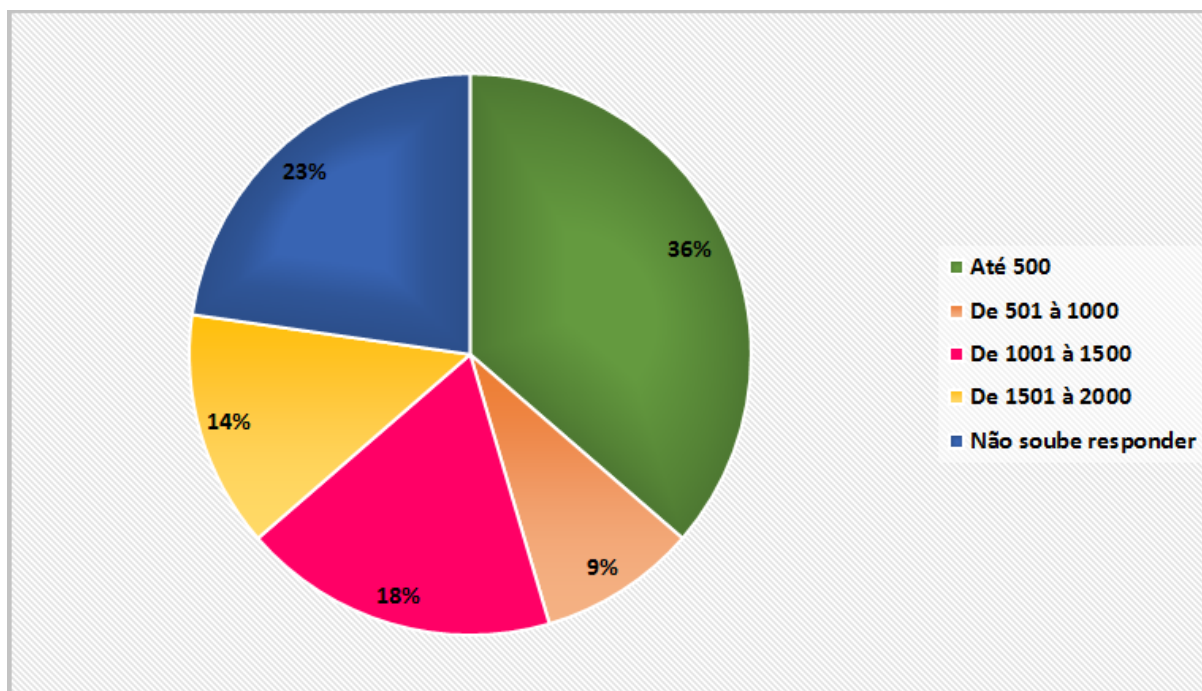
Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Conforme já evidenciado, grande parte dos catadores residem nos bairros Presidente Vargas e São Francisco, estes catadores, em sua maioria, se deslocam até a região central do município de Laranjeiras do Sul/PR para realizar a coleta dos recicláveis. No centro é que está concentrada a geração de resíduos mais nobres, em virtude da localização dos estabelecimentos comerciais que geram os resíduos preferidos pelos catadores. Conforme calculado pelo Google Maps (2015), a distância entre o bairro Presidente Vargas e o Centro de Laranjeiras do Sul/PR, é de aproximadamente 2,4 km. E a distância entre o bairro São Francisco e o Centro, é de aproximadamente 2,7 Km. Ou seja, os dois bairros são distantes do centro, o que ilustra a dura jornada enfrentada por estes catadores, que empurram o carrinho pesado, nestas distâncias (no anexo B, pode ser visualizado algumas imagens de carrinhos utilizados por alguns dos catadores entrevistados).

Para o transporte dos materiais recicláveis, grande parte dos catadores utiliza-se de carrinhos (86%), estes em geral, são construídos de madeira pelos próprios catadores. Outros utilizam bicicletas (5%), carrinho de mão (de construção)

(5%), e não fazem o transporte⁴³ (5%). A maioria dos catadores, coleta até 500 Kg por mês de materiais recicláveis, conforme Gráfico 19.

Gráfico 19: Quantidade em Kg por mês de material reciclável coletado pelos catadores



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Alguns catadores responderam não saber a quantidade de material que coletam por mês, essa resposta foi mais comum entre os catadores que trabalham de forma individual. A justificativa de alguns deles, pode se dar a partir da fala a seguir: *“eu num sei, eles num me dão nota, só me pagam a carga, mas eu acho que é bastante”* (HOMEM 66 anos). Já os catadores vinculados à associação, recebem um papel, uma forma de controle interno, que contém a quantidade de quilos que coletou no mês (no anexo C, contém uma imagem desse controle interno feito pela associação).

Conforme apresentado pelo Gráfico 19, do total de entrevistados, 41% recolhe mais do que 500 kg de material reciclável por mês, uma quantidade significativa. Ao todo, se somados, os catadores que responderam à questão, estes

⁴³ Não fazem o transporte: refere-se a um entrevistado que trabalha na prensagem dos materiais para a venda. Ele não sai às ruas coletar, mas vende o material que pessoas do município doam.

coletam por mês um total de 14.010 quilos de material reciclável. Ou seja, pelo volume de material que coletam, percebe-se que os catadores têm papel importante na limpeza urbana do município, embora isso seja o aspecto menos importante na reflexão deste trabalho, em virtude das dificuldades e privações de liberdade que enfrentam estes indivíduos.

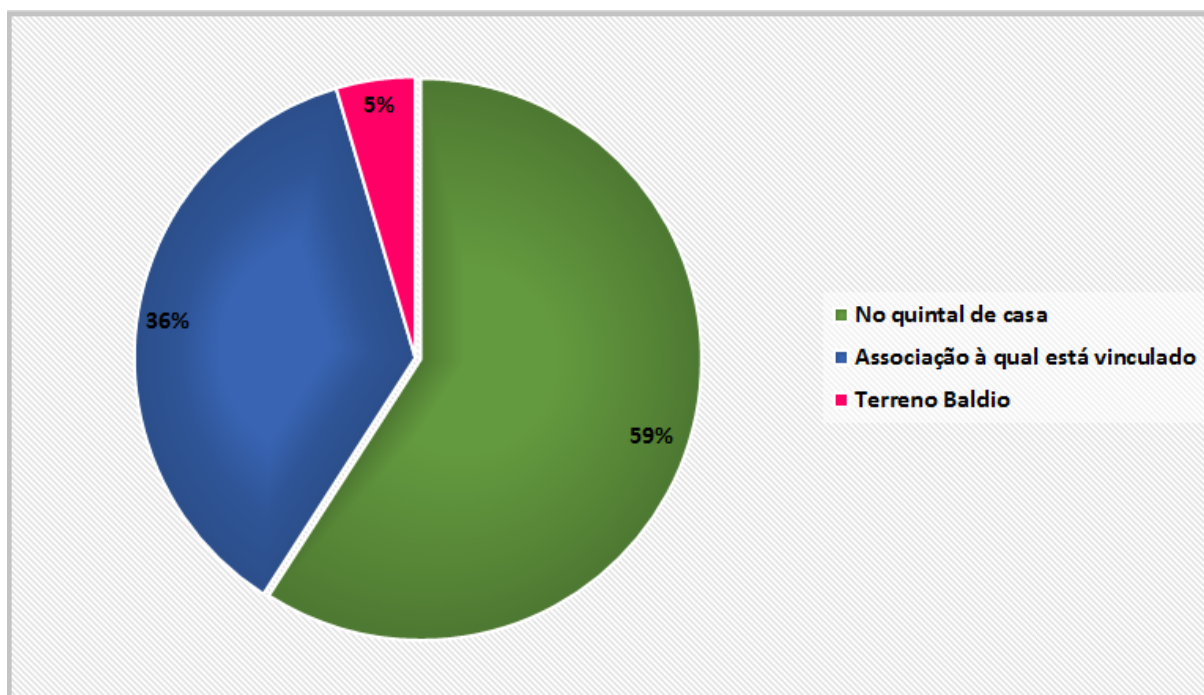
O acondicionamento dos materiais ocorre da seguinte forma: os catadores vinculados a associação⁴⁴, dispõe de um barracão onde guardam seus materiais. Dos entrevistados, 4% dos catadores vinculados à associações optam em guardar os materiais recicláveis coletados no quintal de casa, ou em terreno baldio, isso ocorre devido à distância de sua residência até a associação.

Os catadores individuais, tem que armazenar os materiais no quintal de casa, misturados com animais, o que dissemina as chances de existirem doenças (fotografia disponível no anexo A). Com isso, os catadores inseridos em associações apresentam condições menos insalubres. Cabe ressaltar, que a maior parte dos pesquisados foram entrevistados em suas residências, e por isso foi possível constatar estas melhores condições para aqueles que participam da Associação.

O Gráfico 20 apresenta os locais de armazenamento dos materiais recicláveis, utilizados pelos entrevistados. Do total de entrevistados, 59% armazenam os materiais coletados no quintal de casa.

⁴⁴ Dentre os entrevistados, foi constatado que existe uma associação de catadores de materiais recicláveis no centro do município.

Gráfico 20: Local de armazenamento dos materiais coletados pelos catadores pesquisados



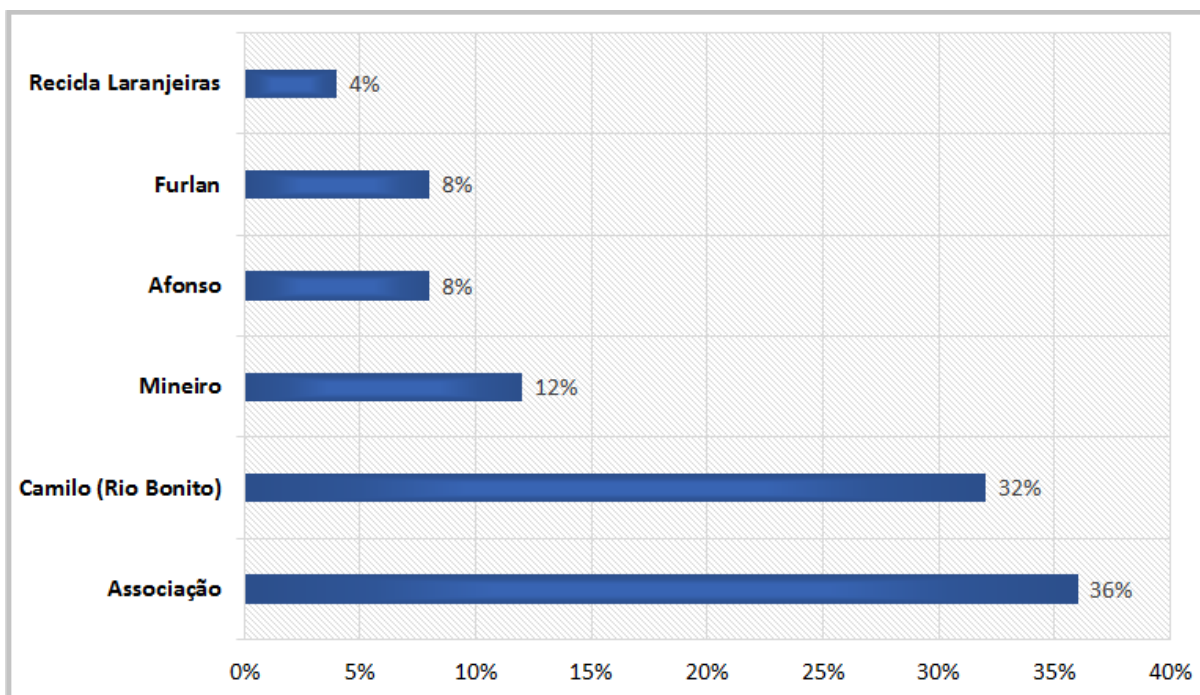
Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Os catadores que armazenam os materiais no quintal de casa, em geral, possuem condições insalubres de vida. Pois os materiais coletados, sobretudo aqueles que contém restos de alimentos, provocam mau cheiro e atraem moscas. Essas condições favorecem as contaminações, e a proliferação de doenças.

Os procedimentos realizados pelos catadores para vender o material coletado é separação (68%), classificação (20%), prensagem (4%), organização de fardos (4%), retirada do ar das embalagens plásticas (4%). Alguns entrevistados, não possuem entrega fixa do material em um local, ou seja, eles vendem os diversos tipos de materiais para mais de um comprador, essa diversificação é justificada em virtude da busca pelo maior preço pago pelo material. Isso também ocorre no caso dos catadores vinculados à associação, em geral materiais mais nobres, também são comercializados em outros estabelecimentos, além da associação.

A venda dos materiais é feita em diversos locais, no Gráfico 21, estão os principais destinos dos resíduos coletados pelos catadores.

Gráfico 21: Estabelecimentos de venda dos materiais coletados pelos catadores pesquisados



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Cabe ressaltar que os nomes dos compradores foram citados pelos catadores e que em alguns casos não foi possível identificar quem são estes estabelecimentos. No caso dos catadores vinculados à associação⁴⁵, este é o destino da venda de grande parte dos materiais. Segundo os entrevistados associados, eles levam os materiais até a associação, e recebem quinzenalmente pelo montante coletado, após descontadas as despesas da associação.

As principais dificuldades enfrentadas e visualizadas pelos catadores, é a baixa remuneração da atividade, a exigência de grande esforço físico, os dias chuvosos⁴⁶, calor excessivo, o grande fluxo de veículos no centro da cidade. Relataram, também, o esforço exigido para separar o material, encontrar materiais diversos, sobretudo os nobres (como cobre, por exemplo), a discriminação, falta de equipamentos de segurança, carrinhos de transporte são frágeis. Conforme frases em destaque:

⁴⁵ Foi mencionada a mesma associação por todos os pesquisados.

⁴⁶ Tendo em vista que a renda proveniente dos recicláveis depende da quantidade que o catador coleta, nos meses muito chuvosos a renda acaba sendo reduzida. Isto acontece pois, nos dias de chuva excessiva, os catadores não conseguem sair para coletar o material reciclável.

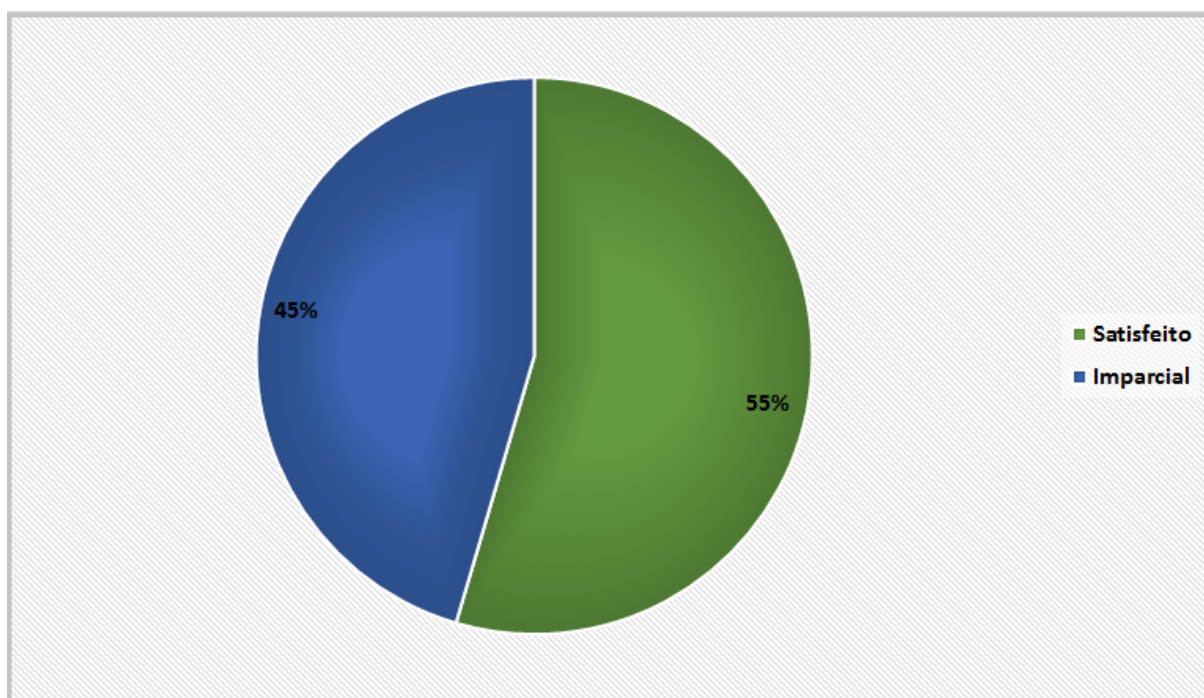
“É sofrido, se o material não tivé bem organizadinho, eles num pagam nada. Nos dias de chuva tamém é bem difíce, porque se chove muito, nem da pra sai, e se chove muitos dias, no final do mês é triste de vê. O carrinho tamém é bem pesado, quando a gente tá empurrando na subida é sofrido” (HOMEM, 43 anos).

“Quando as pessoa não respeita é triste. Eu vejo que tem muita gente que tem nojo de catador, mas num fala e nem pode fala. Outra coisa, é empurrar o carrinho cheio, dá calo nas mão. Tamém falta espaço nas rua, as vez a gente bate nos carro, e dá o maior rebuliço. Quando chove, eu não saio cata, e fico sem ganha nada, até que a chuva pare. Mas quando o sol tá muito quente, é pior que chuva” (MULHER, 33 anos).

Há ainda, entrevistados que responderam não sentir dificuldades no trabalho que desempenham. Conforme frase: *“Nada é dificultoso pra mim, deu de fazer eu tô fazendo. Não tem dificuldade pra gente” (HOMEM, 53 anos).*

Entretanto, mesmo em meio às dificuldades a maioria dos catadores, diz estar satisfeito com o trabalho que desempenha, conforme grau de satisfação exposto no Gráfico 22.

Gráfico 22: Grau de satisfação dos catadores pesquisados com o trabalho realizado



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Cabe ressaltar que na questão envolvendo o grau de satisfação dos catadores de materiais recicláveis, em relação ao trabalho realizado, haviam opções de respostas negativas (Insatisfeito, muito insatisfeito), entretanto, os entrevistados não escolheram nenhuma destas alternativas para denominar o trabalho que

desempenham. Os que estão satisfeitos com o trabalho, justificam pelo fato de gostarem da atividade que desempenham, conforme fala em destaque: “Gosto mesmo de catar! A gente é bem visto” (HOMEM, 53 anos). Outros revelam nas entrelinhas, que precisam se sentir satisfeitos, já que não possuem outra opção, estes correspondem aos que tem grau de satisfação imparcial na atividade de catação dos recicláveis:

“Tem que tar, porque não tem outro serviço. E hoje em dia, o dinheiro tá custoso” (HOMEM, 39 anos);

“Tem que sentir satisfeito, porque é o único jeito. Até a hora que Deus preparar um outro servicinho mais leviano” (HOMEM, 53 anos).

“Tem que sentir né, é o gainho da gente, trabalhando o que pode é a conta”. (HOMEM, 29 anos)

“Sim é bom catar material, melhor que tá roubando”. (MULHER, 32 anos)

Quando questionados sobre a importância do seu trabalho, 53% dos entrevistados, respondeu ser um meio de sobrevivência para garantir uma renda extra, obter sustento para a família. Muitos, também observam a importância ambiental no trabalho que desempenham, tendo em vista responderam ser bom para a limpeza da cidade. As outras respostas obtidas podem ser observadas no Quadro 7.

Quadro 7: Importância do trabalho de coleta de material reciclável para os entrevistados

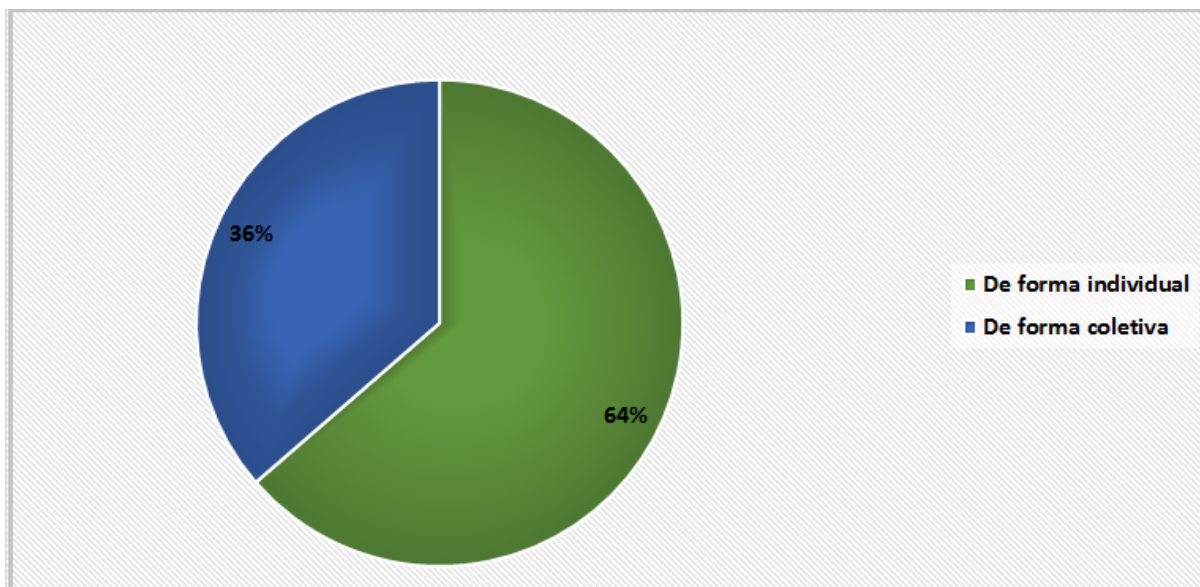
Respostas obtidas	Percentual de respostas
Meio de sobrevivência	53%
Limpeza da cidade	28%
Importante para não ficar parado	9%
Serviço mais fácil	3%

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

E quando questionados sobre o desejo de possuir outra profissão, 82% respondeu que sim, gostariam de trabalhar em condições menos insalubres. Dos entrevistados, 18% disse que não possui desejo de mudar de profissão, em partes porque se sentem velhos demais para enfrentar o mercado de trabalho.

Com o intuito de averiguar qual a percepção dos entrevistados em relação à organização coletiva, estes foram questionados sobre sua preferência em trabalhar de forma coletiva ou individual. As respostas estão disponíveis no Gráfico 23.

Gráfico 23: Preferência de trabalho dos catadores: coletivo ou individual



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Do total de entrevistados, 64% afirmou ter preferência por trabalhar de forma individual, nas falas a seguir estão algumas das manifestações apresentadas pelos entrevistados em relação à preferência pelo trabalho individual:

“Porque a hora que quer ir trabaia vai, a hora que quer voltar, não precisa pergunta é só vim” (MULHER, 32 anos).

“O que a gente faz é só da gente, ninguém tira” (HOMEM, 27 anos)

“Prefiro individual, porque as ideia num cumbina. Se dois, três faz certo... quatro, cinco faz errado. Dai é melhor sozinho”. (MULHER, 42 anos).

“Prefiro sozinho, muita gente vira bagunça” (HOMEM, 53 anos)

“Pra te fala a verdade, prefiro trabalha no meu canto, eu tenho vergonha de trabalha com muita gente, os outros arreparam na gente. E sozinho a gente puxa mais material” (HOMEM, 39 anos).

Nas falas dos catadores, que preferem o trabalho de forma individual, há uma concepção de que as pessoas unidas, não trabalham tanto quanto uma sozinha. Entretanto, conforme evidenciado no Quadro 5, aqueles inseridos em associações conseguem obter uma renda maior a partir desta condição. Conforme já citado, 45% dos catadores entrevistados, já fizeram parte de uma associação de catadores. Entretanto, a experiência frustrada, pode ter influenciado na visão negativa sobre o

trabalho coletivo para estes catadores. Além disso, o fato de predominarem homens entre os catadores, pode ter relação com a menor propensão ao trabalho coletivo. Pois com base em Gonçalves (2005), os homens têm menor propensão ao trabalho coletivo, e ainda possuem resistência à organização, em especial na categoria de catadores.

Os catadores que preferem o trabalho individual, justificam esta opção a partir do trabalho livre, ou seja, se sentem livres para fazer o que desejam, sem que exista um controle de sua rotina, produtividade ou percurso que realizam. Já os catadores que preferem o trabalho coletivo, justificam este motivo, pela divisão do trabalho, pela importância da representatividade, conforme destacado nas falas a seguir:

“No coletivo é melhor, porque um ajuda o outro, é uma força maior”
(MULHER, 46 anos)

“Porque se a gente trabalha em mais gente, é melhor. Uma andorinha não faz verão sozinha” (MULHER, 44 anos)

“Em mais gente, a gente pode se ajuda, um ajuda o outro” (HOMEM, 66 anos)

Quando questionados sobre o que entendem por cooperativa ou associação, muitos não souberam responder à questão, mesmo naqueles que estão inseridos em uma associação, observou-se insegurança na resposta. Abaixo estão depoimentos dos pesquisados em relação à pergunta

“Eu sei que nas cooperativas eles pagam mais. Tudo, os litros pet, eles pagam bem” (HOMEM, 39 anos)⁴⁷

“Associação é que nem nós temo no barracão, mas não sei dizer o que é isso bem certo” (HOMEM, 67 anos)⁴⁸

“É uma equipe né, que trabalham junto e depois divide o que der de dinheiro. Eu acho que é assim” (MULHER, 46 anos)⁴⁹

“Não sei explicar o que é isso” (HOMEM, 59 anos)⁵⁰

“Associação é tipo uma irmandade, tudo se ajuda, cada um faz a sua parte. É tipo uma comunidade, tudo tem que te uma combinação, se ajuda”.
(HOMEM, 46 anos).⁵¹

Os catadores vinculados à associação tiveram dificuldades para responder o que isso significa, talvez neste empreendimento, a cultura associativa não esteja sendo disseminada aos associados. Inclusive, alguns associados se referem a

⁴⁷Catador individual, e que nunca trabalhou em cooperativa ou associação de catadores.

⁴⁸ Vinculado à Associação.

⁴⁹ Vinculada à Associação.

⁵⁰ Catador individual, ex associado.

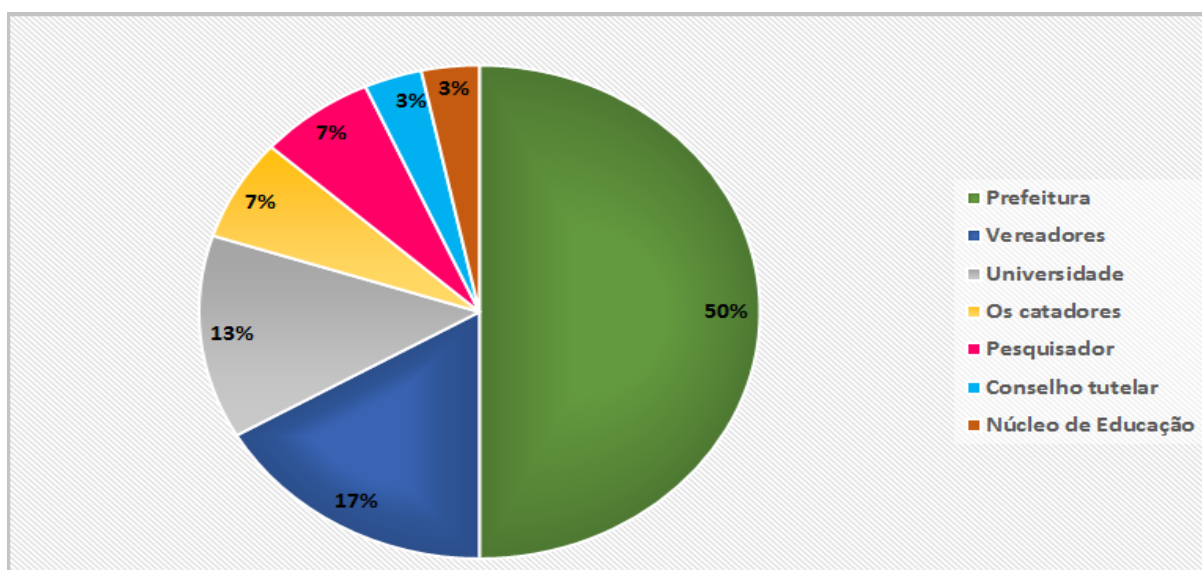
⁵¹ Catador individual, ex associado.

associação como se ela tivesse dono, tendo sido mencionado o nome da pessoa que seria este proprietário. Princípios como autogestão, controle e acesso as informações gerais da associação não foram mencionadas por estes catadores, integrados à referida associação.

Quanto aos benefícios que fariam o catador a participar de uma organização coletiva, as respostas foram bem diversificadas. A grande parte, salientou a importância de receber um valor maior pelos materiais vendidos e também a necessidade de existência de uma boa equipe para coordenar. Outros acrescentaram que acham importante o fornecimento de carrinhos mais estruturados e mais leves (alguns citaram carrinhos motorizados e com ventiladores), doação de cesta básica mensal. Outros, vislumbram uma cooperativa ou associação com mais união entre os catadores, com uniforme completo (roupas, luvas, botas), pagamento dos materiais feito semanalmente, registro em carteira de trabalho, com pessoas honestas na direção e divisão exata das sobras com transparência nas informações. Outros gostariam de ter uma refeição na cooperativa ou associação, por dia, reaproveitamento dos materiais com artesanato, troca dos materiais por comida.

Os catadores foram questionados da possibilidade de formar uma organização coletiva, caso pessoas ou entidades contribuíssem para essa formação, todos os catadores entrevistados responderam que sim. E após isso, indicaram estas pessoas e entidades, as respostas estão disponíveis no Gráfico 24.

Gráfico 24: Entidades e pessoas indicadas pelos catadores para constituição de uma organização associativa ou cooperativa



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

As respostas disponíveis no Gráfico 24, ilustram as expectativas dos catadores quanto às pessoas e entidades das quais os catadores esperam ações na finalidade de organizá-los. Tendo em vista às privações em que vivem os catadores, tais como baixa escolaridade, baixa renda, autoestima reduzida, constata-se que para haver perspectiva de organização coletiva é necessário um olhar mais cuidadoso da sociedade, instituições e do poder público. A luta diária pela sobrevivência destes catadores demanda ações eficazes no combate às privações que sofrem. Neste sentido cabe destacar que 67% dos catadores entrevistados acreditam que devem ser oriundas da Prefeitura e dos Vereadores as ações para a organização coletiva dos catadores. Conforme destaca Sen (2010) “o Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação e não entrega sob encomenda”.

Com relação ao perfil dos catadores de Laranjeiras do Sul/PR, pôde-se averiguar, que muitos vivem sob condições precárias, com inúmeras privações de liberdade (SEN, 2010), sobretudo aqueles que trabalham de forma individual. Pois conforme identificou Rocha (2012) diante da necessidade de sobrevivência o interesse em participar de organizações coletivas acaba ficando em posição secundária na linha de necessidades. E, isso pôde ser evidenciado nos catadores laranjeirenses, o desinteresse em constituir organizações coletivas, pode estar relacionado as necessidades primárias que se sobrepõe a esse interesse, além disso também faltam informações no que consiste uma organização coletiva. Portanto, para o avanço no desenvolvimento destes catadores, primeiramente, eles necessitam superar limitações e privações básicas de sobrevivência e ainda receber informações sobre a organização coletiva.

Assim, os resultados que foram obtidos nas entrevistas são úteis para que sejam efetuadas as análises quanto aos limites e potencialidades para a organização coletiva dos catadores de materiais recicláveis no município de Laranjeiras do Sul/PR.

4.3 LIMITES PARA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR

Os limites, evidenciados nesta seção, são as dificuldades ou barreiras que os catadores de materiais recicláveis enfrentam ao se organizar coletivamente e foram

extraídos dos resultados coletados na pesquisa com os catadores e do perfil identificado na seção 4.2. Estes limites foram apontados a partir da observação e entrevista com catadores de materiais recicláveis, e também da experiência de alguns atores que realizaram trabalhos com estes indivíduos. O perfil e a análise das privações de liberdade dos catadores, forneceram subsídios para constatar os limites na organização coletiva destes indivíduos, e estas limitações estão descritas nesta seção. Cabe ressaltar que as barreiras não se referem aos empreendimentos coletivos, mas sim, às limitações que dificultam ou impedem os catadores no processo de organização coletiva.

Os catadores, possuem várias privações de liberdade, que já foram elencadas neste estudo. Estas privações são limitantes para o desenvolvimento e para obtenção de uma melhor qualidade de vida a estes catadores.

Nesse sentido, um fator limitante, diz respeito a baixa autoestima dos catadores. Todos os catadores entrevistados, possuem uma dura história de vida, cercada de privações, rejeições, sonhos não alcançados. Muitos manifestam sentimentos de serem 'atrapalhos' à sociedade, por serem velhos, pobres, pela pouca ou ausência de escolaridade. A trajetória de vida sofrida, os levou a desacreditar na capacidade de alterar a situação em que vivem, e o que lhes resta é se conformar com esse quadro. Além disso, alguns se sentem discriminados e sofrem pelo preconceito que a sociedade lhes impõe. Conforme relatam Silva, Denardi e Berno (2015), o preconceito e a discriminação, são marcas que retraem os catadores de materiais recicláveis, esta classe não possui esperança de solução num curto prazo.

Um dos fatores limitantes, que pôde ser identificado para a constituição de uma organização coletiva, diz respeito a baixa escolaridade dos catadores. Pois organizações coletivas, exigem conhecimento em gestão e o fato destes catadores possuírem uma baixa escolaridade, pode ser limitante na constituição e manutenção destas organizações. Este fato também foi identificado por atores-chave entrevistados e em estudos como Souza (2005), Arana (2006), Rocha (2012) e Ipea (2013). A baixa escolaridade pode estar impedindo que os catadores vislumbrem oportunidades em organizações coletivas ou disponham de informações básicas sobre estas. Mas cabe ressaltar que, a baixa escolaridade, não é necessariamente um fator limitante, desde que estas pessoas participem de capacitações. Entretanto,

no caso dos catadores atualmente não existem capacitações sendo oferecidas, das quais estes possam participar.

Os catadores necessitam de capacitação, no sentido de terem suporte para gerir uma organização coletiva, sobretudo para averiguar as oportunidades que essa organização pode lhes proporcionar. Pois a maioria, desconhece o que são esses empreendimentos coletivos. Eles precisam conhecer os benefícios que podem obter a partir da participação em empreendimentos coletivos.

Outra limitação, refere-se à preferência dos catadores em trabalhar de forma individual. Alguns tiveram expectativas frustradas em experiências coletivas, e isso resultou numa resistência em aceitar formas coletivas de organização. Estas frustrações decorrem da maneira como foram direcionados os empreendimentos coletivos de que estes catadores fizeram parte, pois na verdade, conforme relatado pelos entrevistados havia um desvirtuamento do que se anseia numa organização coletiva. Além do mais, o individualismo é explicado também, pelo fato de os catadores valorizarem a possibilidade de controlar sua rotina, não precisando estar subordinado a nenhum tipo de regra. Souza (2005) também evidenciou este fato em seu estudo, explicando que os catadores gostam de delimitar sua rotina diária, manifestando preferência a não ter de cumprir trabalho em horários fixos.

Entretanto, os catadores que trabalham de forma individual, possuem mais limitações do que aqueles que trabalham de forma associativa, e isso pôde ser constatado no município de Laranjeiras do Sul/PR. Aqueles que trabalham individualmente, residem em condições mais insalubres, pois guardam os materiais em suas residências, e isso propicia a disseminação de doenças. Outro fato, diz respeito à renda, pois sozinhos não conseguem obter um poder de negociação pois não possuem representatividade, assim, ficam mais vulneráveis e acabam por receber menos pelo material coletado.

Conforme foi evidenciado, dentre os pesquisados, 50% possuem idade superior aos 50 anos, e em geral aparentam ter mais idade, devido a atividade desgastante desempenhada na catação dos recicláveis, pois esta demanda constante esforço físico e com isso acarreta em consequências à saúde do catador. Outros catadores, possuem limitações decorrentes de acidentes, ou tem transtornos psicológicos. Os catadores que possuem problemas físicos, ou que tem idade avançada, talvez, não tenham o mesmo rendimento do que catadores mais jovens, ou catadores sem problemas de saúde. E o fato de muitos pensarem

individualmente, pode incidir na não aceitação das limitações físicas, psicológicas, de outros catadores. Houve catadores que alegaram não gostar do trabalho coletivo pois entendem que há dentro dos grupos pessoas que trabalham mais do que as outras e isto geraria injustiça na distribuição igualitária da renda. Esta manifestação é resultado de uma cultura individualista imposta pela sociedade ou também por experiências mal sucedidas vividas pelos catadores. Pois surgiu nas entrevistas inclusive a percepção de que as pessoas unidas rendem menos do que uma sozinha. Esta manifestação decorre da absoluta falta de confiança que existe entre os catadores, e destes em relação à sociedade. Neste ínterim é fundamental uma capacitação para que os catadores conheçam os benefícios e também os custos do trabalho coletivo.

Outro fator limitante, diz respeito a dependência alcóolica de alguns catadores. Muitos trabalham alcoolizados, e sofrem mudanças constantes de humor em decorrência disso. Dos catadores entrevistados, que já fizeram parte de associação, dentre os motivos que circundam a saída, estão as brigas ou atrapalhos provocados por catadores alcoolizados. No caso de uma organização coletiva, o alcoolismo poderia ser um fator prejudicial, sendo necessário um trabalho de apoio para combate ao vício.

A maioria dos catadores entrevistados, trabalham de forma individual, e desconhecem a cadeia produtiva que envolve os materiais recicláveis. Entretanto, isso também apareceu como uma condição limitante daqueles inseridos na associação, pois estes também não sabem como são negociados os materiais recicláveis⁵². Por isso eles necessitam de capacitação técnica no sentido de fortalecer este conhecimento da cadeia produtiva, para que consigam estruturar e manter adequadamente uma organização coletiva. Esse fato também foi evidenciado pelos atores utilizados na fundamentação teórica, que constataram que não adianta uma estrutura provida de equipamentos, se eles não se autogerirem e não tomarem conta das decisões que exige um empreendimento solidário.

Os catadores, em geral, veem na atividade de coleta dos materiais recicláveis uma forma de sustento próprio e familiar, mas cabe ressaltar que esta atividade é realizada apenas quando estes não encontram outro emprego. Um dos atores

⁵² No caso da Associação indicada pelos catadores todas as informações indicam que esta não se constitui em uma organização coletiva nos moldes da Economia Solidária.

entrevistados, ressaltou que neste meio existe uma alta rotatividade, e isso seria prejudicial na manutenção de uma organização coletiva, pois a qualquer momento, catadores poderiam estar se afastando da atividade. Entretanto, conforme apresentado no gráfico 14, grande parte dos catadores entrevistados, estão nessa atividade há mais de cinco anos. Então, pode-se dizer que para a realidade dos catadores entrevistados neste estudo, a alta rotatividade não foi um fator limitador para constituição de organizações coletivas.

É importante ressaltar, que os catadores estão inseridos num contexto de exclusão social e a privação de liberdade em que vivem, muitas vezes não os permite vislumbrar outras perspectivas. E é nesse sentido, que pode estar uma das maiores limitações, o fato de não se sentirem capazes de formar ou de participar de organizações coletivas. Pois conforme destacam Rocha (2012) e Ipea (2013) as dificuldades que os catadores enfrentam, fazem com que busquem soluções imediatas aos seus problemas. Pois o que ocorre muitas vezes, é que a necessidade de sobrevivência se sobrepõe ao interesse na formação de organização coletiva.

Nesse sentido, cabe ressaltar que os catadores necessitam de ações, na formação de empreendimentos coletivos. Entretanto, é necessário um trabalho constante na finalidade de emancipar os catadores, pois se permanecer o quadro de privações e carências, podem não conseguir se emancipar, ficando dependentes da ajuda daqueles que promoveram as ações. Isso foi constatado por Souza (2005) que identificou em seu estudo, que as carências dos catadores, podem propiciar um certo dirigismo, por aqueles que promoveram ações para implementar organizações a estes indivíduos.

Embora a análise até aqui evidenciada, buscou tratar principalmente dos limites internos, cabe destacar que na formação de organizações coletivas existe a influência de inúmeros fatores externos. Um dos fatores externos, diz respeito a existência de organizações coletivas concorrentes, ou até mesmo empresas do ramo de reciclagem, isso é prejudicial de certa forma, pois estas organizações vão estar dividindo mercado com os catadores.

Se organizados coletivamente, os catadores podem reverter o quadro de privação de liberdade em que vivem. Neste sentido, a próxima seção elenca as potencialidades que os catadores do município de Laranjeiras do Sul/PR, possuem para uma organização coletiva.

4.4 POTENCIALIDADES PARA ORGANIZAÇÃO COLETIVA CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR

As potencialidades aqui evidenciadas, são benefícios e facilidades que os grupos de catadores de materiais recicláveis podem obter se organizados coletivamente. Estas potencialidades, foram extraídas a partir da observação e da entrevista com catadores de materiais recicláveis do município de Laranjeiras do Sul/PR. Essas potencialidades, são pontos positivos que estes catadores possuem para um processo de organização coletiva. Cabe ressaltar, que também serão descritos alguns benefícios que os catadores podem auferir, caso se organizem coletivamente.

As organizações coletivas, são oportunidades para geração de trabalho e renda aos catadores de materiais recicláveis. Pois grande parte destes indivíduos, estão excluídos do mercado formal, por diversas condições como idade, baixa escolaridade, condição social.

Uma potencialidade importante da organização coletiva, é que ainda que minimamente organizados, os catadores, conseguem auferir melhor renda. Pois os catadores que fazem parte da associação, por exemplo, conseguem auferir maior renda do que aqueles que trabalham de forma individual, eles obtêm melhor preço na venda dos recicláveis, pois no coletivo, conseguem recolher maior quantidade de materiais recicláveis e assim podem ampliar o poder de negociação na venda desses.

Além disso, organizados coletivamente, os catadores podem obter condições de vida menos insalubres. Nas entrevistas, foi constatado que os catadores individuais, além de ter menor renda, guardam os materiais recicláveis coletados, no entorno de suas residências. Já os catadores associados, tem a opção de guardar os materiais coletados na associação⁵³.

Um ponto positivo, na formação de um empreendimento coletivo, conforme ressaltado por um dos atores chave entrevistados, diz respeito ao fato de os catadores se conhecerem. Isso pôde ser evidenciado pela pesquisadora, pois no decorrer das entrevistas, dois catadores foram à casa da pesquisadora para serem

⁵³ Também na associação que existe no município de Laranjeiras do Sul/PR, há problemas quanto à disposição destes materiais, gerando reclamações dos moradores do entorno.

entrevistados, descobriram que a pesquisa estava sendo desenvolvida a partir de outros catadores.

Além disso, ainda que exista a limitação, da maior parte dos catadores preferir trabalhar de forma individual, existem aqueles que prezam pelo trabalho coletivo e conseguem vislumbrar possibilidades para si, se inseridos em empreendimentos coletivos. Como pôde ser evidenciado, cabe ressaltar que todos os catadores acham possível a formação de um empreendimento coletivo, caso exista ajuda de pessoas ou entidades externas a eles.

Os catadores, acham possível constituir organizações coletivas, e atrelam a este objetivo, a responsabilidade do poder público tendo sido mencionados Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores, mas também foi citada a Universidade. Nesse sentido, Souza (2011) e Soto (2011), destacam a importância do poder público, na responsabilidade de estimular organizações para os catadores de materiais recicláveis. A potencialidade está no fato de a prefeitura, ter a possibilidade de atuar de forma adjunta com os catadores, na execução de programas de coleta seletiva, e a prefeitura também pode estar contribuindo na formação de empreendimentos coletivos. Nesse sentido, a presença da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, no município de Laranjeiras do Sul/PR, também é um ponto forte, pois esta instituição pode estar articulando ações que ajudem os catadores a se organizar coletivamente. Esse fato, também foi destacado por alguns atores-chave, eles ressaltaram que a presença da UFFS, pode contribuir e motivar os catadores a se autogerir.

Para o processo de formação de uma organização coletiva, a partir dos catadores algumas limitações básicas de sobrevivência precisam ser superadas. Cabe ressaltar, que muitas potencialidades são obtidas após a organização coletiva, nesse sentido elenca-se as considerações finais deste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo trata da organização coletiva de catadores de materiais recicláveis. Em torno deste tema, o trabalho foi organizado para atender ao seguinte objetivo geral: identificar os limites e potencialidades para organização coletiva de catadores de materiais recicláveis no município de Laranjeiras do Sul/PR.

Para atender ao objetivo geral deste estudo, foram apresentadas as perspectivas de organização solidária e a sua contribuição para o desenvolvimento, através de pesquisa bibliográfica. Por meio de entrevistas, foi possível identificar o perfil de catadores de materiais recicláveis em Laranjeiras do Sul, destes foram extraídas as privações de liberdades em que vivem. E por fim a partir do perfil dos catadores, foram observados os limites e potencialidades para a organização coletiva dos catadores de materiais recicláveis no município supracitado.

O que foi evidenciado neste estudo é que os catadores de materiais recicláveis do município de Laranjeiras do Sul-PR, vivem em meio a muitas privações de liberdade, o que não difere da difícil realidade vivida por outros catadores do Brasil. Em geral, vivem em meio a pobreza, possuem condições insalubres de vida, recebem pouco pelo material coletado, são explorados, e se sentem excluídos da sociedade, por sobreviver daquilo que é descartado por ela. Nesse sentido, se vislumbra que organizações coletivas, podem ampliar possibilidades aos catadores de materiais recicláveis, fornecendo a estes melhores condições de vida. Mas será que a formação de uma organização coletiva, pode propiciar aos catadores maior liberdade e desenvolvimento por reduzir as privações em que vivem?

Muitas vezes, os catadores, mesmo que minimamente organizados, são visualizados pelas pessoas como prestadores de um serviço ambiental. Ainda que em partes esse fato seja verdade, pois eles prestam um serviço de limpeza à cidade, cabe ressaltar que não estão nesta condição porque querem estar. Em muitos casos a exclusão vem sendo transferida de geração em geração. Ou são levados à exclusão pela condição de privações em que vivem, sendo que essas privações, impedem que estes indivíduos enxerguem melhores possibilidades e oportunidades para suas vidas. A baixa autoestima, baixa escolaridade, idade avançada, baixa renda, são fatores que impedem aos catadores vislumbrar o lado positivo de uma organização coletiva.

Partindo da premissa das potencialidades que os catadores possuem para um processo da organização coletiva, cabe ressaltar a responsabilidade dos gestores públicos, vereadores, Universidade Federal da Fronteira Sul –UFFS, do município de Laranjeiras do Sul. Estes podem estar contribuindo no processo de emancipação dos catadores, e na capacitação para autogestão destes indivíduos em organizações coletivas. Outro fator positivo, é o fato de os catadores se conhecerem, isso facilita o processo de formação de uma organização coletiva. Se organizados, os catadores podem obter vários benefícios, mas para que isso ocorra, precisam ampliar sua liberdade, autoestima e pertença social.

Mas para que tenham acesso à liberdade de escolha e melhores condições de vida, a organização coletiva, deve partir da lógica pressuposta pela economia solidária. Porque através dela os catadores poderão ter acesso a uma experiência de gestão coletiva, sem serem explorados, autogerindo-se. Dentro disso, há a possibilidade de os catadores implementar estes empreendimentos coletivos, mas para isso precisam superar privações básicas de subsistência. Ainda é importante evidenciar que dentro dos limites e potencialidades, para além dos catadores, o poder público tem responsabilidade no sentido de incentivar a formação de organização dos próprios catadores. Os gestores públicos podem acompanhar os catadores por meio da assistência social, da secretaria de educação e de saúde para averiguar a situação destes catadores e propiciar a eles as condições mínimas de saúde, educação e atenção social de que necessitam. Mas, é preciso agir, e não ficar somente na teoria ou na boa intenção.

Assim fica como sugestão, a necessidade de maior número de estudos que tenham enquanto sujeitos os catadores de materiais recicláveis, e que dentre estes estudos algum aponte para as diversas políticas públicas necessárias, e outras ações do poder público para contribuir e ampliar a qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, J. **Pesquisa & História**. Coleção História. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

ACI, International Co-operative Alliance. **Co-operative identity, values & principles**. Princípios do Cooperativismo. Disponível em: <<http://ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>> Acesso em: 01 set. 2015.

AGGIO, A. BARBOSA, A. S. COELHO, H. M. F. **Política e sociedade no Brasil, (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=kzOO7IXCYs4C&pg=PA34&dq=Estado+Novo+Get%C3%BAlio+Vargas&hl=pt-T&sa=X&ved=0CCAQ6AEwATgUahUKEwif69bg3_zIAhWliZAKHcHDBq4#v=onepage&q=Estado%20Novo%20Get%C3%BAlio%20Vargas&f=false> Acesso em 6 nov. 2015.

ANJOS, E. G. **As cooperativas de trabalho associado da Economia Solidária: Uma experiência social para além das relações laborais**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308149740_ARQUIVO_TextoXIConlab2011.pdf> Acesso em: 6 out. 2015.

ARANA, A. R. A. (Org.). **Cooperativismo: uma alternativa de gestão**. Presidente Prudente: Macromídia, 2006. 194 p.

ARAUJO, M. C. S. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=2hvmyPXVAIIC&printsec=frontcover&dq=Estado+Novo&hl=pt-PT&sa=X&ved=0CBsQ6AEwAGoVChMlkqW1htn8yAIVRI6QCh0ymg-U#v=onepage&q=Estado%20Novo&f=false>> Acesso em 6 nov. 2015.

BALDIN, N. MUNHOZ, E. M. B. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. X Congresso Nacional de Educação – Educere, 2011.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**. 4ª Edição, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf> Acesso em: 14 ago. 2015.

BASSO, D.; LEMES, F. M. DA SILVEIRA, D. C. **Economia Solidária e dinâmica de desenvolvimento local: um estudo de empreendimentos econômicos solidários no município de Ijuí-RS-DOI**. Emancipação, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/Emancipacao.v.10i1.327340>> Acesso em: 29 set. 2015.

BITENCOURT, C. **Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 23, 2008. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/08.pdf> Acesso em: 1 ago. 2015.

BRACARENSE, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012. 288 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=XM6WI1x_T_sC&pg=PA206&dq=%C3%ADndice+de+gini&hl=pt-PT&sa=X&ved=0CBsQ6AEwAGoVChMIjLzL4Nb8yAIVQ5GQCh3e8QRi#v=onepage&q=%C3%ADndice%20de%20gini&f=false> Acesso em: 6 nov. 2015.

BRASIL. DECRETO 7.405/2010. **Programa Pró-Catador**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm> Acesso em: 1 ago. 2015.

BRASIL. LEI 5.764/1971. **Política Nacional do Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm> Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. LEI 10.406/2002. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. LEI 10.836/2004. **Criação do Bolsa Família e outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm> Acesso em: 27 out. 2015.

BRASIL. LEI 12.305/2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso em: 28 mai. 2015.

BRASIL. LEI 12.690/2012. **A organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm> Acesso em: 1 jun. 2015.

CAMARGO, João Olivir. **Nerje Laranjeiras do Sul: “Raízes da nossa terra”** a história épica e contemporânea. Curitiba: Vicentina, 1999.

CARDOSO, U. C. **Associação**: Série Empreendimentos Coletivos. Brasília: Sebrae, 2014. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/guias_cartilhas/empreendimentos_coletivos_associacao.pdf> Acesso em: 27 out. 2015.

CARDOSO, U. C. **Cooperativa**: Série Empreendimentos Coletivos. Brasília: Sebrae, 2014. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/guias_cartilhas/empreendimentos_coletivos_cooperativa.pdf> Acesso em: 27 out. 2015.

CARVALHO, A. M. R. GIRALDI, G. G. AVIGHI, M. M. **Autonomia e Poder em uma Associação de Catadores:** Contradições e Desafios. S/D. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/anamariacarvalhoglauciagiraldiemariliaavighi.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2015.

CERQUEIRA STREIT, J. A. **Estudo das oportunidades propiciadas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos:** o caso das cooperativas de catadores de materiais recicláveis do DF. Brasília – DF, 2013. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/5469?mode=full>> Acesso em: 10 jun. 2015.

COOPAMARE, Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis. **Coleta seletiva. Como tudo começou. Quem somos.** Disponível em: <www.coopamare.com> Acesso em: 27 out. 2015.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Economia Solidária e Políticas Públicas:** reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em Ciência Política. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-23052005-101736>> Acesso em: 27 out. 2015.

DAL RI, N. M. (Org.). **Economia Solidária:** o desafio da democratização das Relações de trabalho – São Paulo: Arte & Ciência, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>> Acesso em: 27 out. 2015.

DAL RI, N. M. (Org.). **Trabalho Associado, Economia Solidária e Mudança Social na América Latina.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/trabalho%20associado_e-book.pdf> Acesso em: 24 abr. 2015.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento regional:** por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? EDUNISC, 2010.

DEMAJOROVIC, J. **Cadeia de reciclagem:** um olhar para os catadores. São Paulo: Editora Senac, 2013.

DEWES, J. O. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling:** uma descrição dos métodos. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/93246>> Acesso em: 28 nov. 2015.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa:** reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa. 2002. Disponível em: <http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_reflexoes_sobre_o_trabalho_de_campo.pdf> Acesso em: 3 out. 2015.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** V. 28, n. 82, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n82/v28n82a13.pdf>> Acesso em: 15 set. 2015.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro mapeamento nacional do Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 79, p. 57-77, 2007. Disponível em:

<http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/revista_critica.pdf> Acesso em: 3 out. 2015.

GEHLEN, I. MOCELIN, G. (Org). **Organização social e movimentos sociais rurais**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/ UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/ UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GERMER, C. A “**economia solidária**”: uma crítica marxista. **Revista Outubro**. N. 14, p. 193-214, 2º semestre, 2006. Disponível em:

<www.itcp.coppe.ufrj.br/hotsite/Revista_Direito_Cooperativo_2.pdf> Acesso em: 27 out. 2015.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, São Paulo, 1995. Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf> Acesso em: 3 out. 2015.

GOMES, F. L. A.; FARIA, M. F.; SILVA, A. B. **Cata a dor e Colhe Esperança: O papel das Cooperativas e Associações de Materiais Recicláveis nas Condições de Trabalho e da Vida dos Catadores de Materiais Recicláveis**. São Paulo: Enapegs, 2012. Disponível em: <<http://anaisenapegs.com.br/2012/dmdocuments/261.pdf>> Acesso em: 28 mai. 2015

GONÇALVES-DIAS, S. L. F. **Catadores: uma perspectiva de sua inserção no campo da indústria de reciclagem**. 298 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental).

Universidade de São Paulo, Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, São Paulo, 2009. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-25102010-231013/pt-br.php>> Acesso em: 28 mai. 2015.

GOOGLE MAPS, 2015. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>> Acesso em: 31 out. 2015.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em: 28 mai. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 28 mai. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saneamento básico: 2008**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/>> Acesso em: 27 out. 2015.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis**. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/09_Eco_Crise_41.pdf> Acesso em: 28 mai. 2015.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social das Catadoras e Catadores de Material Reciclável e Reutilizável** – Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf> Acesso em: 20 abr. 2015.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. **Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade**. Estudos Avançados, 2011. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v25n71/10> Acesso em: 28 set. 2015.

KEYNES, John Maynard, 1883-1946. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda; Inflação e deflação**. Apresentação de Adroaldo Moura da Silva; tradução de Mário R. da Cruz; revisão técnica de Cláudio Roberto Contador; tradução dos prefácios de Paulo de Almeida. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KIRCHNER, R. M.; SAIDELLES, A. P. F.; STUMM, E. M. F. **Percepções e perfil dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS**. 2009. Disponível em: <www.rbgdr.net/032009/comunic.pdf> Acesso em: 15 out. 2015.

LAGE, Allene Carvalho. **Administração Pública orientada para o desenvolvimento sustentável**. Um estudo de caso: Os ventos das mudanças no Ceará também geram energia. 157 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Curso de Pós-Graduação em Administração Pública, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3547>> Acesso em: 20 mai. 2015.

LARANJEIRAS DO SUL/PR. LEI MUNICIPAL. 055/2014. **Plano Diretor Municipal**. Disponível em: <http://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/exibe_atos_oficiais.php?pagina=2&t=leis&ano=2014> Acesso em: 31 out. 2015.

MAGALHÃES, Beatriz Judice. **Liminaridade e Exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-92MLVK/texto_final_para_cd.pdf?sequence=1> Acesso em: 20 abr. 2015.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas, SP: Editora Átomo, 2003. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/18176607/1206803646/name/Livro+Os+empres%C3%A1rios+do+lixo+-+M%C3%A1rcio+Magera.doc>> Acesso em: 27 out. 2015.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6ª ed. Bookman, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas, 2010.

MARTINS, C. H. B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo**: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva do empoderamento. 211 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/6190>> Acesso em: 03 ago. 2015.

MARX, E. **Obras escolhidas em três tomos**. Tomo II, Tradução José Barata Moura. Editorial Avante - Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982.

MAUAD, Marcelo José Ladeira. As cooperativas de trabalho e sua relação com o direito do trabalho. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**. Tomo I. v. 6, 2000. Disponível em: <<http://www.direitosbc.br/revista-volume-6-2000.aspx>> Acesso em 27 out. 2015.

MEDEIROS, L. F. R.; MACÊDO, K. B. **Catador de Material Reciclável**: Uma profissão para além da sobrevivência? Goiás, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/08.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2015.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Inclusão Social de Catadores**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/comunicacao/item/9341-inclus%C3%A3o-social-de-catadores>> Acesso em: 20 mai. 2015.

MNCR, Movimento Nacional dos Catadores. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/>> Acesso em: 19 jun. 2015.

MUSSOI, A. B. **Laranjeiras do Sul**: o espaço em construção. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

ONU BR, Nações Unidas no Brasil, **A ONU e a população mundial**. Disponível em: <www.nacoesunidas.org/acao/populacao-mundial/>. Acesso em: cesso: 20 abr. 2015.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes. **Luta por reconhecimento e desigualdade social**: uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG). Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, Curso de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8224/62090100012.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 jun. 2015.

PEREIRA, M. G.; SOUZA, M. J. O estudo da representação social dos catadores do “lixão do baixo Roger”, João Pessoa – PB, como subsídio para a Educação Ambiental na comunidade: uma abordagem socioambiental. **Revista Educação: Teoria e Prática**, v.9, p. 1-20, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000057&pid=S1516-7313200600010000400016&lng=pt> Acesso em: 27 out. 2015.

PEREIRA, V. **Estudo dos aspectos socioambientais e parasitológicos de catadores de material reciclável que trabalham em uma Associação no Município de Pelotas – RS.** Pelotas, 2013. Disponível em:

<<http://wp.ufpel.edu.br/esa/files/2013/10/TCC-Vania.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2014.

PEREIRA JUNIOR, E.; GUARDAGNIN, M. R. **Obstáculos para a implantação e efetivação de uma cooperativa de catadores de material reciclável no município de Criciúma SC.** VI Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental. Porto Alegre, 2008. Disponível em:

<<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/1379/1/Obst%C3%A1culos%20para%20a%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20e%20efetiva%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20cooperativa.pdf>> Acesso em: 6 out. 2015.

PINHEL, J. R. , et al. **Do lixo à cidadania:** guia para formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CBwQFjAAahUKEwjWt4rnwZLJAhUGGpAKHaCuAlk&url=http%3A%2F%2Fwww.dolixoacidania.org.br%2Fconstrucao%2Fpdf%2FDOLIXOACIDADANIA.pdf&usq=AFQjCNGZj_flqDU95ZAOZPi_OZ-QNtZtBQ&sig2=zdGCjh6qUFMuBzz4zdha7g&bvm=bv.107467506,d.Y2I> Acesso em 25 out. 2015.

PINTO, J. C. et al. **Impactos ambientais causados pelos plásticos:** uma discussão científica a respeito dos fatores e dos mitos. 2 ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012.

PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANO DE LARANJEIRAS DO SUL, agosto de 2014. Informações sobre a Coleta Seletiva. Prefeitura de Laranjeiras do Sul, 2014.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano e IDH.** Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>> Acesso em: 28 abr. 2015.

PORTAL BOLSA FAMÍLIA 2015. **Quem tem direito ao bolsa família?** Disponível em: <www.calendariobolsafamilia2015.com.br/quem-tem-direito-ao-bolsa-familia/> Acesso em: 13 out. 2015.

PPC Ciências Econômicas – UFFS. Disponível em:

<www.uffs.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7979&Itemid=ppccienciaeconomicasuffs> Acesso em: 19 jun. 2015.

PREFEITURA DE LARANJEIRAS DO SUL. **Origem.** Disponível em: <www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/origem.php> Acesso em: 30 set. 2015.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica.** 3ed., São Paulo: Edições Loyola, Brasil, 2005.

RIBEIRO, S. Q. **A territorialização de catadores em cooperativas de resíduos recicláveis**: o caso dos catadores organizados na cooperativa de trabalhadores catadores de material reciclável - COOTACAR/ Cascavel PR. Marechal Rondon/PR, 2009. Disponível em: <<http://cac.php.unioeste.br/projetos/geolutas/docs/2012/Solange.pdf>> Acesso em: 28 mai. 2015.

ROCHA, V. J. **Política Pública de resíduos e o trabalho associativo dos catadores de material reciclável**. Terezina, 2012. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT01-20.pdf>> Acesso em: 28 mai. 2015.

ROOS, D.; CARVALHAL, M. D. A precariedade do trabalho dos catadores de material reciclável no oeste paranaense e a dinâmica estratégica da reprodutividade do capital. **Revista Pegada**. V. 11, n.2, 2010. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA112/06ROSS1102.pdf>> Acesso em: 28 mai. 2015.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Vozes, 1996.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

SEN, A.; KLIKSBURG, B. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIEDENBERG, Dieter Rugard (org.). **Desenvolvimento sob múltiplos olhares**. Ijuí: Ed. Unijui, 2012.

SILVA, E. M. T. et. al. **Traços do perfil dos catadores de materiais recicláveis do município de Cruz Alta/RS**. XVI Seminário Interinstitucional do Ensino, Pesquisa e Extensão, 2011. Disponível em: <<http://www.unicruz.edu.br/seminario/artigos/sociais/TRA%C3%87OS%20DO%20PERFIL%20DOS%20CATADORES%20DE%20MATERIAIS%20REICL%C3%81VEIS%20DO%20MUNIC%C3%8DPIO%20DE%20CRUZ%20ALTA-RS.pdf>> Acesso em: 12 out. 2015.

SILVA, E. W.; DENARDI, M.; BERNO, M. V. **Limites e possibilidades do cooperativismo para os catadores de materiais recicláveis**. Salão do Conhecimento, Unijuí, 2015. Disponível em <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/download/4788/3885>> Acesso em: 28 out. 2015.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: < <http://www.ceeja.ufscar.br/a-recente-ressurreicao-singer>.> Acesso em 28 jul. 2015.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Cooperativas de trabalho**. SENAES, 2004. Disponível em: <www.mobilizadores.org.br> Acesso em: 28 out. 2015.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. Editora Contexto, 2000.

SOTO, Magda Martina Tirado. **Análise e Formação de Redes de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis no âmbito da Economia Solidária**. 228 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_d/MagdaMartinaTiradoSoto.pdf> Acesso em: 19 jun. 2015.

SOUZA, J. A. **Catadores de lixo: narrativas de vida, políticas e meio ambiente**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, J. R. **Possibilidades e Limites da Associação na Estruturação de Unidades Locais de Reciclagem: O caso da associação Nora-novo Osasco reciclando atitudes – dos trabalhadores com materiais recicláveis**. São Leopoldo, 2005. Disponível em <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2116>> Acesso em: 31 out. 2015.

STOFFEL, J.; RODE, G. F.; CHRISTOFFOLI, P. I.; AZEREDO, R. F. **Estudo dos limites e potencialidades para constituição de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis em Laranjeiras do Sul/PR**. I CONPES, 2015. Disponível em: < http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt4/sessao-1/stoffel_janete_rode_grasieli_de_fatima_christoffoli_pedro_ivan_azeredo_raoni_fernandes.pdf> Acesso em: 31 out. 2015.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIEIRA, Fabiano Mourão. **Coerência e Aderência da Economia Solidária: Um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul**. 468 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade de São Paulo, Curso de Pós-Graduação em Ciências Econômicas. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-28082006-155039/pt-br.php>> Acesso em: 24 ago. 2015.

TORRES, H. R.; ZANETI, I. C. B. B. **Resíduos Sólidos Urbanos: Uma gestão de valores**. Brasília – DF: IV Encontro Nacional das Anppas, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT11-917-665-20080510125927.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2015.

WADMAN, M. **Lixo cenários e desafios**: abordagens básicas para entender os resíduos sólidos. São Paulo: Cortez, 2010.

YUNUS, M. 1940. **O banqueiro dos pobres**: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países. [tradução Maria Cristina Guimarães Cupertino] – São Paulo: Ática, 2000.

YUNUS, M. 1940. **Um mundo sem pobreza**: a empresa social e o futuro do capitalismo. [tradução Juliana A. Saad e Henrique Amat Rêgo Monteiro] – São Paulo: Ática, 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE A: Questões norteadoras aos docentes que trabalharam em pesquisa e extensão com catadores de materiais recicláveis em Laranjeiras do Sul/PR.

QUESTÕES PARA ATORES ENVOLVIDOS COM CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM LARANJEIRAS DO SUL/PR.

1. Qual sua experiência com catadores de materiais recicláveis?
2. A quanto tempo tem este envolvimento?
3. Quais as experiências obtidas com esse trabalho?
4. O que você vê como limite e potencialidade, no sentido da criação de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis?

ANEXOS

ANEXO A: Residência de um catador que armazena os materiais recicláveis coletados, no quintal de casa.



Nota: Foto de Grasieli de Fátima Rode

ANEXO B: Fotografia dos carrinhos dos catadores de materiais recicláveis de Laranjeiras do Sul/PR



Nota: Fotos de Grasieli de Fátima Rode

ANEXO C: Controle interno utilizado pela associação

		Associação		Período		
		Dias Trabalhados		De 06 a 27.07.2015		
	27			Kg	RS/Kg	RS
PP	167,00			167,00	0,30	50,10
MISTO	135,00			135,00	0,10	13,50
CRISTAL	86,00			86,00	0,80	68,80
PAPEL BCO	182,50			182,50	0,22	40,15
PAPELÃO	509,00			509,00	0,22	111,98
PEAD BCO	21,00			21,00	0,70	14,70
PEAD COR	9,00			9,00	0,50	4,50
PET	30,00			30,00	0,90	27,00
PET ÓLEO					0,28	
PLAST. COR	49,50			49,50	0,45	22,28
TETRA PACK	20,00			20,00	0,20	4,00
TOTAL GERAL				1209,00		357,01
				SALDO ANTERIOR(+)		470,00
				DÉBITO AUTORIZADO(-)		
				SALDO(±)		827,01

Nota: Foto de Grasieli de Fátima Rode

ANEXO D: Questionário para construção do perfil e limites e potencialidades para organização coletiva dos catadores de materiais recicláveis do município de Laranjeiras do Sul/PR.

1. Gostaria que o sr.(sr.ª) me contasse a sua história de vida.

2. Nome (opcional): _____

3. Idade: _____

4. Sexo: () Masculino () Feminino

5. Endereço: Rua: _____

Bairro: _____

6. Estado Civil:

() Casado(a) ou reside com
companheiro(a);

() Solteiro(a);

() Divorciado(a);

() Viúvo(a);

7. Você tem o documento:

(OBS.: assinalar "S" para SIM e "N" para NÃO.

Em caso negativo, responder a questão 8.)

() a) Certidão de Nascimento;

() b) Certidão de Casamento;

() c) Carteira de Identidade;

() d) CPF;

() e) Título de Eleitor;

() f) Carteira de trabalho;

() g) Carteira de motorista;

8. Porque você não tem os
documentos? ("N")

a) _____

b) _____

c) _____

d) _____

e) _____

f) _____

g) _____

9. Escolaridade:

() Analfabeto(a);

() Ensino Fundamental Incompleto;

() Ensino Fundamental Completo;

() Ensino Médio Incompleto;

() Ensino Médio Completo;

() Ensino Superior Incompleto;

() Ensino Superior Completo;

() Outros: _____

10. Você acha que se estivesse
estudado mais (concluído o ensino
médio), teria melhores
oportunidades?

11. Quais os motivos que te impediram
de concluir o ensino médio?

12. Você tem filhos? () Sim () Não

(Obs.: Se respondeu não pular para a questão
16)

13. Quantos filhos você tem? _____

14. Qual a idade dos seus filhos?

15. Qual a escolaridade dos seus filhos?

(Obs.: Informar quantos em cada situação e suas respectivas idades).

Qtd	Grau de escolaridade	Idade(s)
	Analfabeto(a)	
	Ensino Fund. Incompleto	
	Ensino Fund. Completo	
	Ensino Médio Incompleto	
	Ensino Médio Completo	
	Ensino Sup. Incompleto	
	Ensino Superior Completo	
	Outros: _____	

16. Quantas pessoas residem com você? _____ E Quantas pessoas dependem da sua renda?

17. Quantas pessoas do grupo familiar possuem algum tipo de remuneração?

(Obs.: Informar a quantidade de pessoas e o valor total desta renda)

Qtd?	R\$ Total

18. Qual a renda mensal proveniente da venda de material reciclável?
R\$ _____

19. Participa de algum programa do governo? Quanto recebe?

- () Não participo
() Bolsa Família. R\$ _____
() Outro: _____ R\$ _____

20. Qual a situação da sua moradia?

- () Própria e quitada.
() Própria e financiada.
() Alugada.
() Cedida.
() Outra: _____

21. Há quanto tempo você exerce a atividade de catador(a) de material reciclável?

22. Você exercia outra atividade antes de trabalhar como catador de material reciclável?

- () Sim. Qual(is) atividade(s)? _____

() Não.

23. Que tipo de material você coleta?

- () Papel (embalagens longa vida, papel branco, papel comum, papelão);
() Metal (inox, ferro, alumínio, cobre)
() Plástico cristal, plástico colorido, pet , pvc , pead , pebd , pp , ps , outros)
() Vidro (vidros quebrados, garrafas inteiras, vidros inteiros de conserva).

24. Que material é mais lucrativo na hora da venda? E qual o valor em Kg pago por este material?

- () Embalagem longa vida. R\$ _____
() Papel Branco. R\$ _____
() Papel Comum. R\$ _____
() Papelão. R\$ _____
() Inox. R\$ _____
() Ferro. R\$ _____
() Alumínio. R\$ _____
() Cobre. R\$ _____
() Cristal (plástico transparente). R\$ _____
() Plástico colorido. R\$ _____
() Pet. R\$ _____
() PVC. R\$ _____
() Plástico PEAD. R\$ _____
() Plástico PEBD. R\$ _____
() Plástico PP. R\$ _____
() Plástico PS. R\$ _____

25. Como e quem determina o preço pago pelos materiais? Porque?

26. Onde você coleta os materiais?

- () Residências;
() Comércio;
() Ruas;
() Lixão;
() Outro local: _____

27. Em que bairro você costuma coletar com maior frequência?

28. Como você transporta o material coletado?

29. Qual a quantidade em kg de materiais que você coleta por mês?

30. Para quem você vende o material coletado?

31. O que precisa ser feito no material para vendê-lo?

- () Prensar;
 () Lavar;
 () Separar
 () Classificar;
 () Outros: _____

32. Onde você guarda o material coletado?

- () Associação que está vinculado.
 () No quintal de casa.
 () Terreno baldio.
 () Outro: _____

33. Você contribui para a previdência social?

- () Sim. Há quanto tempo? _____
 () Não. Mas já contribuí.
 () Não. Nunca contribuí.

34. Quantas horas você trabalha por dia?

35. Quantos dias você trabalha por semana?

36. Qual o período do dia em que costuma trabalhar?

(Obs.: É possível marcar mais do que uma opção)

- () Manhã
 () Tarde
 () Noite

37. Cite as maiores dificuldades que você encontra durante o seu dia a dia como catador(a) de material reciclável.

38. Você se sente satisfeito(a) com o seu trabalho? Justifique.

39. Gostaria de ter outra profissão?

- () Sim. Porque? _____

() Não. Porque? _____

40. Como se sente trabalhando como catador(a) de material reciclável?

- () Muito satisfeito;
 () Satisfeito;
 () Imparcial;
 () Insatisfeito;
 () Muito insatisfeito;

41. Como você classifica a importância do trabalho que você desempenha

(Obs.: Não ler as alternativas. É possível marcar mais do que uma opção)

- () Realização pessoal;
 () Meio de sobrevivência;
 () Para ajudar o meio ambiente

42. Você faz parte de algum grupo de catadores (associação, cooperativa)?

Sim, participo.

Não, mas já participei. Porque saiu? _____

Não. Nunca participei.

43. O que você entende por cooperativa/ associação?

44. Você prefere trabalhar de que maneira?

De forma individual. Porque?

De forma coletiva. Porque?

45. Cite as VANTAGENS de se trabalhar de forma INDIVIDUAL:

45. Cite as DESVANTAGENS de se trabalhar de forma INDIVIDUAL:

46. Cite as VANTAGENS de se trabalhar de forma COLETIVA:

47. Cite as DESVANTAGENS de se trabalhar de forma COLETIVA:

48. Que benefícios fariam você fazer parte (trabalhar) em uma organização coletiva (ex. cooperativa ou associação)?

49. Você acha que seria possível formar uma organização coletiva (cooperativa/associação) de catadores se tivesse o auxílio de pessoas ou entidades?

Sim.

Não.

(Obs.: Se respondeu não, pular para a questão 52.)

50. De onde deveria vir auxílio para constituir esta organização?

(Obs.: Não ler as alternativas, deixar que o entrevistado responda)

Prefeitura;

Universidade;

Movimento dos Catadores;

Vereadores.

51. O que precisa ser feito para constituir uma organização coletiva de catadores?
